

EDITAL	
Pregão Eletrônico n.º 90041/2024	
PREÂMBULO	
Processo n.º	16457/2024
Fundamento Legal:	Lei n.º 14.133/21, Decretos Municipais n.º 881/22, 882/22, 914/22, 921/22, 922/22, 936/22 e 937/22, bem como as demais legislações aplicáveis.
Objeto:	Formação Da Ata De Registro De Preços Para o Fornecimento de Insumos Odontológicos
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Item
Modo de Disputa:	Aberto
Forma de Fornecimento:	Contínuo
Data:	07/11/2024
Horário:	10 horas
Local de Realização:	www.comprasgovernamentais.gov.br
Valor Total Estimado da Contratação:	R\$ 2.944.799,13 (Dois Milhões Novecentos e Quarenta e Quatro Mil Setecentos e Noventa e Nove Reais e Treze Centavos)
Licitação Exclusiva ou com preferência para ME/EPP/Equiparadas:	Não

Torna-se público que a Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR, localizada na Rua Clímaco Pereira 367, Lote B2-B1 – Centro, Maricá/RJ – CEP: 24.902-035, por intermédio da Superintendência de Licitações, realizará licitação, para formação de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com o **FORNECIMENTO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS**, cujo critério de julgamento é o **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21 e dos Decretos Municipais n.º 936/22 e n.º 937/22, aplicando-se, ainda, as Leis Complementares n.º 101/00 e n.º 123/06, bem como as demais legislações correlatas.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal da Transparência (<https://femar.marica.rj.gov.br/>), no Sistema único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), no

Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS), no Jornal Oficial de Maricá (JOM), no sítio eletrônico do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br), em Jornal de Grande Circulação, e nos Diários Oficiais do Estado e da União, conforme o caso.

1.2 O Edital será publicado, na íntegra, no Jornal Oficial do Município de Maricá (JOM) e poderá ser obtido por meio do e-mail (licitacaofemar@gmail.com), bem como presencialmente, no endereço Rua Clímaco Pereira 367, Lote B2-B1 – Centro, Maricá, RJ – Cep: 24.902-035, mediante a entrega de 01 (um) CD-RW virgem ou *pen drive* e de uma resma de papel A4, durante o expediente administrativo, das 9:00hs às 16:00hs.

1.3 A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral: Lei Federal nº 14.133/2021; Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte -; Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal -; Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90; pelos Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 936/2022 e 937/2022, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.4 A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema COMPRASNET, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas) e mantido pelo Governo Federal, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização da licitação.

2. DO OBJETO

2.1 O objeto da presente licitação é a formação de ata de registro de preços, para futuro e eventual **FORNECIMENTO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS**, conforme condições, quantidades e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se aos licitantes a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 As despesas da presente licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Fonte: 1.501; Programa de Trabalho n.º 45, 01, 10.302.0116, 2.548; Natureza

da Despesa 3.3.90.30

3.2 O preço estimado para a presente licitação é de R\$ 2.944.799,13 (Dois Milhões Novecentos e Quarenta e Quatro Mil Setecentos e Noventa e Nove Reais e Treze Centavos).

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 O credenciamento junto aos provedores dos sistemas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, bem como a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

4.1.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo aos provedores dos sistemas ou à FEMAR responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.1.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade dos provedores dos sistemas ou da FEMAR por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.1.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.1.6 A inobservância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.2 Caso o licitante se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada e queira utilizar-se do tratamento diferenciado a elas destinado, nos termos da Lei Complementar n.º 123/06, deve informar o seu interesse, no momento oportuno, sob pena de, não o fazendo, renunciar a tal tratamento.

4.2.1 Não será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 47 e 48 da LC n.º 123/06 tendo em vista que:

a) o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

4.2.1.1 Nesses casos, a totalidade do objeto licitado será destinada à ampla concorrência, participando tanto microempresas ou empresas de pequeno porte, quanto também empresas assim não enquadradas.

4.3 Não poderão participar desta licitação:

4.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4 Impedidos de licitar e contratar pela Administração Direta ou Indireta do Município de Maricá;

4.3.5 Declarados inidôneos para licitar ou contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal;

4.3.6 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.7 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404/76, concorrendo entre si;

4.3.8 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.9 Agente público do órgão ou entidade licitante;

- 4.3.10 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.3.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 4.3.12 Cujos dirigentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam servidores/empregados do Município de Maricá, suas Autarquias ou Fundações, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuem em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.
- 4.3.13 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, exceto na hipótese prevista no subitem 9.35;
- 4.3.14 Será permitida a participação de cooperativas, quando:
- 4.3.14.1 A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a [Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971](#), a [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), e a [Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009](#);
- 4.3.14.2 A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- 4.3.14.3 Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- 4.3.14.4 O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na [Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012](#), a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.
- 4.3.14.5 Apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual;
- 4.3.14.6 A execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 4.3.15 Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas

atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488/07.

4.4 Não poderá participar da licitação ou da execução do contrato, direta ou indiretamente, qualquer empregado da FEMAR, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/21.

4.5 O impedimento de que trata os subitens 4.3.4 e 4.3.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6 A critério da FEMAR e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 4.3.2 e 4.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de empregados da FEMAR.

4.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8 O disposto nos itens 4.3.2 e 4.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional, com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/21.

4.10 A vedação de que trata o subitem 4.3.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.11 Não será permitida a representação legal simultânea de mais de um licitante.

4.12 Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma proposta de preços.

4.13 As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

4.14 A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

4.15 As operações societárias promovidas pela empresa licitante/contratada deverão ser submetidas à prévia aprovação da FEMAR, para verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento, conforme o disposto no art. 137, inciso III da Lei n.º 14.133/2021.

4.16 Da Subcontratação

4.16.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

5.2.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.2.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n.º 14.133/21.

5.4 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

5.4.1 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/06.

5.5 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.6 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.7 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.8 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.8.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.8.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.9 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.9.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.9.2 Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 5.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ou 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste Edital.

5.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor unitário e total do item;

6.1.2 Marca;

6.1.3 Fabricante;

6.1.4 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 Todas as informações contidas na proposta vinculam o proponente.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.

6.10 Os valores, os preços e os custos deverão ser expressos em moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei n.º 14.133/21.

6.11 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os preços unitários. No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão os expressos por extenso.

6.12 A proposta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

6.13 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda as suas especificações ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

6.14 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da realização da licitação.

6.15 Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

6.16 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência, quando participarem de licitações públicas.

6.16.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

6.17 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos licitantes pode ensejar a responsabilização pelas Cortes de Contas do país e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos dos artigos 71, inciso IX, e 75 da Constituição, bem como do art. 125, inciso VIII, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.18 Todas as despesas decorrentes da elaboração e apresentação da proposta correrão exclusivamente por conta do licitante, não havendo direito à indenização em caso de revogação ou anulação deste procedimento licitatório.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, por comando da Superintendência de Licitações, representada por algum de seus membros, com a utilização de sua chave de acesso e senha.

7.2 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela FEMAR ou de sua desconexão.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que identifiquem o licitante, que contenham vícios insanáveis ou ilegalidades ou, ainda, que não atendam às especificações exigidas no Termo de Referência.

7.4.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento, em tempo real, por todos os licitantes.

7.4.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.5 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.8 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.9 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.10 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

7.12 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

7.13 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente, pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.15 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem anterior será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.16 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.17 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.18 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.19 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes do certame, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicação do disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06.

7.26 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.27 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.28 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

8.1 O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto previsto no Termo de Referência e no Edital e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/22.

8.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Descumpra as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do Edital;
- c) Apresente preço final superior ao preço máximo fixado pela FEMAR ou desconto menor do que o mínimo exigido;
- d) Apresente preço inexequível;
- e) Não tenha sua exequibilidade demonstrada quando exigido pelo Pregoeiro;
- f) Apresente desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

8.3 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores

inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela FEMAR.

8.3.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.3.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.3.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4 No caso de necessidade de esclarecimentos complementares também poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade da proposta.

8.5 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da Diretoria Requisitante ou do setor especializado no objeto.

8.6 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências acerca da exequibilidade da proposta ou para esclarecimentos complementares, bem como no caso de necessidade de análise das especificações do objeto pelo setor competente, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas, e a ocorrência será registrada em ata.

8.7 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, antes do seu término, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante no *chat*.

8.7.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, e planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado, reencaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação do setor requisitante do objeto ou da área especializada no objeto.

8.9 Se a proposta for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto,

previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 No caso de renúncia parcial ou total da remuneração, o licitante deverá enviar manifestação expressa de renúncia, sob pena de desclassificação.

8.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.13 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.14 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/21, nesta ordem:

8.14.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.14.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas da Lei;

8.14.3 Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.14.4 Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14.5 Esgotadas as hipóteses previstas na Lei, ainda pode ser utilizado a possibilidade excepcional de realização de sorteio público como critério de desempate, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.514/2024.

8.15 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.15.1 Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

8.15.2 Empresas brasileiras;

8.15.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.15.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/09.

8.15.5 Esgotadas as hipóteses previstas na Lei, ainda pode ser utilizado a possibilidade excepcional de realização de sorteio público como critério de desempate, nos termos do Decreto Municipal n.º 1.514/2024.

8.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para

a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.17 O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, sendo vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.17.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela FEMAR.

8.17.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.17.3 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.17.4 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, antes de seu término, mediante solicitação fundamentada apresentada pelo licitante no *chat*.

8.17.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/21, na legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>); e

9.1.1 Para a consulta de licitantes que sejam pessoas jurídicas, poderá haver a substituição das consultas previstas nas alíneas “b”, “c”, “d” e “e” pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

9.3 Caso se verifique, em consulta ao SICAF, a existência de “ocorrências impeditivas indiretas”, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das pessoas jurídicas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

9.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

9.4 Constatado o descumprimento das condições de participação no certame, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

9.5 Atendidas as condições de participação, serão examinados os documentos de habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

9.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.2 e 5.4.

9.7 Verificadas as condições de participação e de utilização de tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN SEGES n.º 73/22.

9.8 A documentação de habilitação será verificada por meio do SICAF, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3/18.

9.9 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.9.1 O licitante, para efeitos de habilitação, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

9.9.2 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou desatualização.

9.9.3 A inobservância do disposto nos subitens anteriores poderá ensejar inabilitação do licitante.

9.10 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital.

9.12 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido realizado em obediência ao disposto na Lei n.º 14.133/21.

9.13 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser dispensados, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

9.14 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão sob pena de inabilitação.

9.15 Somente haverá necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.16 Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, sob pena de inabilitação:

- a) declaração de que atende aos requisitos de habilitação;
- b) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.17 O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.18 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei n.º 14.133/21, art. 64, e IN n.º 73/22, art. 39, §4º):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.19 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.20 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os atestados de capacidade técnica e os documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.20.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.21 Caso a licitação seja por itens, o licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.21.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.22 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação deverão ser:

- a) traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do Decreto Federal n.º 8.660/16 ou de outro que venha a substituí-lo; ou
- b) consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal n.º 8.538/15).

9.24 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.25 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado os prazos dispostos no presente Edital.

9.26 Somente serão disponibilizados para acesso ao público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.27 Se os certificados e as certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento e nem registrados em legislação específica, ser-lhes-á atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

9.28 A **habilitação jurídica** visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada. Assim, deve ser apresentada a seguinte documentação:

9.28.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.28.2 No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.28.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.28.4 No caso de sucursal, filial ou agência: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.28.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.28.6 No caso de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização e ato de registro de autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.28.7 No caso de sociedade cooperativa: (i) ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; (ii) registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764/71; (iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; (iv) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; (v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; (vi) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; (vii) Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados; (viii) e demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados.

9.28.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.29 As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

9.29.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.29.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.29.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751/14, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.29.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.29.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452/43;

9.29.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual feita por meio de apresentação de Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão para não Contribuinte do ICMS (quando emitida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, deverá ser acompanhada, obrigatoriamente, da Certidão Negativa de Débito com a Dívida Ativa Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado, conforme Resolução do Órgão, mesmo quando for apresentada certidão de não contribuinte de ICMS, conforme determina a Resolução Conjunta PGE/SER n.º 33/04; a mesma conduta deverá ser realizada com relação a outros Estados da Federação quando diante de caso análogo referido no presente item).

9.29.7 Em relação à **regularidade fiscal municipal**:

a) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal.

9.29.8 Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, inciso II, da Lei Complementar n.º 123/06, o licitante melhor classificado deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto Federal n.º 8.538/15.

9.29.9 O licitante enquadrado como microempreendedor individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123/06 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.29.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, social ou trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da FEMAR, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.29.11 A não-regularização fiscal, social e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.30 A **habilitação econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do

licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no Edital, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

9.30.1 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar

9.30.2 Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

9.30.3 Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

9.30.4 Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

9.31 A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

9.32 Serão considerados e aceitos na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

9.32.1 Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 da supracitada legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

9.32.2 Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, devendo:

9.32.3 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa sociedade deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

9.32.4 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item 9.32.1 limitar-se-ão ao último exercício.

9.33 A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

9.34 Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede do licitante. Os licitantes sediados em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados, deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

9.35 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.

9.36 Caso o licitante seja filial, também será necessária a apresentação da certidão negativa de falência ou recuperação judicial da matriz, nos moldes dos subitens anteriores.

9.37 Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.38 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei n.º 5.764/71, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.39 Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

- a) Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- b) Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

9.40 A documentação relativa à **qualificação técnico-operacional** será restrita a:

9.40.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.40.2 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar.

9.40.3 A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, como se segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
52	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 20 25MM W-FILE
55	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 21MM W-FILE
56	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 25MM W-FILE

57	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 21MM W-FILE
93	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº2 (ALTA FLUIDEZ)
94	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº 4 (FLUIDEZ MEDIA)
95	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1-S
99	SERINGA CENTRIX

9.40.4 O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu o serviço em quantidade não inferior a 30% (trinta por cento) do quantitativo do objeto, até a data de abertura da sessão pública da licitação.

9.40.5 A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.

9.40.6 A Licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

9.40.7 Apresentar registro da empresa junto à ANVISA para comercialização dos produtos constantes do Termo de Referência;

9.40.8 Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, expedida pelo Ministério de Saúde/ANVISA;

9.40.9 Apresentar licença/autorização de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária, emitida pelo órgão competente, dentro do prazo de validade, compatível com sua atividade;

9.41 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

9.42 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.43 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da sua solicitação.

9.44 Caso o atestado de capacidade técnica apresentado pela licitante tenha sido emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico do qual faz parte, o Pregoeiro deve diligenciar a fim de confirmar a sua veracidade/confiabilidade, podendo solicitar a apresentação dos documentos comprobatórios ou adotar outras medidas que entender cabíveis.

9.45 Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelos licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.46 Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.46.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI, 21, inciso I, e 42, §§2º a 6º, da Lei n.º 5.764/71;

9.47 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

9.47.1 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.47.2 caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.47.3 Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

9.49 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será imediatamente declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO FINAL

10.1 O licitante vencedor, no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, deverá apresentar proposta final, conforme Anexo II, na qual deve constar planilha de quantitativos e preços unitários e totais para todos os itens licitados, assinada por representante legal da empresa.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

11.2 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser apresentados eletronicamente, pelo e-mail licitacaofemar@gmail.com, ou por meio de petição física, a ser protocolada na Rua Clímaco Pereira 367, Lote B2 – B1 – Centro, Maricá, RJ – CEP: 24.902-035.

11.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação e sobre o pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, da data de recebimento da impugnação/do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura da sessão pública.

11.4 As impugnações e os pedidos de esclarecimento não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.6 As respostas às impugnações deverão ser publicadas no PNCP, no Portal da Transparência (<https://femar.marica.rj.gov.br/>), no SIAFIC, no SIGFIS, no JOM, na página do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br), e em Jornal de Grande Circulação, conforme o caso.

11.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos deverão ser publicadas no Portal da Transparência, na página do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e no sítio eletrônico da FEMAR (<https://femar.marica.rj.gov.br/>).

11.8 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.9 Caso a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento altere substancialmente o conteúdo do Edital, impactando na apresentação das propostas, o instrumento convocatório deverá ser republicado, respeitados os prazos previstos em Lei.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recursos referentes ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/21.

12.2 As licitantes que desejarem recorrer dos atos do julgamento da proposta ou de habilitação ou inabilitação, deverão manifestar a sua intenção imediatamente, sob pena de preclusão.

12.2.1 Caberá ao Pregoeiro verificar a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.2 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de sua admissibilidade.

12.3 Admitido o recurso, o prazo para apresentação das suas razões é de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 O prazo para apresentação de contrarrazões é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7 As contrarrazões deverão ser encaminhadas em campo próprio do sistema.

12.8 Os recursos ou contrarrazões interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.9 O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.10 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio de e-mail (licitacaofemar@gmail.com) ou no endereço Rua Clímaco Pereira 367, Lote B2 –

B1 – Centro, Maricá, RJ – CEP: 24.902-035, mediante a entrega de 01 (um) CD-RW virgem ou de uma resma de papel A4, das 9:00hs às 16:00hs.

13 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1 Nas hipóteses de anulação de atos anteriores à realização da sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2 No caso de anulação da sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §§1º e 2º da Lei Complementar n.º 123/06.

13.2 Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.3 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (*chat* ou e-mail), de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.3.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

14 DO ENCERRAMENTO

14.1 Definido o resultado do certame, o procedimento licitatório será encaminhado ao Controle Interno e *Compliance* e, posteriormente, ao Diretor Requisitante, para se for o caso:

14.1.1 Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;

14.1.2 Anular o processo por vício de legalidade, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

14.1.3 Revogar o procedimento, por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, que constitua óbice manifesto e incontornável;

14.1.4 Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade.

14.1.5 Revogar o procedimento na hipótese de não haver interessados ou de todos as licitantes terem sido desclassificados ou inabilitados;

14.1.6 Adjudicar o objeto, homologar o resultado da licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura da ata de registro de preços, do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

14.2 Encerrada a licitação, a autoridade competente publicará o ato de adjudicação do objeto e a homologação da licitação no PNCP, no Portal da Transparência (<https://femar.marica.rj.gov.br/>), no SIAFIC, no SIGFIS, no JOM, e na página do Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br).

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/21, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - b.1) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b.2) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - b.3) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - b.4) deixar de apresentar amostra;
 - b.5) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - c.1) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FEMAR;
- d) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- e) fraudar a licitação;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - f.1) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - f.2) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - f.3) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13;

15.2 Com fulcro na Lei n.º 14.133/21, a FEMAR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/21);

b) multa, em percentual de 1% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

c) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem 15.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21), a qual impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Maricá pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 15.1, bem como nas alíneas “a”, “b” e “c”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/21), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Diretor-Geral da FEMAR, observados os prazos previstos no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

15.3 As sanções previstas nas alíneas “a” (advertência), “c” (impedimento de licitar e contratar) e “d” (declaração de inidoneidade) do subitem 15.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas na alínea “b” (multa).

15.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que haja, cumulativamente, (i) reparação integral do dano causado à FEMAR; (ii) pagamento da multa; (iii) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; (iv) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e (v) análise jurídica prévia.

15.5 A aplicação de sanção não exime o licitante da obrigação de reparação integral do dano causado à FEMAR.

15.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva da Contratante, devendo ser aplicadas pelo Diretor Requisitante, a exceção da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que deve ser aplicada pelo Diretor-Geral da FEMAR, nos termos do art. 156, §6º, inciso I, da Lei n.º 14.133/21.

15.7 A aplicação das sanções realizar-se-á por meio de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à licitante.

15.8 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do licitante, indicando: (i) a infração cometida; (ii) os fatos e os fundamentos legais; (iii) a penalidade que se pretende imputar; (iv) o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso; e (v) o prazo e o local para a apresentação da defesa, observados os dispositivos da Lei nº 14.133/21.

15.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais empregados estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.10 Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do licitante no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a FEMAR;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.12 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

15.13 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei n.º 12.846/13.

15.14 A FEMAR deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.15 Os débitos do licitante para com a FEMAR, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos por ela, decorrentes de outros contratos administrativos que a possua com a FEMAR, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26/22.

15.16 A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso do direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial. Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, bem como à pessoa jurídica sucessora ou com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante. Em todos os casos deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.17 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.18 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.19 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.20 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FEMAR caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º, da IN SEGES/ME n.º 73/22.

15.21 Na hipótese do subitem anterior, é assegurado à FEMAR o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta do primeiro classificado, inclusive quanto ao preço.

15.22 Os licitantes remanescentes convocados na forma do subitem supra, que não concordarem em assinar o contrato, não estarão sujeitos às penalidades estabelecidas neste Edital.

16 DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

16.2 A FEMAR, alternativamente, poderá encaminhar a Ata de Registro de Preços, por meio de correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

16.3 O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que seja devidamente justificado e aceito.

16.4 A recusa injustificada do fornecedor/prestador em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, devendo a FEMAR, nesse caso, convocar os integrantes do cadastro de reserva, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.5 A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação obedecerá à conveniência e à necessidade da FEMAR, a qual não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

16.6 A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a FEMAR a efetuar contratações unicamente com as pessoas jurídicas registradas, facultando-se a realização de licitação específica para o fornecimento pretendido, desde que devidamente motivada.

16.7 No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a FEMAR terá a faculdade de contratar ou não o fornecimento dos bens.

16.8 As Atas de Registro de Preços devem ser publicadas no PNCP, no Portal da Transparência, no SIAFIC, no SIGFIS, no JOM e no sítio eletrônico da FEMAR (<https://femar.marica.rj.gov.br/>).

16.9 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovada que as condições e o preço permanecem vantajosos.

16.10 A prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho na execução do objeto.

16.11 Os quantitativos estimados na Ata de Registro de Preços poderão ser renovados proporcionalmente ao período de prorrogação, observada a estimativa inicial de consumo pelo órgão gerenciador e pelos órgãos e entidades participantes, desde que tal possibilidade tenha sido prevista no planejamento da contratação e que seja comprovada a sua vantajosidade.

16.12 A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei n.º 14.133/21.

16.13 Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as pessoas jurídicas que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos bens, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência e na própria Ata de Registro de Preços.

16.14 As pessoas jurídicas registradas se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de registro de preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

16.15 O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

16.16 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.17 É vedada a participação da FEMAR em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

16.18 Desde que devidamente demonstrada a viabilidade e economicidade, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

16.19 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem aderir a Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

16.20 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

16.21 As contratações adicionais, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens previsto no instrumento convocatório e registrado na Ata para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes. As respectivas adesões também não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

16.22 O Órgão Gerenciador responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços somente poderá autorizar a sua adesão em caso de restar na Ata saldo dos quantitativos estipulados para os órgãos participantes.

16.23 O Órgão Gerenciador responsável pela gestão da Ata somente poderá autorizar as adesões de órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal depois de realizada a primeira contratação por órgão participante.

16.24 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata, devendo cumprir as atribuições inerentes ao órgão participante e demais orientações do Órgão Gerenciador.

16.25 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

16.26 Será incluído na Ata de registro de preços, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame (cadastro de reserva), assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei n.º 14.133/21.

16.27 Os preços registrados poderão ser reajustados anualmente, contados da data da proposta, a pedido do fornecedor e conforme índice previsto no Edital.

16.28 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

16.29 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

16.30 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

16.31 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

16.32 A redução do preço registrado será comunicada pelo Órgão Gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

16.33 Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor signatário da Ata de registro de preços;
- b) a modificação nas condições registradas seja substancial, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de registro de preços e da FEMAR;
- c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

16.34 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor signatário da Ata de registro de preços, cabendo ao Órgão Gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

16.35 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela FEMAR e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no Edital.

16.36 Na hipótese do cancelamento do registro prevista no sub antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na Ata de Registro de Preços.

16.37 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da Ata, a FEMAR poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

16.38 Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela FEMAR, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

16.39 Liberado o fornecedor na forma do subitem antecedente, o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado.

16.40 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a FEMAR poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da Ata de registro de preços no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório

16.41 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

16.42 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de registro de preços, sem justificativa plausível;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FEMAR, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade;
- e) não aceitar o preço revisado pela FEMAR.

16.43 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.44 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

17 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1 Após a homologação da licitação e a assinatura da Ata de registro de preços, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2 O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.3 O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de registro de preços.

17.4 O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitido à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.4.1 A Nota de Empenho ou instrumento equivalente substitui o contrato, aplicando-se as disposições da Lei n.º 14.133/21;

17.4.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

17.4.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei n.º 14.133/21 e reconhece os direitos da FEMAR previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.5 O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da comunicação formal de início, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por interesse das partes, até o limite de 05 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

17.6 Previamente à contratação, a FEMAR realizará consulta ao SICAF para identificar a existência de possível sanção de impedimento de licitar e contratar imposta pela Administração Direta e Indireta do Município de Maricá ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar imposta por qualquer ente da Administração Pública Direta e Indireta, além de outras ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa Federal n.º 3/18.

17.6.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

17.7 Na assinatura do contrato ou da Ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do instrumento jurídico celebrado.

17.8 Na hipótese de o licitante vencedor não assinar o contrato ou instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da sua convocação, responderá por perdas e danos que vier a causar à FEMAR, em razão da sua omissão, independentemente de outras cominações legais previstas no presente Edital.

17.9 Ainda na hipótese do subitem anterior, ou se o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no Edital, a FEMAR poderá, sem prejuízo da aplicação de sanções, convocar licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.10 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

17.10.1 Em se tratando de fornecimento contínuo, o contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

17.10.2 A extinção, nesta hipótese, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido, com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

17.10.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19 DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

19.1 Será exigida garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação, complementar à legal, conforme prazos mínimos e demais regras constantes do Termo de Referência e do Contrato.

20 DO REAJUSTE

20.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

20.2 Após o interregno de 1 (um) ano a que se refere o subitem anterior, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6 No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da Contratada, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

20.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

20.9 O reajuste será realizado por apostilamento.

21 RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1 O objeto deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Instrumento Convocatório, do Termo de Referência, do Contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

21.2 O prazo de entrega do objeto será de até 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da ordem de entrega, ressalta-se, ainda, que a entrega será realizada de forma parcelada, de acordo com a necessidade da FEMAR.

21.3 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal/comissão de fiscalização do Contrato, a ser designada pelo Diretoria requisitante, à(o) qual compete:

21.3.1 Prestar apoio ao gestor do Contrato, subsidiando-o de informações pertinentes à execução do Contrato;

- 21.3.2 Fiscalizar a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a FEMAR, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e atestá-las;
- 21.3.3 Após o ateste das Notas Fiscais, elaborar o Relatório Mensal de Fiscalização, encaminhando-o ao gestor do Contrato, para ratificação;
- 21.3.4 Anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, recomendando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 21.3.5 Informar ao gestor do Contrato, em 24 (vinte e quatro) horas, as ocorrências que demandem a adoção de medidas necessárias e saneadoras, bem como quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas;
- 21.3.6 Participar da atualização do relatório de risco;
- 21.3.7 Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, em caso de descumprimento, informar imediatamente ao gestor do Contrato para a adoção das medidas necessárias;
- 21.3.8 Receber provisoriamente o objeto do Contrato;
- 21.3.9 Elaborar relatório final, de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do §3º do art. 174 da Lei n.º 14.133/21, com as informações quanto à execução do Contrato, concluindo com as lições aprendidas, como forma de aprimoramento das atividades da FEMAR, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termos de referência e projetos básicos das novas contratações.
- 21.4 A Contratada facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização da contratante, promovendo o fácil acesso às suas dependências.
- 21.5 A Contratada atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.
- 21.6 Cabe recurso das determinações tomadas pela Comissão de Fiscalização, a qualquer tempo durante a vigência da contratação, exceto no caso da aplicação de penalidades, hipótese na qual deverão ser observados os prazos previstos no item 15.
- 21.7 Quaisquer entendimentos entre a Comissão de Fiscalização e o licitante vencedor, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações do licitante vencedor com fundamento em ordens ou declarações verbais.
- 21.8 O licitante vencedor declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a

fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

21.9 A instituição e a atuação da fiscalização da FEMAR não excluem ou atenuam a responsabilidade da contratada, nem a eximem de manter fiscalização própria.

21.10 O objeto do Contrato será entregue em 20 (vinte) dias úteis, no galpão do Almojarifado Farmacêutico, situado na Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, Km 37- Manoel Ribeiro, Maricá -RJ, de segunda a sexta feira, em dias úteis, no período compreendido entre 09h e 16h e será recebido da seguinte forma:

- a) O **recebimento provisório** ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do ato da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, na forma do art. 140, inc. I, alínea "a" da Lei n.º 14.133, de 2021;
- b) O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

21.11 Na hipótese de o recebimento provisório e definitivo não ocorrerem dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, consumando-se no dia do esgotamento dos respectivos prazos.

21.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato.

21.13 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta ou do Contrato, podendo ser fixado pelo fiscal/comissão de fiscalização do contrato, avaliado o caso concreto, prazo para a substituição do bem, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

21.14 Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à contratada, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

21.15 O fiscal/comissão de fiscalização do contrato procederá à fiscalização do cumprimento da reserva de cargos prevista em Lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, bem como as demais reservas de

cargos previstas em legislação específica, o que deve ser comprovado em prazo fixado, com a indicação dos respectivos funcionários.

21.16 É admitido, no entanto, no caso de matriz/filial, a emissão de Nota fiscal/Fatura por estabelecimento diverso daquele que participou da etapa pré-contratual e celebrou contrato administrativo com a FEMAR, desde que comprovado o atendimento dos requisitos de habilitação relativos à pessoa jurídica que emitiu a cobrança, principalmente no que tange à regularidade fiscal.

22 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1 As obrigações do Contratante e do Contratado constam da minuta de contrato e no Termo de Referência, Anexos VI e III-A, respectivamente.

23 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

23.1 A contratante fará o pagamento pelos itens entregue por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela Contratada e aceita pela Contratante, depois de atestada a efetiva entrega.

23.2 A Contratada deverá encaminhar a fatura/nota fiscal devidamente atestada, com vistas ao pagamento, para a Gerência de Processamento de Pagamento, localizada na localizada na Rua Clímaco Pereira, nº 367 Lote B2 - B1 - Centro, Maricá, RJ - Cep: 24.902-035, em até 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento.

23.3 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da nota fiscal devidamente atestada, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 936/22.

23.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelos agentes competentes.

23.5 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa do licitante vencedor, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

23.6 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

23.7 O pagamento do acréscimo a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Diretor-Geral, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento do licitante vencedor dirigido à Diretoria-Geral.

23.8 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança.

23.9 Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente aos itens efetivamente entregues.

23.10 Caso o valor dos itens efetivamente entregues seja superior ao previsto, ficando a diferença para ser paga no momento previsto facultado à Contratante, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente ao efetivo fornecimento medido no período.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância e a validade jurídica dos documentos, mediante decisão fundamentada, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da FEMAR, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FEMAR não será, em nenhum caso, responsável por eles.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

24.9 Os prazos previstos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da FEMAR.

24.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais documentos que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

24.12 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

24.13 O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da proposta de preços o submete à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.

24.14 O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação e da contratação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a Contratada, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis, nos termos da Lei n.º 14.133/21.

24.15 A FEMAR reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte, por vício ou ilegalidade, bem como adiar *sine die* ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da proposta de preços ou da documentação de habilitação, desclassificar qualquer proposta ou inhabilitar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial do licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

24.16 Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá o licitante, independente de comunicação formal da FEMAR, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarado desistente do certame licitatório.

24.17 Após a Homologação do resultado desta licitação, antes da assinatura ou durante a execução do(s) Contrato(s), poderá ser permitida que a(s) licitante(s) vencedora(s) ou Contratada(s) sofram processo de fusão, incorporação ou cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de habilitação previstos no Edital e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) Contrato(s) original(is), quando já celebrado(s), sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a FEMAR deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação.

24.18 Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

24.19 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

I – Orçamento Estimado;

- II – Proposta-Detalhe;
- III – Termo de Referência e anexos e Estudo Técnico Preliminar (ETP);
 - A - Termo de Referência e anexos;
 - B – Estudo Técnico Preliminar (ETP)
- IV – Modelos de Declarações;
- V – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- VI – Minuta de Contrato.

Maricá de de 20.....

CLAUDIA ROGÉRIA DE LIMA SOUSA
DIRETORA DE ATENÇÃO À SAÚDE
FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ

ANEXO I
Orçamento Estimado

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	Valor	
				Unitário	Total
1	Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo Material: Aço Inoxidável Formato: Helicoidal Característica Adicional: Largo Tipo Haste: Haste Longa Referência: Ref. 3 Comprimento: 32 MM	UNID.	59	R\$ 8,30	R\$ 489,70
2	Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo Material: Aço Inoxidável Formato: Espiral Característica Adicional: Lentulo Comprimento: Cerca De 25 MM Diâmetro: 0,25 MM	UNID.	329	R\$ 12,89	R\$ 4.240,81
3	Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo Material: Aço Inoxidável Formato: Espiral Característica Adicional: Lentulo Comprimento: Cerca De 25 MM Diâmetro: 0,30 MM	UNID.	329	R\$ 10,29	R\$ 3.385,41

4	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo</p> <p>Material: Aço Inoxidável</p> <p>Formato: Espiral</p> <p>Característica Adicional: Lentulo</p> <p>Comprimento: Cerca De 25 MM</p> <p>Diâmetro: 0,35 MM</p>	UNID.	329	R\$ 21,00	R\$ 6.909,00
5	<p>Broca Alta Rotação Material: Carbide</p> <p>Formato: Cilíndrica</p> <p>Característica Adicional: Transmetal</p> <p>Tipo Haste: 19 Mm</p> <p>Tipo Corte: Corte Grosso</p> <p>Ponta Ativa: 12 Mm Diâmetro</p>	UNID.	729	R\$ 7,21	R\$ 5.256,09
6	<p>Broca Especial Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Compatibilidade: Para Fresadora Sistema Cad / Cam</p>	UNID.	50	R\$ 27,99	R\$ 1.399,50
7	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta</p> <p>Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Formato: Cilíndrica</p> <p>Referência: Ref. Iso 500 104 116 190 023</p>	UNID.	50	R\$ 29,35	R\$ 1.467,50
8	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta</p> <p>Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Formato: Ogiva</p> <p>Formato Adicional: Topo Arredondado</p> <p>Tipo Corte: Corte Fino</p> <p>Referência: Ref. Iso 500 104 274 140 060</p>	UNID.	50	R\$ 29,72	R\$ 1.486,00

9	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta</p> <p>Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Formato: Tronco Cônica</p> <p>Tipo Corte: Corte Médio</p> <p>Referência: Ref. Iso 500 104 257r 190 060</p>	UNID.	50	R\$ 76,81	R\$ 3.840,50
10	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta</p> <p>Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Formato: Tronco Cônica</p> <p>Formato Adicional: Ponta Fina</p> <p>Tipo Corte: Corte Médio</p> <p>Referência: Ref. Iso 500 104 187 190 023</p>	UNID.	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
11	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta</p> <p>Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Formato: Cônica</p> <p>Formato Adicional: Topo Arredondado</p> <p>Tipo Corte: Corte Cruzado</p> <p>Referência: Ref. Iso 500 104 194 190 060</p>	UNID.	50	R\$ 30,00	R\$ 1.500,00
12	<p>Acalçador De Bandas - Uso Odontológico Tipo: Tipo Alavanca</p> <p>Material: Aço Inoxidável Escovado</p>	UNID.	19	R\$ 36,69	R\$ 697,11
13	<p>Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Corte</p> <p>Material: Carboneto De Silício, Carborundum</p> <p>Diâmetro: Cerca De 38 Mm X 0,6 Mm MM</p> <p>Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso</p>	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3	R\$ 210,00	R\$ 630,00
14	<p>Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Polimento</p> <p>Material: Feltro</p> <p>Diâmetro: Cerca De 8 e 12 MM</p> <p>Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso, emb. c/ 24 unid.</p>	UNID.	24	R\$ 25,00	R\$ 600,00

15	isco - Uso Odontologia Tipo: P/ Polimento Material: Feltro Impregnado C/ Óxido De Alumínio Diâmetro: Cerca De 8 MM Tipo Do Encaixe: Encaixe De Polímero P/ Mandril Denteado Tipo Uso: Descartável	KIT C/ 48 DISCOS	78	R\$ 250,89	R\$ 19.569,42
16	Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Corte Material: Aço Inoxidável Diamantado Tipo Face: Duplaface Diâmetro: Cerca De 22 MM Apresentação: Com Mandril	UNID	583	R\$ 12,98	R\$ 7.567,34
17	Acessórios - Uso Odontológico Tipo: Escova Para Limpeza De Brocas Material: Aço E Alumínio	UNID.	1222	R\$ 8,13	R\$ 9.934,86
18	Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Polimento Material: Feltro Diâmetro: Cerca De 22 MM Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso	UNID.	50	R\$ 3,92	R\$ 196,00
19	Acessório Para Polimento De Próteses Tipo: Disco / Roda Material*: Flanela Modelo: Com Costura Diâmetro: Cerca De 100 MM	UNID	12	R\$ 5,60	R\$ 67,20
20	Acessório Para Polimento De Próteses Tipo: Disco / Roda Material*: Brim Modelo: Com Costura Diâmetro: Cerca De 100 MM	UNID	24	R\$ 14,10	R\$ 338,40
21	Acessório Para Polimento De Próteses Tipo: Escova Material*: Pêlo Animal Modelo: Centro De Metal Diâmetro: Cerca De 22 MM	UNID.	50	R\$ 23,50	R\$ 1.175,00
22	Escova De Robson Uso Odontológico Tipo Ponta: Microtufo Uso: Contra-Ângulo	UNID.	9892	R\$ 1,54	R\$ 15.233,68
23	Espaçador Endodôntico Material: Aço Inoxidável Tipo: Digital Comprimento: 25 MM Características Adicionais: 1ª Série Apresentação: Conjunto Completo, emb. c/ 6 unid.	UNID	389	R\$ 39,80	R\$ 15.482,20

24	Espaçador Endodôntico Material: Aço Inoxidável Tipo: Digital Comprimento: 25 MM Características Adicionais: Nº 20, emb. c/ 6 unid.	UNID	389	R\$ 19,53	R\$ 7.597,17
25	Espaçador Endodôntico Material: Aço Inoxidável Tipo: Digital Comprimento: 25 MM Características Adicionais: Nº 25, emb. c/ 6 unid.	UNID	389	R\$ 21,35	R\$ 8.305,15
26	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Curso	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 28,27	R\$ 8.452,73
27	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 30 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 24,56	R\$ 7.343,44
28	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 35 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 14,00	R\$ 4.186,00
29	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 27,89	R\$ 8.339,11
30	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 30 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 30,13	R\$ 9.008,87
31	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 35 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 25,00	R\$ 7.475,00

32	FACA PARA GESSO CABO DE PLÁSTICO	UNID.	50	R\$ 21,68	R\$ 1.084,00
33	Grampo Uso Odontológico Material: Metálico Tipo Uso: Autoclavável Finalidade: Retenção De Matriz E Afastamento De Dente Modelo: Dentes Posteriores (Molares)	UNID.	78	R\$ 113,71	R\$ 8.869,38
34	Lamparina Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Tipo Combustível: Álcool Características Adicionais: Com Tampa Tamanho: Pequeno	UNID.	38	R\$ 21,96	R\$ 834,48
35	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Endodôntica Tipo "C" Características Adicionais: Para Canais Atrésicos Aplicação: Digital Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 128,57	R\$ 57.599,36
36	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Endodôntica Tipo "C" Características Adicionais: Para Canais Atrésicos Aplicação: Digital Componentes: C/ Cursor MESMO CÓDIGO ACIMA	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 101,55	R\$ 45.494,40
37	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Endodôntica Tipo "C" Características Adicionais: Para Canais Atrésicos Aplicação: Digital Componentes: C/ Cursor MESMO CÓDIGO ACIMA	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 107,02	R\$ 47.944,96
38	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Hedstroem Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 87,24	R\$ 22.158,96
39	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Hedstroem Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	135	R\$ 10,90	R\$ 1.471,50

40	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 10,75	R\$ 4.816,00
41	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 31 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 10,00	R\$ 2.540,00
42	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 12,53	R\$ 5.613,44
43	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 12,43	R\$ 5.568,64
44	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 31 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 14,02	R\$ 3.561,08
45	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 12,25	R\$ 3.111,50

46	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 10 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 12,84	R\$ 4.224,36
47	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 15 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 12,55	R\$ 4.128,95
48	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 20 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 12,50	R\$ 4.112,50
49	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 06 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 11,06	R\$ 3.638,74
50	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 08 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 12,25	R\$ 4.030,25
51	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 221,75	R\$ 116.197,00

52	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 255,29	R\$ 133.771,96
53	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 207,98	R\$ 108.981,52
54	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 155,00	R\$ 81.220,00
55	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 232,44	R\$ 121.798,56
56	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 246,76	R\$ 129.302,24
57	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 273,96	R\$ 143.555,04

58	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 120,00	R\$ 62.880,00
59	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/3 UNID.	14	R\$ 164,20	R\$ 2.298,80
60	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 79,90	R\$ 41.867,60
61	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 98,82	R\$ 51.781,68
62	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 101,81	R\$ 53.348,44
63	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 101,67	R\$ 53.275,08

64	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor	EMB. C/6 UNID.	38	R\$ 141,82	R\$ 5.389,16
65	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	11	R\$ 88,00	R\$ 968,00
66	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 31 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 1ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto C/ 6 Un.	EMB. C/6 UNID.	11	R\$ 90,17	R\$ 991,87
67	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 171,73	R\$ 89.986,52
68	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 125,00	R\$ 65.500,00
69	Lubrificante Mineral Composição: Óleo Branco Grau Médio, Base Parafina Aplicação: C/Tampa Aplicadora, P/Instrumental Cirúrgico Características Adicionais: S/Silicone E Flúor, Biodegradável 90%	100ML	1794	R\$ 8,11	R\$ 14.549,34
70	Mandril Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Adaptador De Pontas De Alta Rotação Compatibilidade: Para Peça Reta	UNID.	100	R\$ 2,53	R\$ 253,00

71	Ponta Montada Uso Odontológico Material: Silicone C/ Óxido De Alumínio Formato: 07 Pontas Sortidas Cor: Branca Aplicação: Resinas Características Adicionais: Conjunto Completo Compatibilidade: Contra Ângulo	KIT C/ 6 PEÇAS	2530	R\$ 27,00	R\$ 68.310,00
72	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Parcial Hemiarcada Aplicação: Direito Inferior / Esquerdo Superior Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 8,69	R\$ 1.685,86
73	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 1 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	49	R\$ 8,22	R\$ 402,78
74	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 1 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	49	R\$ 8,73	R\$ 427,77
75	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 2 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 7,60	R\$ 1.474,40
76	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 2 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 7,60	R\$ 1.474,40
77	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 3 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 7,60	R\$ 1.474,40

78	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 3 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 7,60	R\$ 1.474,40
79	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 4 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 8,08	R\$ 1.567,52
80	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 4 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 9,93	R\$ 1.926,42
81	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 5 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 7,60	R\$ 1.474,40
82	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 5 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada	UNID.	194	R\$ 8,83	R\$ 1.713,02
83	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 1 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 11,30	R\$ 2.192,20
84	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 2 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 16,86	R\$ 3.270,84

85	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 3 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 14,90	R\$ 2.890,60
86	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 4 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 15,80	R\$ 3.065,20
87	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 5 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 19,59	R\$ 3.800,46
88	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 6 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 18,69	R\$ 3.625,86
89	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 7 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,18	R\$ 3.332,92
90	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 8 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 12,85	R\$ 2.492,90

91	Pedra Para Polir Material: Óxido De Alumínio Cor: Branca Formato: Cilíndrica Reta Características Adicionais: Peça De Mão Aplicação: Odontologia	UNID.	322	R\$ 13,42	R\$ 4.321,24
92	Pedra Afiar Tipo: Reta Arcansas Comprimento: 10 CM Largura: 2,5 CM Espessura: 6 CM Especificação: Jt 911	UNID.	322	R\$ 15,30	R\$ 4.926,60
93	Seringa Odontologica Material: Termoplástico Tipo Uso: Autoclavável Características Adicionais: 30 Pontas Sortidas Centrix Aplicação: Inserção De Materiais Dentários Viscosos	EMB. C/20 UNID.	3681	R\$ 92,90	R\$ 341.964,90
94	Seringa Odontologica Material: Termoplástico Tipo Uso: Autoclavável Características Adicionais: 30 Pontas Sortidas Centrix Aplicação: Inserção De Materiais Dentários Viscosos	EMB. C/20 UNID.	3681	R\$ 58,10	R\$ 213.866,10
95	Ponteira Ultrassom Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Ponta Lisa C/ Refrigeração Aplicação: Raspagem / Remoção De Tártaro Compatibilidade: Encaixe Específico Características Adicionais: P/ Região Supragengival	UNID.	4903	R\$ 51,30	R\$ 251.523,90
96	Porta Matriz Odontológico Material: Aço Inoxidável Tipo: Tofflemire Tamanho: Adulto	UNID	2945	R\$ 36,79	R\$ 108.346,55
97	Porta Matriz Odontológico Material: Aço Inoxidável Tipo: Tofflemire Tamanho: Infantil	UNID	2945	R\$ 17,42	R\$ 51.301,90
98	Peças - Equipamento Odontológico Tipo: Saca Broca Aplicação: Caneta Alta Rotação Cabeça Padrão	UNID.	485	R\$ 28,18	R\$ 13.667,30
99	Aplicador Odontológico Tipo Uso: Tipo Pistola Aplicação: Dispensador Para Pontas Material: Plástico Características Adicionais: Para Materiais Viscosos Tipo Uso*: Autoclavável	UNID.	897	R\$ 188,41	R\$ 169.003,77

100	Acessórios - Uso Odontológico Aplicação: Inter Dental / Bucal Tipo: Lâmina P/ Micro Arco De Serra Material: Aço Inoxidável	UNID.	78	R\$ 49,09	R\$ 3.829,02
101	Base Borracha Uso Odontológico Tipo De Uso: Base Para Troquel Aplicação 1: Confeção De Modelos De Troquéis C/ Precisão Apresentação: Bases E Linguetas Reutilizáveis Tamanhos: Tamanho 06	UNID.	60	R\$ 26,00	R\$ 1.560,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.944.779,13	

ANEXO II

Proposta-Detalhe

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ
Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO N.º 90041/2024

A realizar-se em:

Processo: 16457/2024

PROPOSTA DETALHE

A firma ao lado mencionada propõe fornecer os itens descritos abaixo à FEMAR, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes da EDITAL N.º PE 90041/2024

CARIMBO DO CNPJ

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	Valor	
					Unitário	Total
1	Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo Material: Aço Inoxidável Formato: Helicoidal Característica Adicional: Largo Tipo Haste: Haste Longa Referência: Ref. 3 Comprimento: 32 MM		UNID.	59		

2	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo</p> <p>Material: Aço Inoxidável</p> <p>Formato: Espiral</p> <p>Característica Adicional: Lentulo</p> <p>Comprimento: Cerca De 25 MM</p> <p>Diâmetro: 0,25 MM</p>		UNID.	329		
3	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo</p> <p>Material: Aço Inoxidável</p> <p>Formato: Espiral</p> <p>Característica Adicional: Lentulo</p> <p>Comprimento: Cerca De 25 MM</p> <p>Diâmetro: 0,30 MM</p>		UNID.	329		
4	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Contra Ângulo</p> <p>Material: Aço Inoxidável</p> <p>Formato: Espiral</p> <p>Característica Adicional: Lentulo</p> <p>Comprimento: Cerca De 25 MM</p> <p>Diâmetro: 0,35 MM</p>		UNID.	329		
5	<p>Broca Alta Rotação Material: Carbide</p> <p>Formato: Cilíndrica</p> <p>Característica Adicional: Transmetal</p> <p>Tipo Haste: 19 Mm</p> <p>Tipo Corte: Corte Grosso</p> <p>Ponta Ativa: 12 Mm Diâmetro</p>		UNID.	729		
6	<p>Broca Especial Material: Carboneto De Tungstênio</p>		UNID.	50		

	Compatibilidade: Para Fresadora Sistema Cad / Cam					
7	Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta Material: Carboneto De Tungstênio Formato: Cilíndrica Referência: Ref. Iso 500 104 116 190 023		UNID.	50		
8	Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta Material: Carboneto De Tungstênio Formato: Ogiva Formato Adicional: Topo Arredondado Tipo Corte: Corte Fino Referência: Ref. Iso 500 104 274 140 060		UNID.	50		
9	Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta Material: Carboneto De Tungstênio Formato: Tronco Cônica Tipo Corte: Corte Médio Referência: Ref. Iso 500 104 257r 190 060		UNID.	50		
10	Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta Material: Carboneto De Tungstênio Formato: Tronco Cônica Formato Adicional: Ponta Fina Tipo Corte: Corte Médio Referência: Ref. Iso 500 104 187 190 023		UNID.	50		

11	<p>Broca Baixa Rotação Tipo: Peça Reta</p> <p>Material: Carboneto De Tungstênio</p> <p>Formato: Cônica</p> <p>Formato Adicional: Topo Arredondado</p> <p>Tipo Corte: Corte Cruzado</p> <p>Referência: Ref. Iso 500 104 194 190 060</p>		UNID.	50		
12	<p>Acalçador De Bandas - Uso Odontológico Tipo: Tipo Alavanca</p> <p>Material: Aço Inoxidável Escovado</p>		UNID.	19		
13	<p>Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Corte</p> <p>Material: Carboneto De Silício, Carborundum</p> <p>Diâmetro: Cerca De 38 Mm X 0,6 Mm MM</p> <p>Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso</p>		EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3		
14	<p>Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Polimento</p> <p>Material: Feltro</p> <p>Diâmetro: Cerca De 8 e 12 MM</p> <p>Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandril C/ Parafuso, emb. c/ 24 unid.</p>		UNID.	24		
15	<p>Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Polimento</p> <p>Material: Feltro Impregnado C/ Óxido De Alumínio</p> <p>Diâmetro: Cerca De 8 MM</p> <p>Tipo Do Encaixe: Encaixe De Polímero P/ Mandril Denteado</p> <p>Tipo Uso: Descartável</p>		KIT C/ 48 DISCOS	78		
16	<p>Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Corte</p> <p>Material: Aço Inoxidável Diamantado</p> <p>Tipo Face: Dupliface</p> <p>Diâmetro: Cerca De 22 MM</p> <p>Apresentação: Com Mandril</p>		UNID	583		
17	<p>Acessórios - Uso Odontológico Tipo: Escova Para Limpeza De Brocas</p> <p>Material: Aço E Alumínio</p>		UNID.	1222		

18	Disco - Uso Odontologia Tipo: P/ Polimento Material: Feltro Diâmetro: Cerca De 22 MM Tipo Do Encaixe: Encaixe P/ Mandrill C/ Parafuso		UNID.	50		
19	Acessório Para Polimento De Próteses Tipo: Disco / Roda Material*: Flanela Modelo: Com Costura Diâmetro: Cerca De 100 MM		UNID	12		
20	Acessório Para Polimento De Próteses Tipo: Disco / Roda Material*: Brim Modelo: Com Costura Diâmetro: Cerca De 100 MM		UNID	24		
21	Acessório Para Polimento De Próteses Tipo: Escova Material*: Pêlo Animal Modelo: Centro De Metal Diâmetro: Cerca De 22 MM		UNID.	50		
22	Escova De Robson Uso Odontológico Tipo Ponta: Microtufo Uso: Contra-Ângulo		UNID.	9892		
23	Espaçador Endodôntico Material: Aço Inoxidável Tipo: Digital Comprimento: 25 MM Características Adicionais: 1ª Série Apresentação: Conjunto Completo, emb. c/ 6 unid.		UNID	389		
24	Espaçador Endodôntico Material: Aço Inoxidável Tipo: Digital Comprimento: 25 MM Características Adicionais: Nº 20, emb. c/ 6 unid.		UNID	389		
25	Espaçador Endodôntico Material: Aço Inoxidável Tipo: Digital Comprimento: 25 MM Características Adicionais: Nº 25, emb. c/ 6 unid.		UNID	389		
26	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Curso		EMB. C/10 UNID.	299		

27	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 30 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/10 UNID.	299		
28	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 35 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/10 UNID.	299		
29	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/10 UNID.	299		
30	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 30 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/10 UNID.	299		
31	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Extirpa Polpa Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 35 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/10 UNID.	299		
32	Faca para gesso cabo de plástico		UNID.	50		
33	Grampo Uso Odontológico Material: Metálico Tipo Uso: Autoclavável Finalidade: Retenção De Matriz E Afastamento De Dente Modelo: Dentes Posteriores (Molares)		UNID.	78		
34	Lamparina Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Tipo Combustível: Álcool Características Adicionais: Com Tampa Tamanho: Pequeno		UNID.	38		

35	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Endodôntica Tipo "C" Características Adicionais: Para Canais Atrésicos Aplicação: Digital Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	448		
36	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Endodôntica Tipo "C" Características Adicionais: Para Canais Atrésicos Aplicação: Digital Componentes: C/ Cursor MESMO CÓDIGO ACIMA		EMB. C/6 UNID.	448		
37	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Endodôntica Tipo "C" Características Adicionais: Para Canais Atrésicos Aplicação: Digital Componentes: C/ Cursor MESMO CÓDIGO ACIMA		EMB. C/6 UNID.	448		
38	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Hedstroem Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	254		
39	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Hedstroem Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	135		
40	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	448		

41	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 31 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	254		
42	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: 1ª Série/15 A 40 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	448		
43	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	448		
44	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 31 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	254		
45	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 21 MM Aplicação: Digital Tamanho: 2ª Série/45 A 80 Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	254		
46	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 10 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	329		

47	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 15 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	329		
48	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Flexível Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 20 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	329		
49	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 06 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	329		
50	Lima Uso Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Tipo Kerr Comprimento: 25 MM Aplicação: Digital Tamanho: Nº 08 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	329		
51	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
52	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		

53	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
54	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	524		
55	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
56	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
57	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 21 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 2ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
58	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		

59	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/3 UNID.	14		
60	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/4 UNID.	524		
61	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/4 UNID.	524		
62	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/4 UNID.	524		
63	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/4 UNID.	524		
64	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Endodôntica, Sistema Reciprocante Comprimento: 25 MM Aplicação: Compatível C/ Contra Ângulo E Sistema Oscilatório Tamanho: Nº 25 Componentes: C/ Cursor		EMB. C/6 UNID.	38		

65	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	11		
66	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 31 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: 1ª Série Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto C/ 6 Un.		EMB. C/6 UNID.	11		
67	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
68	Lima Uso Odontológico Material: Níquel / Titânio Modelo: Rotatória Comprimento: 25 MM Aplicação: Para Motor De Baixa Rotação Tamanho: Série Especial Componentes: C/ Cursor Apresentação: Conjunto Completo		EMB. C/6 UNID.	524		
69	Lubrificante Mineral Composição: Óleo Branco Grau Médio, Base Parafina Aplicação: C/Tampa Aplicadora, P/Instrumental Cirúrgico Características Adicionais: S/Silicone E Flúor, Biodegradável 90%		100ML	1794		
70	Mandril Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Adaptador De Pontas De Alta Rotação Compatibilidade: Para Peça Reta		UNID.	100		

71	Ponta Montada Uso Odontológico Material: Silicone C/ Óxido De Alumínio Formato: 07 Pontas Sortidas Cor: Branca Aplicação: Resinas Características Adicionais: Conjunto Completo Compatibilidade: Contra Ângulo		KIT C/ 6 PEÇAS	2530		
72	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Parcial Hemiarcada Aplicação: Direito Inferior / Esquerdo Superior Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
73	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 1 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	49		
74	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 1 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	49		
75	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 2 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
76	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 2 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
77	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 3 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		

78	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 3 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
79	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 4 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
80	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 4 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
81	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 5 Aplicação: Superior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
82	Moldeira Odontológica Material: Alumínio Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 5 Aplicação: Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada		UNID.	194		
83	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 1 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		

84	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 2 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		
85	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 3 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		
86	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 4 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		
87	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 5 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		
88	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 6 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		

89	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 7 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		
90	Moldeira Odontológica Material: Plástico Tipo: P/ Moldagem Modelo: Dentados Total Tamanho: Nº 8 Aplicação: Superior e Inferior, Adulto Características Adicionais: Perfurada Tipo Uso: Autoclavável		EMB. C/2 UNID.	194		
91	Pedra Para Polir Material: Óxido De Alumínio Cor: Branca Formato: Cilíndrica Reta Características Adicionais: Peça De Mão Aplicação: Odontologia		UNID.	322		
92	Pedra Afiar Tipo: Reta Arcansas Comprimento: 10 CM Largura: 2,5 CM Espessura: 6 CM Especificação: Jt 911		UNID.	322		
93	Seringa Odontologica Material: Termoplástico Tipo Uso: Autoclavável Características Adicionais: 30 Pontas Sortidas Centrix Aplicação: Inserção De Materiais Dentários Viscosos		EMB. C/20 UNID.	3681		
94	Seringa Odontologica Material: Termoplástico Tipo Uso: Autoclavável Características Adicionais: 30 Pontas Sortidas Centrix Aplicação: Inserção De Materiais Dentários Viscosos		EMB. C/20 UNID.	3681		
95	Ponteira Ultrassom Odontológico Material: Aço Inoxidável Modelo: Ponta Lisa C/ Refrigeração Aplicação: Raspagem / Remoção De Tártaro Compatibilidade: Encaixe Específico		UNID.	4903		

	Características Adicionais: P/ Região Supragengival					
96	Porta Matriz Odontológico Material: Aço Inoxidável Tipo: Tofflemire Tamanho: Adulto		UNID	2945		
97	Porta Matriz Odontológico Material: Aço Inoxidável Tipo: Tofflemire Tamanho: Infantil		UNID	2945		
98	Peças - Equipamento Odontológico Tipo: Saca Broca Aplicação: Caneta Alta Rotação Cabeça Padrão		UNID.	485		
	Aplicador Odontológico Tipo Uso: Tipo Pistola Aplicação: Dispensador Para Pontas Material: Plástico Características Adicionais: Para Materiais Viscosos Tipo Uso*: Autoclavável		UNID.	897		
100	Acessórios - Uso Odontológico Aplicação: Inter Dental / Bucal Tipo: Lâmina P/ Micro Arco De Serra Material: Aço Inoxidável		UNID.	78		
101	Base Borracha Uso Odontológico Tipo De Uso: Base Para Troquel Aplicação 1: Confecção De Modelos De Troquéis C/ Precisão Apresentação: Bases E Linguetas Reutilizáveis Tamanhos: Tamanho 06		UNID.	60		

1 - PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1 - O preço total ofertado é

R\$ _____ (_____).

1.2 - O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições para fiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do Pregão Eletrônico nº 90041/2024.

2 - DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

2.1 - O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data de sua entrega ao pregoeiro, na forma do art. 90, §3º da Lei n.º 14.133/2021.

3 - DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Maricá, ___/___/___.

Proposta Comercial
Assinar e carimbar

ANEXO III

A - TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

Considerando as disposições da Lei n.º 14.133, de 2021 e suas posteriores alterações e dos Decretos municipais n.ºs 936/2022 e 937/2022, bem como conforme exposto e fundamentado no Estudo Técnico Preliminar, ante ao interesse público, a Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR, realizará processo licitatório através do procedimento de Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando registrar preços para o **FORNECIMENTO DE INSUMOS ODONTOLÓGICOS**, a fim de atender a demanda das equipes de saúde bucal do Município de Maricá – nos serviços geridos pela Fundação Estatal de Saúde de Maricá.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **fornecimento de insumos odontológicos** para atender as demandas das unidades e equipes de saúde bucal que compõem a estrutura da rede de saúde pública municipal gerida pela FEMAR, em decorrência do Convênio n.º 01/2023-SMS, constituído por meio de Contrato de Gestão, com o Município de Maricá, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, nos termos da tabela e descrições abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1.	403923	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: HELICOIDAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LARGO TIPO HASTE: HASTE LONGA REFERÊNCIA: REF. 3 COMPRIMENTO: 32 MM	BROCA LARGO CA 32MM Nº 3	UNID.	59
2.	422540	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: ESPIRAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LENTULO COMPRIMENTO: CERCA DE 25 MM DIÂMETRO: 0,25 MM	BROCA LENTULO 25MM Nº 25	UNID.	329
3.	422541	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: ESPIRAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LENTULO COMPRIMENTO: CERCA DE 25 MM DIÂMETRO: 0,30 MM	BROCA LENTULO 25MM Nº 30	UNID.	329
4.	422543	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: ESPIRAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LENTULO COMPRIMENTO: CERCA DE 25 MM DIÂMETRO: 0,35 MM	BROCA LENTULO 25MM Nº 35	UNID.	329
5.	414850	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL: CARBIDE FORMATO: CILÍNDRICA CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TRANSMETAL TIPO HASTE: 19 MM TIPO CORTE: CORTE GROSSO PONTA ATIVA: 12 MM DIÂMETRO	BROCA TRANSMETAL (PREDATOR) TR2T 19MM	UNID.	729
6.	432571	ROCA ESPECIAL MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO COMPATIBILIDADE: PARA FRESADORA SISTEMA CAD / CAM	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1502 TARJA AZUL: PONTA ATIVA	UNID.	50

7.	428565	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: CILÍNDRICA REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 116 190 023	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1503 TARJA AZUL: PONTA INATIVA	UNID.	50
8.	480319	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: OGIVA FORMATO ADICIONAL: TOPO ARREDONDADO TIPO CORTE: CORTE FINO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 274 140 060	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1506 TARJA AZUL: PONTA OGIVAL	UNID.	50
9.	480320	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: TRONCO CÔNICA TIPO CORTE: CORTE MÉDIO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 257R 190 060	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1510 TARJA AZUL: FORMATO 79	UNID.	50
10.	480318	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: TRONCO CÔNICA FORMATO ADICIONAL: PONTA FINA TIPO CORTE: CORTE MÉDIO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 187 190 023	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1571 TARJA AZUL: FORMATO AGULHA	UNID.	50
11.	426831	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: CÔNICA FORMATO ADICIONAL: TOPO ARREDONDADO TIPO CORTE: CORTE CRUZADO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 194 190 060	BROCA TUNGSTÊNIO PERA CORTE CRUZADO EXTRA GROSSO Nº 5451	UNID.	50
12.	411877	ACALCADOR DE BANDAS - USO ODONTOLÓGICO TIPO: TIPO ALAVANCA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO	CALCADOR DE BANDA	UNID.	19
13.	438145	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ CORTE MATERIAL: CARBONETO DE SILÍCIO, ARBORUNDUM DIÂMETRO: CERCA DE 38 MM X 0,6 MM MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE P/ MANDRIL C/ PARAFUSO	DISCO DE CORTE. 38 X 0,6.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3

14.	438130	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ POLIMENTO MATERIAL: FELTRO DIÂMETRO: CERCA DE 8 E 12 MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE P/ MANDRIL C/ PARAFUSO EMBALAGEM COM 24	DISCO DE FELTRO DIAMONT FLEX EMBALAGEM COM 8MM E 12MM	UNIDADES	24
15.	446173	ISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ POLIMENTO MATERIAL: FELTRO IMPREGNADO C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO: CERCA DE 8 MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE DE POLÍMERO P/ MANDRIL DENTEADO TIPO USO: DESCARTÁVEL	DISCO DE POLIMENTO SUPER-SNAP	KIT C/ 48 DISCOS	78
16.	438148	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ CORTE MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADO TIPO FACE: DUPLAFACE DIÂMETRO: CERCA DE 22 MM APRESENTAÇÃO: COM MANDRIL	DISCO ODONTOLÓGICO PARA CORTE 22 MM	UNID	583
17.	438158	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO TIPO: ESCOVA PARA LIMPEZA DE BROCAS MATERIAL: AÇO E ALUMÍNIO	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS	UNID.	1222
18.	438157	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ POLIMENTO MATERIAL: FELTRO DIÂMETRO: CERCA DE 22 MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE P/ MANDRIL C/ PARAFUSO	ESCOVA DE FELTRO PARA POLIMENTO PM	UNID.	50
19.	438304	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES TIPO: DISCO / RODA MATERIAL*: FLANELA MODELO: COM COSTURA DIÂMETRO: CERCA DE 100 MM	DISCO DE FLANELA Nº 4	UNID	12
20.	438302	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES TIPO: DISCO / RODA MATERIAL*: BRIM MODELO: COM COSTURA DIÂMETRO: CERCA DE 100 MM	DISCO DE POLIMENTO ACRÍLICO BRIM BRANCO	UNID	24
21.	438306	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES TIPO: ESCOVA MATERIAL*: PÊLO ANIMAL MODELO: CENTRO DE METAL DIÂMETRO: CERCA DE 22 MM	DISCO PARA POLIMENTO ESTRELA PM - CRINA DE CAVALO	UNID.	50
22.	431409	ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICO TIPO PONTA: MICROTUFO USO: CONTRA-ÂNGULO	ESCOVA ROBINSON PINCEL PLANO.	UNID.	9892
23.	437856	ESPAÇADOR ENDODÔNTICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: DIGITAL COMPRIMENTO: 25 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 1ª SÉRIE APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO EMB. C/6	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº15-40	UNID.	389

24.	418777	ESPAÇADOR ENDODÔNTICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: DIGITAL COMPRIMENTO: 25 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 20 EMB. C/6	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº20	UNID.	389
25.	418782	ESPAÇADOR ENDODÔNTICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: DIGITAL COMPRIMENTO: 25 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 25 EMB. C/6	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº25	UNID.	389
26.	430897	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSO	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 25	EMB. C/10 UNID.	299
27.	430894	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 30 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 30	EMB. C/10 UNID.	299
28.	430896	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 35 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 35	EMB. C/10 UNID.	299
29.	430890	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº25	EMB. C/10 UNID.	299
30.	430887	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 30 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº30	EMB. C/10 UNID.	299
31.	430889	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 35 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº35	EMB. C/10 UNID.	299
32.	-	FACA PARA GESSO CABO DE PLÁSTICO	FACA PARA GESSO CABO DE PLÁSTICO	UNID.	50
33.	477436	GRAMPO USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: METÁLICO TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL FINALIDADE: RETENÇÃO DE MATRIZ E AFASTAMENTO DE DENTE	GRAMPO PARA MATRIX (EMBALAGEM COM 1 GRAMPO + 4 PROTETORES	UNID.	78

		MODELO: DENTES POSTERIORES (MOLARES)	DE SILICONE TRIANGULARES)		
34.	209756	LAMPARINA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO COMBUSTÍVEL: ÁLCOOL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA TAMANHO: PEQUENO	LAMPARINA A ÁLCOOL DE ALUMÍNIO	UNID.	38
35.	438269	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ENDODÔNTICA TIPO "C" CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANAIS ATRÉSICOS APLICAÇÃO: DIGITAL COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA C+ PLUS Nº 10 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448
36.	438269	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ENDODÔNTICA TIPO "C" CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANAIS ATRÉSICOS APLICAÇÃO: DIGITAL COMPONENTES: C/ CURSOR MESMO CÓDIGO ACIMA	LIMA C+ PLUS Nº 15 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448
37.	438269	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ENDODÔNTICA TIPO "C" CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANAIS ATRÉSICOS APLICAÇÃO: DIGITAL COMPONENTES: C/ CURSOR MESMO CÓDIGO ACIMA	LIMA C+ PLUS Nº 8 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448
38.	418546	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: HEDSTROEM COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA HEDSTROEM ESTÉRIL 25MM - SORTIDA Nº 15-40	EMB. C/6 UNID.	254
39.	418547	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: HEDSTROEM COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA HEDSTROEM ESTÉRIL 25MM - SORTIDA Nº 45-80	EMB. C/6 UNID.	135
40.	419472	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 15-40 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	448
41.	419496	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 31 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40	LIMA K Nº 15-40 - 31MM.	EMB. C/6 UNID.	254

		COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO			
42.	419489	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 15-40 21MM.	EMB. C/6 UNID.	448
43.	419473	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 45-80 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	448
44.	419497	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 31 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 45-80 - 31MM.	EMB. C/6 UNID.	254
45.	419490	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 45-80 21MM.	EMB. C/6 UNID.	254
46.	430405	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 10 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 10 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
47.	430423	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 15 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 15 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
48.	419458	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 20 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 20 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
49.	430407	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 06 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 6 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329

50.	430406	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 08 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 8 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
51.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 20 21MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524
52.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 20 25MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524
53.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 25 21MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524
54.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 25 25MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524
55.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 21MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524
56.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 25MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524

57.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
58.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 25MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
59.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE PARA RETRATAMENTO 25MM MK	EMB. C/3 UNID.	14
60.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 15.04 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
61.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 20.06 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
62.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 25.06 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
63.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 35.04 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524

64.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE W-FILE	EMB. C/6 UNID.	38
65.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA ROTATÓRIA NITI TRATAMENTO TÉRMICO 25 MM	EMB. C/6 UNID.	11
66.	434972	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 31 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 1ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO C/ 6 UN.	LIMA ROTATÓRIA NITI TRATAMENTO TÉRMICO 31 MM	EMB. C/6 UNID.	11
67.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL 25MM.	EMB. C/6 UNID.	524
68.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL RETRATAMENTO 25MM.	EMB. C/6 UNID.	524
69.	298502	LUBRIFICANTE MINERAL COMPOSIÇÃO: ÓLEO BRANCO GRAU MÉDIO, BASE PARAFINA APLICAÇÃO: C/TAMPA APLICADORA, P/INSTRUMENTAL CIRÚRGICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: S/SILICONE E FLÚOR, BIODEGRADÁVEL 90% 100ML	LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS	UNID.	1794
70.	453406	MANDRIL ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ADAPTADOR DE PONTAS DE ALTA ROTAÇÃO COMPATIBILIDADE: PARA PEÇA RETA	MANDRIL PM	UNID.	100

71.	439281	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: SILICONE C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS COR: BRANCA APLICAÇÃO: RESINAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO COMPATIBILIDADE: CONTRA ÂNGULO	MINI KIT POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA	KIT C/ 6 PEÇAS	2530
72.	427651	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: PARCIAL HEMIARCADA APLICAÇÃO: DIREITO INFERIOR / ESQUERDO SUPERIOR CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA PARCIAL GIRATÓRIA PERFURADA ALUMÍNIO Nº 87.	UNID.	194
73.	427673	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 1 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 1 - SUPERIOR	UNID.	49
74.	427674	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 1 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 1 - INFERIOR	UNID.	49
75.	427675	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 2 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 2 - SUPERIOR	UNID.	194
76.	427676	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 2 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 2 - INFERIOR	UNID.	194
77.	427677	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 3 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 3 - SUPERIOR	UNID.	194
78.	427678	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 3 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 3 - INFERIOR	UNID.	194

		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA			
79.	427679	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 4 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 4 - SUPERIOR	UNID.	194
80.	427680	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 4 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 4 - INFERIOR	UNID.	194
81.	427681	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 5 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 5 - SUPERIOR	UNID.	194
82.	427682	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 5 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 5 - INFERIOR	UNID.	194
83.	427683	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 1 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 1 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
84.	427685	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 2 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 2 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
85.	427687	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 3 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 3 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194

86.	427689	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 4 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 4 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
87.	427691	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 5 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 5 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
88.	428750	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 6 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 6 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
89.	428752	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 7 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 7 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
90.	428754	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 8 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 8 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
91.	245950	PEDRA PARA POLIR MATERIAL: ÓXIDO DE ALUMÍNIO COR: BRANCA FORMATO: CILÍNDRICA RETA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEÇA DE MÃO APLICAÇÃO: ODONTOLOGIA	PEDRA ARKANSAS CHAMA FL-2.	UNID.	322
92.	288667	PEDRA AFIAR TIPO: RETA ARKANSAS COMPRIMENTO: 10 CM LARGURA: 2,5 CM ESPESSURA: 6 CM ESPECIFICAÇÃO: JT 911	PEDRA PARA AFIAR ARKANSAS	UNID.	322

93.	347998	SERINGA ODONTOLOGICA MATERIAL: TERMOPLÁSTICO TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 30 PONTAS SORTIDAS CENTRIX APLICAÇÃO: INSERÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS VISCOSOS	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº2 (ALTA FLUIDEZ)	EMB. C/20 UNID.	3681
94.	347998	SERINGA ODONTOLOGICA MATERIAL: TERMOPLÁSTICO TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 30 PONTAS SORTIDAS CENTRIX APLICAÇÃO: INSERÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS VISCOSOS	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº 4 (FLUIDEZ MEDIA)	EMB. C/20 UNID.	3681
95.	407077	PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: PONTA LIÇA C/ REFRIGERAÇÃO APLICAÇÃO: RASPAGEM / REMOÇÃO DE TÁRTARO COMPATIBILIDADE: ENCAIXE ESPECÍFICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: P/ REGIÃO SUPRAGENGIVAL	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1- S	UNID.	4903
96.	426502	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: TOFFLEMIRE TAMANHO: ADULTO	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE ADULTO	UNID	2945
97.	426503	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: TOFFLEMIRE TAMANHO: INFANTIL	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE INFANTIL	UNID	2945
98.	411905	PEÇAS - EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO TIPO: SACA BROCA APLICAÇÃO: CANETA ALTA ROTAÇÃO CABEÇA PADRÃO	SACA BROCA UNIVERSAL ALTA ROTAÇÃO.	UNID.	485
99.	442471	APLICADOR ODONTOLÓGICO TIPO USO: TIPO PISTOLA APLICAÇÃO: DISPENSADOR PARA PONTAS MATERIAL: PLÁSTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA MATERIAIS VISCOSOS TIPO USO*: AUTOCLAVÁVEL	SERINGA CENTRIX	UNID.	897
100.	428222	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO APLICAÇÃO: INTER DENTAL / BUCAL TIPO: LÂMINA P/ MICRO ARCO DE SERRA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	SERRA MICRO CUT 1 SERRA (ESPESSURA DE 0,05MM)	UNID.	78
101.	479699	BASE BORRACHA USO ODONTOLÓGICO TIPO DE USO: BASE PARA TROQUEL APLICAÇÃO 1: CONFECÇÃO DE MODELOS DE TROQUÊIS C/ PRECISÃO APRESENTAÇÃO: BASES E LINGUETAS REUTILIZÁVEIS TAMANHOS: TAMANHO 06	TROQUELIZADOR BAFIX	UNID.	60

1.2. As informações constantes na tabela e nos subitens acima contêm a descrição completa dos itens que compõem o objeto do presente processo, bem como a indicação das unidades e quantidades estimadas, em função da utilização provável.

1.3. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 881, de 09 de agosto de 2022.

1.4. Na forma exigida pelo Art. 19, §2º da Lei n.º 14.133, de 2021, é de esclarecer que não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, instituído por meio da Portaria SEGES/ME n.º 938, de 02 de fevereiro de 2022, tendo em vista que, até o presente momento, só constam no referido catálogo os itens padronizados água mineral natural sem gás¹, café e açúcar².

1.5. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme definido no art. 6º, XIII da Lei n.º 14.133, de 2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos, tendo como base as especificações usuais de mercado.

1.6. A compra dos insumos odontológicos é enquadrada como continuada, tratando-se, portanto, de fornecimento contínuo, tendo em vista que a sua obtenção visa a manutenção da atividade fim da FEMAR, decorrente de necessidade permanente, por mais de um exercício financeiro, conforme preconiza o art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público e/ou o cumprimento da missão institucional.

1.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da comunicação formal de início, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável por interesse das partes, até o limite de 05 (cinco) anos, desde que haja autorização formal da autoridade competente.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos, bem assim de sua respectiva necessidade encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

¹ Códigos CATMAT n.º 445484 e n.º 445485;

² Códigos CATMAT n.º 606522, n.º 606523, n.º 606524, n.º 603269 e 463990.

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. No que couber, o objeto licitado deverá estar de acordo com as seguintes normativas técnicas:

4.1.1. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 751, de 15 de setembro de 2022:** dispõe sobre a classificação de risco de dispositivos médicos, os requisitos de rotulagem e de instruções de uso, e os procedimentos para notificação, registro, alteração, revalidação e cancelamento de notificação ou registro de dispositivos médicos;

4.1.2. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 546, de 30 de agosto de 2021:** dispõe sobre os requisitos essenciais de segurança e eficácia aplicáveis aos produtos para saúde;

4.1.3. **Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976:** dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos e dá outras Providências;

4.1.4. **Instrução Normativa – IN n.º 127, de 30 de março de 2022:** dispõe sobre as boas práticas de fabricação complementares a Insumos e Medicamentos Biológicos;

4.1.5. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 15, de 15 de março de 2012:** dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências;

4.1.6. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA n.º 222, de 28 de março de 2018:** regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;

4.1.7. **Norma Regulamentadora n.º 32:** que normatiza sobre a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde;

4.1.8. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 36, de 25 de julho de 2013:** que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

Da Sustentabilidade

4.2. Deve ser dada prioridade, aos produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, consoante o art. 7º, inc. XI da Lei n.º 12.305 de 2010 – Lei de Políticas Nacionais de Resíduos sólidos e da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS nº 50, de 21 de fevereiro de 2002 da ANVISA.

4.3. A contratada deve responsabilizar-se pela correta destinação final de todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias).

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente dispostos ao longo deste Termo de Referência, devem ser atendidos os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1. os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.4.2. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pelos Órgãos de Controle;

Da exigência de amostra

4.5. Não haverá exigência de amostra da contratação.

Da indicação de marcas ou modelos

4.6. Salienta-se que as especificações dos itens, objeto deste Termo de Referência, são suficientes à escolha do futuro contratado, certificando ainda, que não há determinação de marca, nem tão pouco importam em cerceamento da competitividade do certame.

Da Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, na forma do que autoriza o art. 122, §2º da Lei n.º 14.133/2021, pelo fato de que apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/etapa/aspecto requeira a participação de terceiros, o que não é o caso da contratação almejada.

4.8. Nesse sentido é a jurisprudência do E. Tribunal de Contas da União, que aponta no sentido de que a subcontratação é regra de exceção e deve ser devidamente motivada sob a ótica do interesse público, o que não se verifica, como já demonstrado, no caso em apreço, a ver:

[Enunciado] A subcontratação do objeto e admitida apenas parcialmente, desde que motivada sob a ótica do interesse público e com os seus limites devidamente fixados pelo contratante, não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação ou administração de contrato.³

*[Sumario] 1. **A subcontratação é regra de exceção**, somente admitida quando não se mostrar viável sob a ótica técnica e/ou econômica a execução integral do objeto por parte da contratada, e desde que mediante autorização formal do ente contratante. 2. A subcontratação do objeto em sua inteireza não encontra amparo nas normas que disciplinam os contratos administrativos.⁴*

Da Garantia da contratação

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021, por se tratar de objeto de baixo risco e complexidade, conforme descrito no item 1 – Das Condições Gerais da Contratação deste Termo de Referência.

Das Condições

4.10. A pessoa jurídica a ser contratada deverá atender as exigências legais da Lei n.º 14.133/2021, sob pena de desclassificação da sua proposta.

4.11. A Contratada deverá garantir a qualidade dos produtos ofertados, devendo realizar a correção em caso de defeito no objeto contratado, correndo todos os ônus por sua conta.

4.12. A Contratada deverá responsabilizar-se por todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da contratação.

4.13. A apresentação dos materiais deverá estar estritamente de acordo com as especificações constantes no presente instrumento.

4.14. A Contratada garantirá a qualidade dos produtos, ficando sujeita às penalidades previstas quando os entregar em desconformidade com o que foi contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O fornecimento do objeto em comento se dará de forma parcelada, conforme a necessidade, visando minimizar os custos desnecessários, bem como garantir que a Administração tenha a discricionariedade de agir conforme suas demandas, podendo

³ Acórdão 14193/2018 -TCU – Primeira Câmara.

⁴ Acórdão 1151/2011 - TCU – Segunda Câmara.

flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis, na forma autorizada pelo art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021.

Do Prazo e Local de Entrega

5.2. O prazo de entrega do objeto será de 20 (vinte) dias úteis, a contar da emissão da ordem de entrega. Ressalta-se, ainda, que a entrega será realizada de forma parcelada, de acordo com a necessidade da FEMAR.

5.3. Após a emissão da nota de empenho e comunicação formal da pessoa jurídica a ser contratada, a entrega do objeto deverá ser realizada no galpão do Almoxarifado Farmacêutico, situado na Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, Km 37- Manoel Ribeiro, Maricá -RJ, de segunda a sexta feira, em dias úteis, no período compreendido entre 09h e 16h, quando serão apontados todos os vícios aparentes remanescentes de sua entrega.

5.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados e acondicionados de forma a garantir a sua qualidade, sendo transportados com segurança.

5.5. Toda logística para entrega do objeto da contratação no endereço informado, ficará integralmente por conta da Contratada.

Das Embalagem e Transporte

5.6. Os materiais, deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, bem como, volume, número do lote, quantidade correspondente a cada lote, indicação do material contido, data de validade e data de fabricação, fabricante, importador (se couber), procedência, bem como, demais informações exigidas na legislação em vigor.

5.7. Serão avaliadas as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, datas de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos, visto que são de responsabilidade da contratada a entrega do objeto em perfeitas condições.

5.8. **Os produtos deverão ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade de fabricação, contado a partir da entrega definitiva na FEMAR, se for o caso.**

5.9. A embalagem deve ser inviolável, sem sinais de rompimentos e aberturas, identificada corretamente de acordo com a legislação vigente, de forma a permitir o correto armazenamento e proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde o fornecedor

até o local da entrega, sob condições que envolvam embarques, desembarques, transportes, por rodovias não pavimentadas, marítimos ou aéreos.

5.10. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela Anvisa, no que couber. A empresa fornecedora das mercadorias será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais, porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do presente Termo de Referência.

6. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA

6.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

6.2. A garantia será prestada contra qualquer defeito de fabricação que o produto venha a apresentar, mesmo depois de ocorrida sua aceitação/aprovação pela FEMAR, sem ônus ou custo adicional para o Contratante;

6.3. Os bens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídos por outros novos, de primeiro uso, no prazo disposto no decorrer deste Termo de Referência.

6.4. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6.5. A garantia legal do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre a FEMAR e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. A FEMAR poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por 02 (dois) funcionários a serem designados pela Diretoria Requisitante da FEMAR, na condição de representantes da CONTRATANTE.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

7.5.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, recomendando o que for necessário a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.5.2. Informar ao gestor do contrato, as ocorrências que demandem a adoção de medidas necessárias e saneadoras, bem como quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas;

7.5.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, em caso de descumprimento, informar imediatamente ao gestor do contrato para a adoção das medidas necessárias;

7.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119).

7.7. O Gestor do Contrato deverá coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e encaminhar a documentação pertinente ao setor de contratos⁵ para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros.

7.8. A Fiscalização técnica deverá acompanhar o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeitos de pagamento conforme o resultado pretendido pela Diretoria Requisitante.

⁵ Saliente-se que a função do Gestor do Contrato não afasta a necessidade de observância irrestrita das atribuições dos órgãos que compõem a estrutura da FEMAR, especialmente no que compete à promoção e instrução dos processos de pagamento, na forma do que dispõem os artigos 37 a 41 do Regimento Interno da FEMAR (Resolução n.º 04/2023, publicado no JOM n.º 1459, de 05 de junho de 2023).

7.9. A Fiscalização administrativa deverá acompanhar os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto ao controle do contrato administrativo e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

7.10. A Fiscalização deverá elaborar relatório final, de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do §3º do Art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações quanto à execução do contrato, concluindo com as lições aprendidas, como forma de aprimoramento das atividades da FEMAR

Do Reajuste

7.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme art. 25, § 7º da Lei n.º 14.133/2021.

7.12. Após o interregno de um ano, a contar da data do orçamento estimado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do Recebimento do Objeto

8.1. O recebimento dos produtos deverá observar o artigo 140, inciso II, alíneas a e b da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) O **recebimento provisório** ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do ato da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, na forma do art. 140, inc. I, alínea “a” da Lei n.º 14.133, de 2021.

b) O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

8.3. Qualquer produto será recusado inteiramente caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e

na proposta vencedora, bem como seja detectado que qualquer componente adquirido não seja novo, apresente vícios ou defeitos, em qualquer de suas partes ou componentes.

8.4. No caso de recusa do produto, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para providenciar a sua substituição, contados a partir da comunicação oficial feita pela FEMAR.

8.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, desde que haja anuência expressa do Contratante;

8.6. Decorrido o prazo para substituição sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, aplicar-se-ão as sanções previstas no item 17 do presente Termo de Referência;

8.7. O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela FEMAR durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Do Pagamento

8.8. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total, nota de entrega atestada e comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais, mediante depósito em conta bancária indicada pela contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.9. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria contratada e deverá constar o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ apresentado nos documentos de habilitação.

8.9.1. É admitido, no entanto, no caso de matriz/filial, a emissão de Nota Fiscal/Fatura por estabelecimento diverso daquele que participou da etapa pré-contratual e celebrou contrato administrativo com a FEMAR, desde que comprovado o atendimento dos requisitos de habilitação relativos à pessoa jurídica que emitiu a cobrança, principalmente no que tange à regularidade fiscal.

8.10. O pagamento se efetivará após a regular liquidação da despesa, à vista de Nota Fiscal/Fatura apresentada pelo contratado, na forma do Art. 55, §3º, inc. III do Dec. Municipal n.º 936/2022.

8.11. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância impeditiva, a liquidação da despesa ficará pendente e o pagamento sustado até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte da Contratante.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a sua forma **eletrônica**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, com adoção do critério de julgamento **menor preço por item**, pelo modo de disputa **aberto**.

Da Utilização do Sistema de Registro de Preços

9.2. A escolha do procedimento de Sistema de Registro de Preços visa agilidade nas contratações, tendo em vista que a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos. Sendo assim, somente solicitará o fornecimento do objeto, cujo preço foi registrado, quando houver demanda e o fornecedor deverá realizar o fornecimento conforme as condições ajustadas.

9.3. Importante destacar que se justifica a adoção do Sistema de Registro de Preços, uma vez que as contratações futuras se darão por meio de entregas parceladas, cuja definição da demanda não é possível ser previamente quantificada com precisão, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários - hipóteses do art. 3º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 937/2022.

9.4. Ressalta-se, ainda, que em observância ao Decreto Regulamentador nº 937/2022, em seu art. 12, inciso II, fica convencionado que **a quantidade mínima a ser cotada por item é de 50% (cinquenta por cento)**.

Dos Órgãos Participantes do Registro de Preços

9.5. Define-se, como órgão participante do Sistema de Registro de Preços a Fundação Estatal de Saúde de Maricá - FEMAR, por meio da **Diretoria de Atenção à Saúde**, conforme repartição de atribuições estabelecida no Regimento Interno da FEMAR, aprovado pela Resolução n.º 04/2023.

Dos Órgãos Não Participantes do Registro de Preços

9.6. Conforme preconiza o Art. 31 do Decreto Municipal nº 937/2022, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser aderida por órgãos ou entidades do Município que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador da

FEMAR, desde que haja tal previsão no edital de licitação de origem e seja realizado estudo que demonstre a viabilidade e a economicidade, bem como demonstre a necessidade de efetivação da adesão em detrimento da realização de um planejamento próprio para a realização do respectivo procedimento licitatório.

9.7. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem aderir a ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da FEMAR para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

9.8. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.9. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere a adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.10. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.11. Após a verificação do órgão gerenciador, o órgão aderente deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata, devendo cumprir as atribuições inerentes a órgão participante e demais orientações do órgão gerenciador.

9.12. A utilização pelos órgãos aderentes de cada item registrado na ata de registro ficará condicionada à existência de saldo dos quantitativos estipulados para os órgãos participantes.

9.13. O órgão gerenciador da FEMAR somente poderá autorizar as adesões citadas depois de realizada a primeira aquisição ou contratação por órgão participante da ata de registro de preço.

Da Vigência da Ata de Registro de Preços

9.14. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogada, por igual período, desde que comprovada que as condições e o preço permanecem vantajosos, nos termos do Art. 18 do Decreto Municipal n.º 937/2022.

Do Cadastro de Reserva

9.15. Será incluído na Ata de registro de preços, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame (cadastro de reserva), assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei n.º 14.133/21.

Do Reajuste da Ata de Registro de Preços

9.16. Os preços registrados poderão ser reajustados anualmente, contados da data da proposta, a pedido do fornecedor e conforme índice previsto no presente documento.

9.17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

9.18. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

9.19. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

9.20. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

9.21. A redução do preço registrado será comunicada pelo Órgão Gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

9.22. Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor signatário da Ata de registro de preços;

b) a modificação nas condições registradas seja substancial, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor signatário da Ata de registro de preços e da FEMAR;

c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

9.23. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor signatário da Ata de registro de preços, cabendo ao Órgão Gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

9.24. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela FEMAR e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do registro e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no Edital.

9.25. Na hipótese do cancelamento do registro prevista no sub antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado na Ata de registro de preços.

9.26. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da Ata, a FEMAR poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

9.27. Caso o fornecedor não aceite o preço atualizado pela FEMAR, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.28. Liberado o fornecedor na forma do subitem antecedente, o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens pelo preço registrado.

9.29. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a FEMAR poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da Ata de registro de preços no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório

9.30. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

Do Cancelamento do Registro de Preços

9.31. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de registro de preços, sem justificativa plausível;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FEMAR, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade;
- e) não aceitar o preço revisado pela FEMAR.

9.32. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.33. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

Da Habilitação

9.34. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação: *i.* Habilitação Jurídica (Art. 66, Lei nº 14.133/2021); *ii.* Habilitações fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei nº 14.133/2021); *iii.* Habilitação econômico-financeira (Art. 69, Lei nº 14.133/2021); e *iv.* Habilitação Técnica (Art. 67, Lei nº 14.133/2021), as quais serão pormenorizadas em Edital.

Da Habilitação Técnica (art. 67, Lei nº 14.133/2021)

9.35. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

a) 01 (um) atestado, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a Licitante fornece ou forneceu objeto de natureza similar.

b) A exigência de atestados será restrita às parcelas de valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, como se segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
52	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 20 25MM W-FILE
55	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 21MM W-FILE
56	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 25MM W-FILE
57	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 21MM W-FILE
93	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº2 (ALTA FLUIDEZ)
94	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº 4 (FLUIDEZ MEDIA)
95	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1-S
99	SERINGA CENTRIX

c) O atestado deverá comprovar que a Licitante forneceu o serviço, em quantidade **não inferior a 30% (trinta por cento) do quantitativo do objeto**, até a data da abertura da sessão pública da licitação.

d) A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.

e) A Licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da Contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência.

f) **Apresentar registro da empresa junto à ANVISA para comercialização dos produtos constantes deste Termo de Referência;**

g) **Apresentar Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, expedida pelo Ministério de Saúde/ANVISA;**

h) **Apresentar licença/autorização de funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária, emitida pelo órgão competente, dentro do prazo de validade, compatível com sua atividade;**

10. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. O art. 4º da Lei n.º 14.133/2021 preservou o tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP nas licitações (disciplinado nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123/2006), a ser aplicado independentemente de previsão no edital de licitação¹, por se tratar matéria de ordem pública.

10.2. Todavia, embora seja a regra a ser observada nos processos licitatórios, o legislador identificou que, na hipótese do inciso III do art. 49 da Lei Complementar n.º 123/2006 (art. 10 do Dec. n.º 8.538/2015), o tratamento diferenciado para as ME/EPP disposto nos arts. 47 e 48 não poderá ser invocado, segundo o texto legal, quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10.3. Neste ponto, cabe registrar que o presente processo licitatório visa registrar preços, por meio de pregão eletrônico, para a aquisição de 101 (cento e um) itens de insumos odontológicos, motivo pelo qual se evidencia que a concessão de tratamento diferenciado acarretaria prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto, uma vez que resultaria em aumento de custos administrativos com a gestão dos contratos, especialmente eventuais rescisões prematuras, exame de documentos, processos de pagamentos etc.

10.4. Pelo exposto, resta evidente a necessidade de invocar a exceção prevista no art. 49, inciso III, da Lei Complementar n.º 123/2006, a fim de afastar o tratamento diferenciado e favorecido apresentado nos artigos 47 e 48, tendo em vista que a observância da cota legal com o fracionamento do objeto, como já esclarecido, não é vantajosa para a FEMAR, pois atenderia apenas ao interesse do particular em detrimento ao interesse público, uma vez que acarretaria prejuízos administrativos com a gestão dos contratos.

10.5. Nesse sentido é o entendimento do Plenário do E. Tribunal de Contas da União no bojo dos Acórdãos n.º 1238/2016 e n.º 3334/2015, ambos de relatoria da Ministra Ana Arraes, conforme excerto abaixo:

8.1 **Não há obrigação legal de parcelamento do objeto da licitação exclusivamente para permitir a participação de microempresas e empresas de pequeno porte. O parcelamento do objeto deve visar precipuamente o interesse da Administração.** [Voto] 3. *Manifestei-me contrária a essas irregularidades nos seguintes termos: “(...) Apesar de o art. 47 da Lei Complementar 123/2006 determinar que, nas contratações públicas, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, não existe determinação para que as aquisições realizadas pela Administração Pública sejam divididas em parcelas com o objetivo de permitir a participação dessas empresas. 6. É relevante destacar que o tratamento diferenciado e simplificado somente poderá ser concedido caso seja vantajoso para a Administração Pública e não represente prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, conforme determina o art. 49 da Lei Complementar 123/2006. Como veremos adiante, não existe qualquer vantagem na divisão do objeto, mesmo que seja para atender aos interesses das micro e pequenas empresas.”*

10.6. É de ressaltar que não se desconhece que a *mens legis* da norma é promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 1º da Lei nº 8538/2015.

10.7. Contudo, considerando o risco à eficiente execução contratual e que a decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia aos interessados e possibilita a obtenção de proposta mais vantajosa para a Contratante, **NÃO será dispensado o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 49, III da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 10, inc. II da Lei n.º 8538/2015**, salientando-se que as microempresas e empresas de pequeno porte terão garantidos os outros benefícios conferidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e pela Lei nº 8538/2015.

11. DAS EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

11.1. Será vedada a participação de empresas reunidas em consórcio, não havendo elementos que justifiquem tal participação no objetivo em apreço. O objeto em questão não se reveste de alta complexidade, tratando-se de simples aquisição de insumos odontológicos.

12. DAS COOPERATIVAS

12.1. Será permitida a participação de cooperativas, quando:

12.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

12.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

12.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

12.1.4. O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

12.1.5. Apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual;

12.1.6. A execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

12.2. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488/07.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Das Obrigações da Contratada

13.1. É de responsabilidade da Contratada:

13.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, no prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal;

13.1.2. Substituir, os itens que apresentarem vestígios de deterioração ou aparência inadequada, a critério da Contratante;

13.1.3. Tomar todas as providências necessárias ao fiel cumprimento de todo o acordado, inclusive em relação aos prazos previstos, executando o objeto conforme o Termo de referência e suas especificações;

13.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078/1990;

13.1.5. Observar os prazos para a execução do fornecimento;

13.1.6. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

13.1.7. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação pela FEMAR;

13.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

13.1.9. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução do contrato, devendo, portanto, responsabilizar-se por todos os ônus referentes a entrega dos produtos na Diretoria Requisitante, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*;

13.1.10. Responder pelos danos causados diretamente à Administração desta Fundação ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da entrega dos itens, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela FEMAR, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 120;

13.1.11. Apresentar, sempre que solicitada, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;

13.1.12. Acatar as instruções emanadas da fiscalização;

13.1.13. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º.

Das Obrigações da Contratante

13.2. É de responsabilidade da CONTRATANTE:

13.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos materiais recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

13.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos fiscais de contrato;

13.2.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, incluindo encargos tributários e trabalhistas, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

13.2.6. Designar funcionário, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto, exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato;

13.2.7. Exigir da Contratada, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;

13.2.8. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal/fatura devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e as exigências da contratação;

14. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

14.1. As propostas apresentadas no certame licitatório deverão ser válidas por, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data de abertura do certame, na forma do art. 90, §3º da Lei n.º 14.133/2021, a saber:

Art. 90. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

(...)

§ 3º Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15. DA ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O valor estimado para a presente contratação, após pesquisa de mercado realizada pela Superintendência de Compras, é de **R\$ 2.944.799,13 (dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e treze centavos).**

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas da presente licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

2 Órgão	8.345
4 Unidade Orçamentária	8.501
6 Funcional Programática/Programa	8.710.302.0116
8 Funcional Programática/Ação	8.92.548
10 Natureza da Despesa	8.11 3.3.90.30
12 Fonte de Recursos	8.13 1.501

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, na forma do item 14;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação inidônea exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);

17.2.2. **Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g** do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);

17.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021)

17.2.4. **Multa:**

- i. moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
- ii. administrativa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.3. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

17.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

17.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

17.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

17.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

17.7. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17.9. As multas serão aplicadas, conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados nas tabelas a seguir:

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES E MULTAS

NÍVEL	CORRESPONDÊNCIA (por ocorrência sobre o valor global do Contratada)
1 (menor ofensividade)	0,5%.
2 (leve)	0,8%.
3 (médio)	1,4%.
4 (grave)	3,6%.

5 (muito grave)	4,1%.
6 (gravíssimo)	5,0%.

17.10. As graduações dispostas na tabela acima, somadas, limitar-se-ão ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, na forma estabelecida no subitem 17.2.4.

17.11. Todas as ocorrências contratuais serão registradas pela FEMAR, que notificará a Contratada.

TABELA 2
INFRAÇÕES E CORRESPONDENTES NÍVEIS

INFRAÇÃO		
Item	Descrição	Nível
1	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato sem prévia e expresse acordo do CONTRATANTE.	6
2	Caucionar ou utilizar o Contrato para quaisquer operações financeiras.	6
3	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE.	5
4	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5
5	Deixar de relacionar-se com O CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato.	3
6	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, que inclui o atendimento às orientações do fiscal do Contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	4
7	Deixar de responsabilizar-se pelos produtos e materiais entregues, assim como deixar de substituir imediatamente qualquer material ou objeto que não atenda aos critérios especificados neste termo.	6
8	Não zelar pelas instalações do CONTRATANTE	3
9	Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço.	6
10	Deixar de responsabilizarem-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	6

11	Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	6
12	Deixar de manter nas dependências do CONTRATANTE, os funcionários identificados e uniformizados de maneira condizente com o serviço, observando ainda as normas internas e de segurança.	2
13	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	6
14	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	2
15	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus prestadores de serviço e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	6
16	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do Contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	4
17	Deixar de resguardar que seus funcionários cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continue na prestação dos serviços.	3
18	Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos prestadores de serviço acidentados ou com mal súbito.	6
19	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	5
20	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	5
21	Recusar fornecimento determinado pela fiscalização sem motivo justificado.	3
22	Retirar das dependências da FEMAR quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia.	3
23	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	6

18. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. A inexecução do objeto deste Termo de Referência, total ou parcialmente, poderá ensejar a rescisão contratual, na forma dos artigos 137, 138, 139 e 155 da Lei nº. 14.133/2021, com as consequências previstas em lei e neste instrumento;

18.2. A rescisão unilateral do Contrato a ser firmado poderá ser determinada pela FEMAR, de acordo com o inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

18.4. As formas de rescisão estão previstas no art. 138, Incisos de I a III, da Lei nº 14.133/2021;

18.5. Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

18.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

18.7. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

19. DO FORO

19.1. Ficará eleito o Foro da Comarca de Maricá para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Referência, assim como do respectivo contrato, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Maricá, 13 de setembro de 2024.

Elaborado por,

Tatiane de Fatima Maciel de Nantes
Gerência de Instrução Processual
Diretoria Administrativa
Mat.: 3.300.327

Responsável Técnico,

Aline Brito da Costa Marques
Superintendente de Odontologia
Diretoria de Atenção à Saúde
Mat. 3.300.201

Revisado por,

Guilherme de Souza Gonçalves
Assessor
Diretoria de Atenção à Saúde
Mat. 3.300.425

Conferido e de acordo,

Claudia Rogéria de Lima Souza
Diretora de Atenção à Saúde
Mat.: 3.300.005

B - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP destina-se à análise da melhor solução técnica e economicamente viável para a disponibilização/abastecimento das equipes de saúde bucal do Município de Maricá – nos serviços geridos pela Fundação Estatal de Saúde de Maricá – de insumos odontológicos.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 A assistência aos usuários é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), bem como toda a linha de cuidado, desde a Atenção Primária até os procedimentos mais

complexos, de forma organizada e hierarquizada. Os serviços de saúde compõem o rol de garantias constitucionais e estão intimamente ligados à dignidade da pessoa humana.

1.2 Nesta linha, a fim de honrar o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil, cabe transcrever o que dispõe o artigo 196 e 197 da Constituição da República Federativa do Brasil. A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

1.3 É, portanto, dever do estado – aqui entendido de forma ampla – garantir a saúde, tanto por meio da formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação, este é o estabelecido pelo art. 2º, §1º da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei do SUS.

1.4 O Sistema Único de Saúde - SUS, por sua vez, é constituído pelas ações e serviços de saúde realizados pelos órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

1.5 Sob essa ótica, cumpre informar que a Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR integra a Administração Indireta do Município de Maricá, na forma da Lei n.º 3.092 de 15 de dezembro de 2021, do Decreto Municipal n.º 815, de 15 de fevereiro de 2022 – Estatuto da FEMAR, bem assim do Regimento Interno da Fundação, aprovado por meio da Resolução nº 04/2023.

1.6 A FEMAR tem como finalidade, no âmbito do SUS, planejar e executar ações e serviços de saúde, observada a regionalização, em consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde e com as Políticas Públicas de Saúde do Município, Estado e União, além de desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas à qualificação do cuidado, à produção e à difusão de conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias, com vistas

à formação e capacitação dos trabalhadores da saúde e à inovação - (artigo 4º - Decreto nº 815, de 15 de fevereiro de 2022).

1.7 Ato contínuo, a FEMAR firmou, em 16 de fevereiro de 2023, no bojo do Processo Administrativo nº 13.493/2022, o Convênio nº 01/2023-SMS, constituído por meio de Contrato de Gestão, com o Município de Maricá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, com vistas a ampliação da autonomia administrativa, orçamentária e financeira da FEMAR, em contrapartida ao atingimento de metas de desempenho fixadas pela SMS para execução dos serviços de Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada, de Regulação do Acesso à Assistência e de Transporte para Tratamento Fora de Domicílio, discriminados no Plano Operativo (PO), com fundamento no artigo 37, §8º da CRFB/88, no art. 116 da Lei nº 8.666/93 e na Lei Municipal nº 3092/2021.

1.8 Portanto, a necessidade surge a partir da demanda da Fundação Estatal de Saúde de Maricá (FEMAR), com vistas à ampliação da autonomia administrativa, orçamentária e financeira da contratante, em contrapartida ao atingimento de metas de desempenho fixadas pelo contratante para execução, pela contratada, a qual, culmina, necessariamente na satisfação do interesse público primário, é o que denomina administração pública extroversa.

1.9 Na forma da lei (art. 6º, §4º da Lei nº 8.080, de 1990), a saúde bucal é entendida como o conjunto articulado de ações, em todos os níveis de complexidade, que visem a garantir promoção, prevenção, recuperação e reabilitação odontológica, individual e coletiva, inseridas no contexto da integralidade da atenção à saúde, cujas ações e serviços referidos devem compor todas as redes de atenção à saúde, nos diversos níveis de complexidade, com a finalidade de garantir a integralidade da atenção à saúde.

1.10 O Sistema Único de Saúde - SUS, por sua vez, é constituído pelas ações e serviços de saúde realizados pelos órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público.

1.11 Sob essa ótica, cumpre informar que a Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR integra a Administração Indireta do Município de Maricá, na forma da Lei nº 3.092 de 15 de dezembro de 2021⁶, do Decreto Municipal nº 815, de 15 de fevereiro de 2022 – Estatuto da FEMAR⁷, bem assim do Regimento Interno da Fundação, aprovado por meio da Resolução nº 04/2023⁸.

1.12 A FEMAR tem como finalidade, no âmbito do SUS, planejar e executar ações e serviços de saúde, observada a regionalização, em consonância com os princípios do

⁶ Publicado no Jornal Oficial de Maricá - JOM, em sua edição nº 1254, de 22 de dezembro de 2021;

⁷ Publicada no Jornal Oficial de Maricá - JOM, em sua edição nº 1276, de 16 de fevereiro de 2022;

⁸ Publicado no Jornal Oficial de Maricá - JOM, em sua edição nº 1459, de 05 de junho de 2023;

Sistema Único de Saúde e com as Políticas Públicas de Saúde do Município, Estado e União, além de desenvolver atividades de ensino e pesquisa voltadas à qualificação do cuidado, à produção e à difusão de conhecimento e desenvolvimento de novas tecnologias, com vistas à formação e capacitação dos trabalhadores da saúde e à inovação - (artigo 4º - Decreto nº 815, de 15 de fevereiro de 2022).

1.13 Ato contínuo, a FEMAR firmou, em 16 de fevereiro de 2023⁹, no bojo do Processo Administrativo n.º 13.493/2022, o Convênio n.º 01/2023-SMS, constituído por meio do Contrato de Gestão, com o Município de Maricá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, com vias a ampliação da autonomia administrativa, orçamentária e financeira da FEMAR, em contrapartida ao atingimento de metas de desempenho fixadas pela SMS para execução dos serviços de Atenção Primária à Saúde, Atenção Especializada, de Regulação do Acesso à Assistência e de Transporte para Tratamento Fora de Domicílio, discriminados no Plano Operativo (PO), com fundamento no artigo 37, §8º da CRFB/88, no art. 116 da Lei n.º 8.666/93¹⁰ e na Lei Municipal n.º 3092/2021.

1.14 Diante de tal desiderato, é patente que se inclui no escopo da FEMAR contemplar e atender as demandas por insumos odontológicos necessários à atuação direcionada à atenção à saúde odontológica pelas equipes de saúde bucal da FEMAR é um dever constitucional inafastável.

1.15 Desta forma, a necessidade de obtenção de insumos odontológicos, conforme apresentado neste estudo, visa o abastecimento que é vital para o devido funcionamento dos aparelhos de saúde bucal geridos pela FEMAR, buscando garantir o atendimento da demanda da população nos vários níveis de complexidade de atendimento e oferecer uma assistência de maior qualidade e aumentar a segurança do paciente nas diferentes linhas de cuidado.

1.16 A necessidade apresentada se justifica pela necessidade de reposição do estoque destes insumos como solução de **continuidade** ao gerenciamento e execução dos serviços desenvolvidos pelo Município de Maricá, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS)¹¹ e Especialidades Odontológicas (EO), evitando, portanto, o risco de desassistência gerada pela falta deles.

1.17 Ressalta-se que a manutenção do estoque de insumos odontológicos é imprescindível para a regular execução dos serviços de saúde bucal aos usuários, principalmente quando

⁹ Publicado na Edição Especial n.º 317 do Jornal Oficial de Maricá – JOM.

¹⁰ Cumpre esclarecer que se cita dispositivo da Lei n.º 8.666/1993, muito embora revogado, somente à título de informação, eis que se trata do diploma normativo aplicado, à época, na celebração do Contrato de Gestão e, portanto, norma regente daquele instrumento.

¹¹ As Equipes de Saúde Bucal estão vinculadas às equipes de saúde da família das Unidades Básicas de Saúde, oferecendo atendimento e acompanhamento odontológico à população.

se considera o acesso dos profissionais de saúde aos recursos necessários e que culmina em um processo produtivo de qualidade. Sendo assim, é necessário garantir que as equipes de saúde bucal do município de Maricá – aqui amplamente consideradas – estejam abastecidas com o melhor material possível, demandando o menor custo e sem correr riscos de que falte o material requisitado que possa prejudicar o bom andamento dos procedimentos com os pacientes.

1.18 Desta forma, têm-se como necessidade do presente estudo, promover a continuidade do abastecimento das unidades em que serão executados os serviços de saúde bucal (Unidades de Saúde da Família), CEOs (Centros de Especialidade Odontológica), UOM (Unidades Móveis de Saúde), sob autonomia administrativa da Fundação Estatal de Saúde de Maricá - FEMAR, no que tange aos insumos odontológicos, com o intuito de obter elementos essenciais para a execução de procedimentos próprios da odontologia.

2 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Concernente a descrição dos requisitos da contratação, deve-se observar inicialmente, no que couber, a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 751, de 15 de setembro de 2022, que dispõe sobre a classificação de risco de dispositivos médicos, os requisitos de rotulagem e de instruções de uso, e os procedimentos para notificação, registro, alteração, revalidação e cancelamento de notificação ou registro de dispositivos médicos, bem como a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 546, de 30 de agosto de 2021, que dispõe sobre os requisitos essenciais de segurança e eficácia aplicáveis aos produtos para saúde.

2.2. Os produtos também ficam sujeitos às normas de vigilância sanitária instituídas pela Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, à Instrução Normativa n.º 127, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre as boas práticas de fabricação complementares a Insumos e Medicamentos Biológicos e a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 15, de 15 de março de 2012, que dispõe sobre requisitos de boas práticas para o processamento de produtos para saúde e dá outras providências.

2.3. Deverão estar de acordo, quando couber, com as resoluções: Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 222 de 28/03/2018 que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências, a Norma Regulamentadora n.º 32, que normatiza sobre a segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, bem assim a Resolução da Diretoria Colegiada – RDC ANVISA/MS n.º 36, de 25 de julho de 2013, que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

2.4. Vale ressaltar que deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis e para bens que considerem compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, consoante o art. 7º, inc. XI da Lei n.º 12.305, de 2010 – Lei de Políticas Nacionais de Resíduos sólidos e da Portaria n.º 554, de 19 de março de 2002, devendo ser observadas ainda os demais atos normativos dos órgãos de proteção ao meio ambiente.

3 LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1. Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente às necessidades da FEMAR, que estão alinhadas aos princípios e regras que regem a Administração.

3.2. Com o intuito de encontrar a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração, foram exploradas no mercado alternativas utilizadas por instituições públicas, levando em consideração os princípios legais, como a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável. Além disso, também foram consideradas as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, a denominada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

3.3. Foram examinados procedimentos de contratação semelhantes que lograram êxito no que concerne aos princípios da administração pública, bem como as normas vigentes, realizados por diferentes órgãos e entidades. Foram realizadas consultas a editais, a fim de descobrir novas abordagens, tecnologias ou inovações que possam melhor atender às necessidades da FEMAR. Além disso, foram consideradas informações obtidas por meio de pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, em consonância ao artigo 174 da Lei 14.133/2021.

LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

3.4. Após estudo apurado as seguintes soluções demonstradas:

3.4.1. **Opção 01:** fornecimento de insumos odontológicos com entrega única: Esta solução possibilita a entrega total dos itens necessários para o abastecimento anual em data determinada. Porém existe a necessidade que se faça estoque, trazendo riscos caso os produtos não sejam utilizados de pronto podem perder sua validade, culminando em eventuais danos ao erário, especialmente considerando que a necessidade é variável, proporcional à demanda. Ademais, essa forma de entrega só

seria viável se o órgão dispusesse de condições apropriadas de espaço e armazenagem para a manutenção do estoque, visto que ainda existem unidades a serem inauguradas. Com isso, a realização da contratação desta forma não é viável, sendo esta ser a primeira compra de insumos odontológicos realizada pela Fundação Estatal de Saúde de Maricá.

3.4.2. **Opção 2:** fornecimento de insumos odontológicos com a utilização do sistema de Registro de preços: A utilização do SRP (Sistema de Registro de Preços) é o procedimento preferencial nesse tipo de fornecimento em razão da forma de entrega, que é realizada parceladamente conforme a necessidade da Fundação e não há obrigatoriedade compra imediata de toda a quantidade registrada. Além disso, possibilita a realização periódica de solicitações de compra ao longo da vigência da ata, sendo possível acompanhar o consumo e o estoque dos insumos odontológicos. Assim, otimiza-se a compra, pois adquire-se somente a quantidade necessária para um período definido, evitando que os insumos ante referidos fiquem em estoque e percam sua validade, sendo seu fornecimento proporcional à demanda, não tendo obrigação da solicitação total da quantidade estimada, sendo realizada de acordo com o consumo mensal dos itens em períodos pré-definidos.

3.4.3. **Opção 3:** Locação de insumos odontológicos: A referida opção não pode ser considerada como uma solução que atenda a necessidade pública apresentada, visto que o objeto do presente processo, como se vê, é a obtenção de insumos odontológicos, uma vez que, embora a durabilidade seja a característica de alguns dos itens, estes são de uso pessoal, único e descartável após a expiração de sua vida útil ou fim do tratamento/reabilitação. Em pesquisa nos bancos de artigos acadêmicos não foram encontradas informações acerca da reutilização dos itens. Desta feita, a cessão dos itens não é possível a fim de evitar infecções e/ou contágio entre pacientes e profissionais de saúde.

3.5. O PNCP, doravante Portal Nacional de Contratações Públicas, é o site oficial designado para a divulgação centralizada e obrigatória dos atos regulamentados pela Lei nº 14.133, de 2021. Diante do exposto, apresentamos ao Estudo Técnico Preliminar os seguintes casos que possuem o mesmo propósito:

3.5.1. **Edital nº 35/2023 (Processo 274/2023) – Local:** Corumbá/MG – **Órgão:** Município de Corumbá – **Modalidade da contratação:** Pregão Eletrônico – **Amparo legal:** Lei n.º 14.133, de 2021 – **Modo de disputa:** Aberto – **Registro de Preços:** Sim – **Data de divulgação no PNCP:** 23/05/2023 – **Id contratação PNCP:**

03330461000110-1-000015/2023 – **Valor estimado da compra:** R\$ 152.369,732 – **Objeto:** Registro de Preços para aquisição de insumos odontológicos para atender 24 equipes de saúde bucal nas Unidades de Estratégia de Saúde da Família, compondo a rede de Atenção Primária, além da Atenção Primária em Saúde, a rede municipal possui um Pronto Socorro Odontológico com funcionamento 24 horas, 01 Centro de Especialidades Odontológicas.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/03330461000110/2023/15>

3.5.2. **Edital nº 36/2023 – Local:** Corumbá/MS – **Órgão:** Município de Corumbá – **Modalidade da contratação:** Pregão Eletrônico – **Amparo legal:** Lei 14.133, de 2021 – **Modo de Disputa:** Aberto – **Registro de preço:** Sim – **Data de divulgação no PNCP:** 23/05/2023 – **Id contratação PNCP:** 03330461000110-1-000016/2023 – **Valor estimado da compra:** R\$ 58.083,999 – **Objeto:** Registro de Preços para aquisição de insumos odontológicos para atender o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO Dr. Aziss Tahjer lunes.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/03330461000110/2023/16>

3.5.3. **Edital nº 21/2023 – Local:** Pelotas/RS – **Órgão:** EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (HOSPITAL ESCOLA DA UNIV. FEDERAL DE PELOTAS) – **Modalidade da contratação:** Pregão Eletrônico – **Amparo legal:** Lei 14.133/2021 – **Modo de Disputa:** Aberto-Fechado - **Registro de preço:** Sim – **Data de divulgação no PNCP:** 22/05/2023 – **Id contratação PNCP:** 15126437000143-1-000655/2023 – **Objeto:** Aquisição de Insumos Odontológicos.

Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/95719449000110/2023/17>

3.6. **Conclui-se, desta forma, que o fornecimento de insumos odontológicos, sob a modalidade pregão eletrônico, por meio do procedimento auxiliar de SRP - Sistema de Registro de Preço, a fim de atender as necessidade administrativas da FEMAR é a solução mais congruente ao caso em questão, em consonância ao estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Federal n.º 14.133, de 2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; o Decreto Municipal n.º 922/2022, que dispõe sobre as licitações realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, estabelece diretrizes para os critérios de julgamento e dispõe sobre ações de equidade, nos termos da lei 14.133, de 1º de abril de 2021; o Decreto Municipal n.º**

936/2022, que estabelece a operacionalização dos procedimentos para a realização de contratação no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Maricá, bem como dos seus respectivos processos de pagamento; Decreto Municipal n.º 937/2022, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Maricá, e demais normativas e pesquisas trazidas ao presente Estudo Técnico Preliminar e por tratar-se de desenlace comum no mercado.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação. Assim, neste tópico a equipe de planejamento deve averiguar todos os elementos necessários para que a aquisição produza seus resultados esperados.

4.2. Diante do exposto ao longo deste estudo, a melhor solução à necessidade identificada é o fornecimento de insumos odontológicos, com o objetivo de repor os estoques necessários à execução dos serviços odontológicos pelas equipes de saúde bucal, bem como manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, já que se trata de parte imprescindível para uma assistência de excelência dos serviços ofertados.

4.3. No que se refere à entrega dos materiais, deverá ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, contados da comunicação formal da empresa a ser contratada, no Almoxarifado Geral da FEMAR, cujo endereço é Rodovia Ernani do Amaral Peixoto, km 37, Manoel Ribeiro, Maricá, CEP: 24927-420, de 09h às 16h, em dias úteis.

4.4. Não será aceita a entrega fora do horário supracitado, salvo autorização expressa emitida pela Diretoria de Atenção à Saúde. Havendo qualquer imprevisto que impacte na data de entrega dos objetos, a Contratada deverá comunicar previamente à FEMAR, respeitado o prazo máximo de entrega previsto no Edital e seus anexos.

4.5. Concernente ao condicionamento dos materiais, estes deverão ser novos e entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, devendo estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, importador (se couber), procedência, bem como, demais informações exigidas na legislação pertinente.

4.6. Os produtos deverão ter, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de validade de fabricação, contado a partir da entrega definitiva na FEMAR, se for o caso.

4.7. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, livre da presença de sujidades, material estranho e insetos, e abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade e temperaturas exigidas.

4.8. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela ANVISA, no que couber.

4.9. A contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações do Termo.

Do Recebimento Definitivo e Provisório do Objeto

4.10. O recebimento dos itens, pela FEMAR, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no inciso II, alíneas a e b do artigo 140 da Lei Federal 14.133/21:

4.10.1. **Do recebimento provisório**, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da entrega, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, na forma do art. 140, inc. I, alínea “a” da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.10.2. **Do recebimento definitivo**, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

4.11. O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação da irregularidade identificada, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades. Em caso de não cumprimento do prazo, não será conferido o aceite definitivo.

4.12. O fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

4.13. O fiscal emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a Contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

Do Ciclo de Vida do Objeto

4.14. O ciclo de vida do objeto são etapas que envolvem o desenvolvimento de um produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final.

4.15. Para identificação do ciclo de vida de um objeto, nos ditames do Anexo V, art. 1º, III, do Dec. nº 936/2022, é necessário se levar em consideração fatores como sua disponibilidade no mercado, insumos necessários, seu descarte final, entre outros elementos.

4.16. Deste modo, os materiais de insumos odontológicos de que trata a presente contratação possui como ciclo de vida as seguintes fases:

4.16.1. Produção, que envolve o processo de seleção dos materiais adequados e a fabricação do objeto.

4.16.2. Embalagem, para que o produto seja embalado para proteção e transporte. As embalagens podem ser feitas de plástico, papel, ou outros materiais.

4.16.3. Distribuição e venda, onde os produtos são transportados para lojas ou distribuidores, e vendidos aos consumidores.

4.16.4. Descarte, em que após o uso, o produto e sua embalagem são descartados. Para o descarte dos materiais objeto da presente contratação, haverá o serviço de coleta de resíduos no Processo nº 11536/2023.

4.16.5. Impacto ambiental, pois durante todas essas etapas, há um impacto ambiental associado, devendo ser observado o disposto no item 12 deste Estudo Técnico Preliminar.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Neste tópico, será aferida a estimativa da quantidade necessária para essa contratação, sendo apresentada a Memória de Cálculo, bem como os documentos que lhe dão suporte, conforme inciso IV, § 1º, do art. 18 da Lei 14.133, de 2021.

5.2. Ressalta-se que, para estimativa do quantitativo total de cada item, levou-se em consideração o quantitativo solicitado pelas seguintes Superintendências: Superintendência de Especialidades Odontológicas, Superintendência de Atenção Primária em Saúde e

Superintendência de Atenção Psicossocial, presente no anexo a este Estudo Técnico Preliminar - ETP, as quais constam as quantidades, acompanhadas de duas respectivas justificativas.

5.3. No que tange aos quantitativos informa-se que foram estimados tendo como base de cálculo a distribuição/utilização de insumos odontológicos pelos consultórios existentes na rede. Além disso, para o quantitativo necessário, a fim de atender de forma fidedigna a real necessidade, foram contempladas as informações prestadas através da memória de cálculo, das Superintendências que compõe a estrutura da Diretoria de Atenção à Saúde, conforme verifica-se no documento anexo ao presente estudo.

5.4. Além disso, vale ressaltar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou recentemente que a população de Maricá chegou a 197.277 pessoas no Censo de 2022, o que representa um aumento de, aproximadamente, 58% em comparação com o Censo de 2010, que era de 127.461 habitantes.

5.5. Sendo assim, o fornecimento dos itens se faz necessário para garantir que as equipes de saúde bucal tenham condições e materiais, tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo, para desempenhar suas funções. Desta forma, é imprescindível o fornecimento dos materiais descritos no presente estudo, conforme tabela abaixo:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
1.	403923	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: HELICOIDAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LARGO TIPO HASTE: HASTE LONGA REFERÊNCIA: REF. 3 COMPRIMENTO: 32 MM	BROCA LARGO CA 32MM Nº 3	UNID.	59
2.	422540	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: ESPIRAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LENTULO COMPRIMENTO: CERCA DE 25 MM DIÂMETRO: 0,25 MM	BROCA LENTULO 25MM Nº 25	UNID.	329
3.	422541	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: ESPIRAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LENTULO COMPRIMENTO: CERCA DE 25 MM DIÂMETRO: 0,30 MM	BROCA LENTULO 25MM Nº 30	UNID.	329

4.	422543	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: CONTRA ÂNGULO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL FORMATO: ESPIRAL CARACTERÍSTICA ADICIONAL: LENTULO COMPRIMENTO: CERCA DE 25 MM DIÂMETRO: 0,35 MM	BROCA LENTULO 25MM Nº 35	UNID.	329
5.	414850	BROCA ALTA ROTAÇÃO MATERIAL: CARBIDE FORMATO: CILÍNDRICA CARACTERÍSTICA ADICIONAL: TRANSMETAL TIPO HASTE: 19 MM TIPO CORTE: CORTE GROSSO PONTA ATIVA: 12 MM DIÂMETRO	BROCA TRANSMETAL (PREDATOR) TR2T 19MM	UNID.	729
6.	432571	ROCA ESPECIAL MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO COMPATIBILIDADE: PARA FRESADORA SISTEMA CAD / CAM	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1502 TARJA AZUL: PONTA ATIVA	UNID.	50
7.	428565	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: CILÍNDRICA REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 116 190 023	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1503 TARJA AZUL: PONTA INATIVA	UNID.	50
8.	480319	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: OGIVA FORMATO ADICIONAL: TOPO ARREDONDADO TIPO CORTE: CORTE FINO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 274 140 060	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1506 TARJA AZUL: PONTA OGIVAL	UNID.	50
9.	480320	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: TRONCO CÔNICA TIPO CORTE: CORTE MÉDIO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 257R 190 060	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1510 TARJA AZUL: FORMATO 79	UNID.	50
10.	480318	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: TRONCO CÔNICA FORMATO ADICIONAL: PONTA FINA TIPO CORTE: CORTE MÉDIO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 187 190 023	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1571 TARJA AZUL: FORMATO AGULHA	UNID.	50
11.	426831	BROCA BAIXA ROTAÇÃO TIPO: PEÇA RETA MATERIAL: CARBONETO DE TUNGSTÊNIO FORMATO: CÔNICA FORMATO ADICIONAL: TOPO ARREDONDADO TIPO CORTE: CORTE CRUZADO REFERÊNCIA: REF. ISO 500 104 194 190 060	BROCA TUNGSTÊNIO PERA CORTE CRUZADO EXTRA GROSSO Nº 5451	UNID.	50
12.	411877	ACALCADOR DE BANDAS - USO ODONTOLÓGICO TIPO: TIPO ALAVANCA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL ESCOVADO	CALCADOR DE BANDA	UNID.	19
13.	438145	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ CORTE MATERIAL: CARBONETO DE SILÍCIO,	DISCO DE CORTE. 38 X 0,6.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3

		ARBORUNDUM DIÂMETRO: CERCA DE 38 MM X 0,6 MM MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE P/ MANDRIL C/ PARAFUSO			
14.	438130	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ POLIMENTO MATERIAL: FELTRO DIÂMETRO: CERCA DE 8 E 12 MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE P/ MANDRIL C/ PARAFUSO EMBALAGEM COM 24	DISCO DE FELTRO DIAMONT FLEX EMBALAGEM COM 8MM E 12MM	UNIDADES	24
15.	446173	ISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ POLIMENTO MATERIAL: FELTRO IMPREGNADO C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO: CERCA DE 8 MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE DE POLÍMERO P/ MANDRIL DENTEADO TIPO USO: DESCARTÁVEL	DISCO DE POLIMENTO SUPER-SNAP	KIT C/ 48 DISCOS	78
16.	438148	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ CORTE MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADO TIPO FACE: DUPLAFACE DIÂMETRO: CERCA DE 22 MM APRESENTAÇÃO: COM MANDRIL	DISCO ODONTOLÓGICO PARA CORTE 22 MM	UNID	583
17.	438158	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO TIPO: ESCOVA PARA LIMPEZA DE BROCAS MATERIAL: AÇO E ALUMÍNIO	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS	UNID.	1222
18.	438157	DISCO - USO ODONTOLOGIA TIPO: P/ POLIMENTO MATERIAL: FELTRO DIÂMETRO: CERCA DE 22 MM TIPO DO ENCAIXE: ENCAIXE P/ MANDRIL C/ PARAFUSO	ESCOVA DE FELTRO PARA POLIMENTO PM	UNID.	50
19.	438304	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES TIPO: DISCO / RODA MATERIAL*: FLANELA MODELO: COM COSTURA DIÂMETRO: CERCA DE 100 MM	DISCO DE FLANELA Nº 4	UNID	12
20.	438302	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES TIPO: DISCO / RODA MATERIAL*: BRIM MODELO: COM COSTURA DIÂMETRO: CERCA DE 100 MM	DISCO DE POLIMENTO ACRÍLICO BRIM BRANCO	UNID	24
21.	438306	ACESSÓRIO PARA POLIMENTO DE PRÓTESES TIPO: ESCOVA MATERIAL*: PÊLO ANIMAL MODELO: CENTRO DE METAL DIÂMETRO: CERCA DE 22 MM	DISCO PARA POLIMENTO ESTRELA PM - CRINA DE CAVALO	UNID.	50
22.	431409	ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICO TIPO PONTA: MICROTUFO USO: CONTRA-ÂNGULO	ESCOVA ROBINSON PINCEL PLANO.	UNID.	9892
23.	437856	ESPAÇADOR ENDODÔNTICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: DIGITAL COMPRIMENTO: 25 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 1ª SÉRIE APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO EMB. C/6	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº15-40	UNID.	389
24.	418777	ESPAÇADOR ENDODÔNTICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: DIGITAL	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº20	UNID.	389

		COMPRIMENTO: 25 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 20 EMB. C/6			
25.	418782	ESPAÇADOR ENDODÔNTICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: DIGITAL COMPRIMENTO: 25 MM CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Nº 25 EMB. C/6	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº25	UNID.	389
26.	430897	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSO	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 25	EMB. C/10 UNID.	299
27.	430894	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 30 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 30	EMB. C/10 UNID.	299
28.	430896	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 35 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 35	EMB. C/10 UNID.	299
29.	430890	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº25	EMB. C/10 UNID.	299
30.	430887	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 30 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº30	EMB. C/10 UNID.	299
31.	430889	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: EXTIRPA POLPA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 35 COMPONENTES: C/ CURSOR	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº35	EMB. C/10 UNID.	299
32.	-	FACA PARA GESSO CABO DE PLÁSTICO	FAÇA PARA GESSO CABO DE PLÁSTICO	UNID.	50
33.	477436	GRAMPO USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: METÁLICO TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL FINALIDADE: RETENÇÃO DE MATRIZ E AFASTAMENTO DE DENTE MODELO: DENTES POSTERIORES (MOLARES)	GRAMPO PARA MATRIX (EMBALAGEM COM 1 GRAMPO + 4 PROTETORES DE SILICONE TRIANGULARES)	UNID.	78

34.	209756	LAMPARINA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO COMBUSTÍVEL: ÁLCOOL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TAMPA TAMANHO: PEQUENO	LAMPARINA A ÁLCOOL DE ALUMÍNIO	UNID.	38
35.	438269	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ENDODÔNTICA TIPO "C" CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANALIS ATRÉSICOS APLICAÇÃO: DIGITAL COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA C+ PLUS Nº 10 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448
36.	438269	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ENDODÔNTICA TIPO "C" CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANALIS ATRÉSICOS APLICAÇÃO: DIGITAL COMPONENTES: C/ CURSOR MESMO CÓDIGO ACIMA	LIMA C+ PLUS Nº 15 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448
37.	438269	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ENDODÔNTICA TIPO "C" CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANALIS ATRÉSICOS APLICAÇÃO: DIGITAL COMPONENTES: C/ CURSOR MESMO CÓDIGO ACIMA	LIMA C+ PLUS Nº 8 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448
38.	418546	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: HEDSTROEM COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA HEDSTROEM ESTÉRIL 25MM - SORTIDA Nº 15-40	EMB. C/6 UNID.	254
39.	418547	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: HEDSTROEM COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA HEDSTROEM ESTÉRIL 25MM - SORTIDA Nº 45-80	EMB. C/6 UNID.	135
40.	419472	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 15-40 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	448
41.	419496	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 31 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA K Nº 15-40 - 31MM.	EMB. C/6 UNID.	254
42.	419489	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL	LIMA K Nº 15-40 21MM.	EMB. C/6 UNID.	448

		<p>COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 1ª SÉRIE/15 A 40 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO</p>			
43.	419473	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO</p>	LIMA K Nº 45-80 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	448
44.	419497	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 31 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO</p>	LIMA K Nº 45-80 - 31MM.	EMB. C/6 UNID.	254
45.	419490	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: 2ª SÉRIE/45 A 80 COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO</p>	LIMA K Nº 45-80 21MM.	EMB. C/6 UNID.	254
46.	430405	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 10 COMPONENTES: C/ CURSOR</p>	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 10 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
47.	430423	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 15 COMPONENTES: C/ CURSOR</p>	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 15 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
48.	419458	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR FLEXÍVEL COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 20 COMPONENTES: C/ CURSOR</p>	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 20 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
49.	430407	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 06 COMPONENTES: C/ CURSOR</p>	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 6 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329
50.	430406	<p>LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: TIPO KERR COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: DIGITAL TAMANHO: Nº 08 COMPONENTES: C/ CURSOR</p>	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 8 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329

51.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 20 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
52.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 20 25MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
53.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 25 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
54.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 25 25MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
55.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
56.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 25MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524
57.	430446	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 21 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 2ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524

58.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 25MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524
59.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE PARA RETRATAMENTO 25MM MK	EMB. C/3 UNID.	14
60.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 15.04 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
61.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 20.06 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
62.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 25.06 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
63.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 35.04 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524
64.	449248	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ENDODÔNTICA, SISTEMA RECIPROCANTE COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: COMPATÍVEL C/ CONTRA ÂNGULO E SISTEMA OSCILATÓRIO TAMANHO: Nº 25 COMPONENTES: C/ CURSOR	LIMA RECIPROCANTE W-FILE	EMB. C/6 UNID.	38

65.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA ROTATÓRIA NITI TRATAMENTO TÉRMICO 25 MM	EMB. C/6 UNID.	11
66.	434972	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 31 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: 1ª SÉRIE COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO C/ 6 UN.	LIMA ROTATÓRIA NITI TRATAMENTO TÉRMICO 31 MM	EMB. C/6 UNID.	11
67.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL 25MM.	EMB. C/6 UNID.	524
68.	430448	LIMA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: NÍQUEL / TITÂNIO MODELO: ROTATÓRIA COMPRIMENTO: 25 MM APLICAÇÃO: PARA MOTOR DE BAIXA ROTAÇÃO TAMANHO: SÉRIE ESPECIAL COMPONENTES: C/ CURSOR APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL RETRATAMENTO 25MM.	EMB. C/6 UNID.	524
69.	298502	LUBRIFICANTE MINERAL COMPOSIÇÃO: ÓLEO BRANCO GRAU MÉDIO, BASE PARAFINA APLICAÇÃO: C/TAMPA APLICADORA, P/INSTRUMENTAL CIRÚRGICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: S/SILICONE E FLÚOR, BIODEGRADÁVEL 90% 100ML	LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS	UNID.	1794
70.	453406	MANDRIL ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: ADAPTADOR DE PONTAS DE ALTA ROTAÇÃO COMPATIBILIDADE: PARA PEÇA RETA	MANDRIL PM	UNID.	100
71.	439281	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO MATERIAL: SILICONE C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS COR: BRANCA APLICAÇÃO: RESINAS CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO COMPATIBILIDADE: CONTRA ÂNGULO	MINI KIT POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA	KIT C/ 6 PEÇAS	2530
72.	427651	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: PARCIAL HEMIARCADA APLICAÇÃO: DIREITO INFERIOR / ESQUERDO SUPERIOR	MOLDEIRA PARCIAL GIRATÓRIA PERFURADA ALUMÍNIO Nº 87.	UNID.	194

		CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA			
73.	427673	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 1 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 1 - SUPERIOR	UNID.	49
74.	427674	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 1 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 1 - INFERIOR	UNID.	49
75.	427675	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 2 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 2 - SUPERIOR	UNID.	194
76.	427676	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 2 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 2 - INFERIOR	UNID.	194
77.	427677	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 3 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 3 - SUPERIOR	UNID.	194
78.	427678	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 3 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 3 - INFERIOR	UNID.	194
79.	427679	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 4 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 4 - SUPERIOR	UNID.	194
80.	427680	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 4 - INFERIOR	UNID.	194

		TAMANHO: Nº 4 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA			
81.	427681	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 5 APLICAÇÃO: SUPERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 5 - SUPERIOR	UNID.	194
82.	427682	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: ALUMÍNIO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 5 APLICAÇÃO: INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 5 - INFERIOR	UNID.	194
83.	427683	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 1 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 1 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
84.	427685	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 2 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 2 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
85.	427687	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 3 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 3 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
86.	427689	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 4 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 4 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
87.	427691	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 5 -	EMB. C/2 UNID.	194

		TAMANHO: Nº 5 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	SUPERIOR E INFERIOR		
88.	428750	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 6 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 6 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
89.	428752	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 7 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 7 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
90.	428754	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA MATERIAL: PLÁSTICO TIPO: P/ MOLDAGEM MODELO: DENTADOS TOTAL TAMANHO: Nº 8 APLICAÇÃO: SUPERIOR E INFERIOR, ADULTO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PERFURADA TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 8 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194
91.	245950	PEDRA PARA POLIR MATERIAL: ÓXIDO DE ALUMÍNIO COR: BRANCA FORMATO: CILÍNDRICA RETA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PEÇA DE MÃO APLICAÇÃO: ODONTOLOGIA	PEDRA ARKANSAS CHAMA FL-2.	UNID.	322
92.	288667	PEDRA AFIAR TIPO: RETA ARKANSAS COMPRIMENTO: 10 CM LARGURA: 2,5 CM ESPESSURA: 6 CM ESPECIFICAÇÃO: JT 911	PEDRA PARA AFIAR ARKANSAS	UNID.	322
93.	347998	SERINGA ODONTOLOGICA MATERIAL: TERMOPLÁSTICO TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 30 PONTAS SORTIDAS CENTRIX APLICAÇÃO: INSERÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS VISCOSOS	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº2 (ALTA FLUIDEZ)	EMB. C/20 UNID.	3681
94.	347998	SERINGA ODONTOLOGICA MATERIAL: TERMOPLÁSTICO TIPO USO: AUTOCLAVÁVEL CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 30 PONTAS SORTIDAS CENTRIX APLICAÇÃO: INSERÇÃO DE MATERIAIS DENTÁRIOS VISCOSOS	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX Nº 4 (FLUIDEZ MEDIA)	EMB. C/20 UNID.	3681

95.	407077	PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MODELO: PONTA LISA C/ REFRIGERAÇÃO APLICAÇÃO: RASPAGEM / REMOÇÃO DE TÁRTARO COMPATIBILIDADE: ENCAIXE ESPECÍFICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: P/ REGIÃO SUPRAGENGIVAL	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1-S	UNID.	4903
96.	426502	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: TOFFLEMIRE TAMANHO: ADULTO	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE ADULTO	UNID	2945
97.	426503	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICO MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL TIPO: TOFFLEMIRE TAMANHO: INFANTIL	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE INFANTIL	UNID	2945
98.	411905	PEÇAS - EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO TIPO: SACA BROCA APLICAÇÃO: CANETA ALTA ROTAÇÃO CABEÇA PADRÃO	SACA BROCA UNIVERSAL ALTA ROTAÇÃO.	UNID.	485
99.	442471	APLICADOR ODONTOLÓGICO TIPO USO: TIPO PISTOLA APLICAÇÃO: DISPENSADOR PARA PONTAS MATERIAL: PLÁSTICO CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA MATERIAIS VISCOSOS TIPO USO*: AUTOCLAVÁVEL	SERINGA CENTRIX	UNID.	897
100.	428222	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO APLICAÇÃO: INTER DENTAL / BUCAL TIPO: LÂMINA P/ MICRO ARCO DE SERRA MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL	SERRA MICRO CUT 1 SERRA (ESPESSURA DE 0,05MM)	UNID.	78
101.	479699	BASE BORRACHA USO ODONTOLÓGICO TIPO DE USO: BASE PARA TROQUEL APLICAÇÃO 1: CONFECÇÃO DE MODELOS DE TROQUÉIS C/ PRECISÃO APRESENTAÇÃO: BASES E LINGUETAS REUTILIZÁVEIS TAMANHOS: TAMANHO 06	TROQUELIZADOR BAFIX	UNID.	60

5.6. Justifica-se, ainda, o fornecimento de insumos odontológicos, de forma pormenorizada, conforme as quantidades estabelecidas neste instrumento constantes na memória de cálculo, documento no anexo, visando garantir o atendimento aos munícipes, assim como, para manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

5.7. Ainda, no que se diz a respeito da quantidade a ser contratada deve-se observar o Sistema de Registro de Preços, que será adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses, em consonância ao artigo 3º do Decreto Municipal n.º 937/2022:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços será adotado preferencialmente nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

5.8. Deste modo, o planejamento de compras deverá considerar a possibilidade de processamento da aquisição através do SRP – Sistema de Registro de Preços, conforme Decreto Municipal n.º 937/2022 e art. 82 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 A pesquisa dos valores informados nos itens, foi realizada utilizando o portal painel de preços do portal do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Governo Federal¹², seguindo as diretrizes do inciso I do § 1º do Art. 23 da Lei 14.133 e do Art. 5º da Instrução Normativa 73/2020. Através dessa pesquisa, foi possível obter as estimativas de preços para o fornecimento dos insumos odontológicos necessários, conforme expressa a tabela no anexo.

6.2 A estimativa de valor da contratação realizada por meio do Estudo Técnico Preliminar – ETP, de que trata o art. 18, §1º, inc. VI da Lei n.º 14.133/2021, constitui-se em avaliação inicial (ou preliminar) dos preços praticados no mercado e servem unicamente à análise da autoridade competente quanto à viabilidade econômica da contratação.

6.3 Nesse sentido, inclusive, são as lições do professor Joel de Menezes Nieburh¹³:

“Diante de toda essa confusão, propõe-se a seguinte interpretação: faz-se um orçamento preliminar quando do ETP, mais simples, sem pesquisa aprofundada de mercado, podendo-se valer de comparativo com contratos antigos do próprio órgão ou entidade ou, no caso de engenharia, utilizando-se de metodologia expedita ou paramétrica.

Depois, como uma das atividades necessárias para a elaboração do TR ou do PB, definida a especificação do objeto a ser licitado e contratado, faz-se o orçamento definitivo e mais rigoroso, de acordo com os critérios definidos na Lei n. 14.133/2021.

Então, dois orçamentos, um preliminar e outro definitivo. O melhor é que fosse só um, seria mais racional e simples, porém essa não foi a opção do legislador, apegado que foi ao modelo burocrático disfuncional”.

6.4 Em igual sentido, concorrendo com tal entendimento, o Enunciado 17 do Conselho da Justiça Federal (CJF) decorrente do I Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, realizado em agosto de 2022, bem como o Enunciado nº 10 do Fórum Nacional das

¹² <https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>

¹³ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. p. 486. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

Consultorias Jurídicas das Procuradorias Gerais dos Estado e do Distrito Federal – FONACON corroborado pelo Enunciado 3 do Instituto Nacional de Compras Públicas – INCP, aprovado por unanimidade, na I Reunião Técnica do INCP realizada em 1º e 2 de março de 2024, a ver:

CJF Enunciado 17

“A estimativa de valor da contratação realizada por meio de Estudos Técnicos Preliminares, de que trata o art. 18, § 1º, inciso VI, será, via de regra, uma análise inicial dos preços praticados no mercado por servir unicamente à análise da autoridade competente quanto à viabilidade econômica da contratação.

De forma diferente, há uma estimativa de valor da contratação realizada pelo setor competente do órgão, conforme art. 6º, inciso XXIII, “i”, que servirá como base à análise da aceitabilidade das propostas na fase externa do processo licitatório e, por isso, utilizará os parâmetros do art. 23 e seus parágrafos, combinados, sempre que possível, em uma “cesta de preços”, priorizando os preços públicos, salvo quando, de acordo com o Manual de Atribuições e Regulamento Interno do órgão, a obrigação recair para o mesmo setor que estiver elaborando os Estudos Técnicos Preliminares.”

FONACON - Enunciado nº 10

“A estimativa do valor da contratação, exigida quando da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, poderá ser feita de forma sumária, com documentos de pronta consulta e imediatamente disponíveis, não necessitando seguir o rigor do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.”

Instituto Nacional de Compras Públicas (INCP) – ENUNCIADO 3

“A estimativa do valor da contratação constante do Estudo Técnico Preliminar, que está relacionada à escolha da solução do que a definição de um preço de referência, não precisa seguir estritamente todas as regras definidas pelo artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a opção por aferições mais simples, quando cabível. (Aprovado por unanimidade)”.

- 6.5 Dito isso, cabe evidenciar que a estimativa de valor da contratação, nos exatos parâmetros estabelecidos nos artigos 6º, inc. XXIII, alínea “i”, 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, 4º a 11 do Dec. Municipal n.º 936/2022, bem como nas orientações da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 65, de 07 de julho de 2021 **será elaborada pela Superintendência de Compras, órgão com atribuição para tal, na forma do art. 43 do Regimento Interno da FEMAR.**

- 6.6 Através das pesquisas mencionadas foi possível obter as estimativas de preços para a aquisição dos materiais necessários, conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	PREÇO 1	PREÇO 2	PREÇO 3	PREÇO MEDIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1.	BROCA LARGO CA 32MM Nº 3	UNID.	59	R\$ 15,90	R\$ 18,00	R\$ 15,99	R\$ 16,63	R\$ 981,17
2.	BROCA LENTULO 25MM Nº 25	UNID.	329	R\$ 41,90	R\$ 36,37	R\$ 34,61	R\$ 37,62	R\$ 12.376,98
3.	BROCA LENTULO 25MM Nº 30	UNID.	329	R\$ 41,90	R\$ 35,70	R\$ 36,37	R\$ 37,99	R\$ 12.498,71
4.	BROCA LENTULO 25MM Nº 35	UNID.	329	R\$ 41,90	R\$ 35,70	R\$ 36,34	R\$ 37,98	R\$ 12.495,42
5.	BROCA TRANSMETAL (PREDATOR) TR2T 19MM	UNID.	729	R\$ 21,23	R\$ 16,90	R\$ 16,93	R\$ 18,35	R\$ 13.377,15
6.	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1502 TARJA AZUL: PONTA ATIVA	UNID.	50	R\$ 189,20	R\$ 74,99	R\$ 92,94	R\$ 119,04	R\$ 5.952,00
7.	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1503 TARJA AZUL: PONTA INATIVA	UNID.	50	R\$ 92,94	R\$ 74,99	R\$ 85,08	R\$ 84,33	R\$ 4.216,50
8.	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1506 TARJA AZUL: PONTA OGIVAL	UNID.	50	R\$ 74,99	R\$ 92,94	R\$ 88,58	R\$ 85,50	R\$ 4.275,00
9.	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1510 TARJA AZUL: FORMATO 79	UNID.	50	R\$ 92,94	R\$ 74,99	R\$ 91,90	R\$ 86,61	R\$ 4.330,50
10.	BROCA TUNGSTÊNIO MAXICUT PM - Nº 1571 TARJA AZUL:	UNID.	50	R\$ 74,99	R\$ 92,94	R\$ 77,38	R\$ 81,77	R\$ 4.088,50

	FORMATO AGULHA							
11.	BROCA TUNGSTÊNIO PERA CORTE CRUZADO EXTRA GROSSO Nº 5451	UNID.	50	R\$ 74,99	R\$ 74,99	R\$ 82,89	R\$ 77,62	R\$ 3.881,00
12.	CALCADOR DE BANDA	UNID.	19	R\$ 35,34	R\$ 90,00	R\$ 82,90	R\$ 69,41	R\$ 1.318,79
13.	DISCO DE CORTE. 38 X 0,6.	EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3	R\$ 299,90	R\$ 323,90	R\$ 371,26	R\$ 331,68	R\$ 995,04
14.	DISCO DE FELTRO DIAMONT FLEX EMBALAGEM COM 8MM E 12MM	EMBALAGEM COM 24 UNIDADES	24	R\$ 71,90	R\$ 86,98	R\$ 70,90	R\$ 76,59	R\$ 1.838,16
15.	DISCO DE POLIMENTO SUPER-SNAP	KIT C/ 48 DISCOS	78	R\$ 285,80	R\$ 218,90	R\$ 238,17	R\$ 247,62	R\$ 19.314,36
16.	DISCO ODONTOLÓGICO PARA CORTE 22 MM	UNID	583	R\$ 181,15	R\$ 173,80	R\$ 99,02	R\$ 151,32	R\$ 88.219,56
17.	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS	UNID.	1222	R\$ 19,92	R\$ 27,92	R\$ 15,90	R\$ 21,24	R\$ 25.955,28
18.	ESCOVA DE FELTRO PARA POLIMENTO PM	UNID.	50	R\$ 17,90	R\$ 11,90	R\$ 15,34	R\$ 15,04	R\$ 752,00
19.	DISCO DE FLANELA Nº 4	UNID	12	R\$ 25,90	R\$ 17,43	R\$ 13,72	R\$ 19,01	R\$ 228,12
20.	DISCO DE POLIMENTO ACRÍLICO BRIM BRANCO	UNID	24	R\$ 40,92	R\$ 75,37	R\$ 44,02	R\$ 53,43	R\$ 1.282,32
21.	DISCO PARA POLIMENTO ESTRELA PM - CRINA DE CAVALO	UNID.	50	R\$ 17,90	R\$ 21,90	R\$ 15,21	R\$ 18,33	R\$ 916,50
22.	ESCOVA ROBINSON PINCEL PLANO.	UNID.	9892	R\$ 3,49	R\$ 2,79	R\$ 2,80	R\$ 3,02	R\$ 29.873,84
23.	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº15-40	EMB. C/6 UNID.	389	R\$ 92,90	R\$ 49,99	R\$ 70,26	R\$ 71,05	R\$ 27.638,45
24.	ESPAÇADOR DIGITAL 25MM Nº20	EMB. C/6 UNID.	389	R\$ 20,07	R\$ 35,90	R\$ 45,99	R\$ 33,98	R\$ 13.218,22

25.	ESPAÇADO R DIGITAL 25MM Nº25	EMB. C/6 UNID.	389	R\$ 35,90	R\$ 42,98	R\$ 35,90	R\$ 38,26	R\$ 14.883,14
26.	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 25	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 29,92	R\$ 27,10	R\$ 29,90	R\$ 28,97	R\$ 8.662,03
27.	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 30	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 29,90	R\$ 39,90	R\$ 27,10	R\$ 32,30	R\$ 9.657,70
28.	EXTIRPA NERVOS 21MM Nº 35	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 29,90	R\$ 37,85	R\$ 62,26	R\$ 43,33	R\$ 12.955,67
29.	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº25	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 29,90	R\$ 29,88	R\$ 47,77	R\$ 35,85	R\$ 10.719,15
30.	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº30	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 29,90	R\$ 42,52	R\$ 29,88	R\$ 34,10	R\$ 10.195,90
31.	EXTIRPA NERVOS 25MM Nº35	EMB. C/10 UNID.	299	R\$ 28,95	R\$ 47,77	R\$ 37,89	R\$ 38,20	R\$ 11.421,80
32.	FACA PARA GESSO CABO DE PLÁSTICO	UNID.	50	R\$ 20,80	R\$ 14,90	R\$ 25,90	R\$ 20,53	R\$ 1.026,50
33.	GRAMPO PARA MATRIX (EMBALAGEM COM 1 GRAMPO + 4 PROTETORES DE SILICONE TRIANGULARES)	UNID.	78	R\$ 156,90	R\$ 145,27	R\$ 145,36	R\$ 149,17	R\$ 11.635,26
34.	LAMPARINA A ÁLCOOL DE ALUMÍNIO	UNID.	38	R\$ 49,50	R\$ 36,78	R\$ 50,96	R\$ 45,74	R\$ 1.738,12
35.	LIMA C+ PLUS Nº 10 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 105,50	R\$ 113,66	R\$ 108,69	R\$ 109,28	R\$ 48.957,44
36.	LIMA C+ PLUS Nº 15 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 90,08	R\$ 107,90	R\$ 107,80	R\$ 101,92	R\$ 45.660,16
37.	LIMA C+ PLUS Nº 8 - 25MM	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 107,90	R\$ 105,05	R\$ 84,37	R\$ 99,10	R\$ 44.396,80
38.	LIMA HEDSTROE M ESTÉRIL 25MM - SORTIDA Nº 15-40	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 89,90	R\$ 82,09	R\$ 77,77	R\$ 83,25	R\$ 21.145,50
39.	LIMA HEDSTROE M ESTÉRIL 25MM - SORTIDA Nº 45-80	EMB. C/6 UNID.	135	R\$ 84,52	R\$ 58,90	R\$ 23,90	R\$ 55,77	R\$ 7.528,95

40.	LIMA K Nº 15-40 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 36,16	R\$ 44,20	R\$ 38,48	R\$ 39,61	R\$ 17.745,28
41.	LIMA K Nº 15-40 - 31MM.	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 21,42	R\$ 37,90	R\$ 51,90	R\$ 37,07	R\$ 9.415,78
42.	LIMA K Nº 15-40 21MM.	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 34,90	R\$ 80,90	R\$ 37,90	R\$ 51,23	R\$ 22.951,04
43.	LIMA K Nº 45-80 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	448	R\$ 89,90	R\$ 42,69	R\$ 32,90	R\$ 55,16	R\$ 24.711,68
44.	LIMA K Nº 45-80 - 31MM.	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 29,46	R\$ 23,97	R\$ 91,01	R\$ 48,14	R\$ 12.227,56
45.	LIMA K Nº 45-80 21MM.	EMB. C/6 UNID.	254	R\$ 65,89	R\$ 39,90	R\$ 69,48	R\$ 58,42	R\$ 14.838,68
46.	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 10 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 26,90	R\$ 82,03	R\$ 22,90	R\$ 43,94	R\$ 14.456,26
47.	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 15 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 88,40	R\$ 86,90	R\$ 89,90	R\$ 88,40	R\$ 29.083,60
48.	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 20 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 43,50	R\$ 82,03	R\$ 68,80	R\$ 64,77	R\$ 21.309,33
49.	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 6 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 82,03	R\$ 76,80	R\$ 161,40	R\$ 106,74	R\$ 35.117,46
50.	LIMA K SERIE ESPECIAL Nº 8 - 25MM.	EMB. C/6 UNID.	329	R\$ 89,90	R\$ 77,70	R\$ 72,90	R\$ 80,16	R\$ 26.372,64
51.	LIMA RECIPROCA NTE NITI Nº 20 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 211,01	R\$ 208,00	R\$ 265,90	R\$ 228,30	R\$ 119.629,20
52.	LIMA RECIPROCA NTE NITI Nº 20 25MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 265,90	R\$ 221,07	R\$ 242,00	R\$ 242,99	R\$ 127.326,76
53.	LIMA RECIPROCA NTE NITI Nº 25 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 242,00	R\$ 207,98	R\$ 265,90	R\$ 238,62	R\$ 125.036,88
54.	LIMA RECIPROCA NTE NITI Nº 25 25MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 221,07	R\$ 265,90	R\$ 242,00	R\$ 242,99	R\$ 127.326,76
55.	LIMA RECIPROCA NTE NITI Nº 35 21MM W- FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 191,96	R\$ 265,90	R\$ 207,98	R\$ 221,94	R\$ 116.296,56

56.	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 35 25MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 265,90	R\$ 208,49	R\$ 265,90	R\$ 246,76	R\$ 129.302,24
57.	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 21MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 265,90	R\$ 240,46	R\$ 327,90	R\$ 278,08	R\$ 145.713,92
58.	LIMA RECIPROCANTE NITI Nº 45 25MM W-FILE	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 209,14	R\$ 265,90	R\$ 208,49	R\$ 227,84	R\$ 119.388,16
59.	LIMA RECIPROCANTE PARA RETRATAMENTO 25MM MK	EMB. C/3 UNID.	14	R\$ 106,90	R\$ 126,90	R\$ 126,90	R\$ 120,23	R\$ 1.683,22
60.	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 15.04 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 89,78	R\$ 90,78	R\$ 91,58	R\$ 90,71	R\$ 47.532,04
61.	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 20.06 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 100,00	R\$ 105,02	R\$ 89,32	R\$ 98,11	R\$ 51.409,64
62.	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 25.06 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 105,02	R\$ 90,70	R\$ 100,00	R\$ 98,57	R\$ 51.650,68
63.	LIMA RECIPROCANTE UNIVY SENSE 35.04 – 25MM	EMB. C/4 UNID.	524	R\$ 105,02	R\$ 100,00	R\$ 90,77	R\$ 98,59	R\$ 51.661,16
64.	LIMA RECIPROCANTE W-FILE	EMB. C/6 UNID.	38	R\$ 208,49	R\$ 265,90	R\$ 265,90	R\$ 246,76	R\$ 9.376,88
65.	LIMA ROTATÓRIA NITI TRATAMENTO TÉRMICO 25 MM	EMB. C/6 UNID.	11	R\$ 192,00	R\$ 272,17	R\$ 123,40	R\$ 195,85	R\$ 2.154,35
66.	LIMA ROTATÓRIA NITI TRATAMENTO TÉRMICO 31 MM	EMB. C/6 UNID.	11	R\$ 308,93	R\$ 179,90	R\$ 108,47	R\$ 199,10	R\$ 2.190,10
67.	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL 25MM.	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 160,31	R\$ 295,80	R\$ 199,67	R\$ 218,59	R\$ 114.541,16

68.	LIMA ROTATÓRIA PROTAPER UNIVERSAL RETRATAMENTO 25MM.	EMB. C/6 UNID.	524	R\$ 125,00	R\$ 199,00	R\$ 288,40	R\$ 204,13	R\$ 106.964,12
69.	LUBRIFICANTE PARA INSTRUMENTOS	100ML	1794	R\$ 30,15	R\$ 29,90	R\$ 29,90	R\$ 29,98	R\$ 53.784,12
70.	MANDRIL PM	UNID.	100	R\$ 17,90	R\$ 88,46	R\$ 18,17	R\$ 41,50	R\$ 4.150,00
71.	MINI KIT POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA	KIT C/ 6 PEÇAS	2530	R\$ 53,90	R\$ 65,90	R\$ 59,90	R\$ 59,90	R\$ 151.547,00
72.	MOLDEIRA PARCIAL GIRATÓRIA PERFURADA ALUMÍNIO Nº 87.	UNID.	194	R\$ 9,87	R\$ 8,90	R\$ 8,80	R\$ 9,19	R\$ 1.782,86
73.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 1 - SUPERIOR	UNID.	49	R\$ 9,05	R\$ 9,89	R\$ 7,30	R\$ 8,74	R\$ 428,26
74.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 1 - INFERIOR	UNID.	49	R\$ 9,05	R\$ 9,89	R\$ 7,30	R\$ 8,74	R\$ 428,26
75.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 2 - SUPERIOR	UNID.	194	R\$ 11,53	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 10,95	R\$ 2.124,30
76.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 2 - INFERIOR	UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 11,12	R\$ 10,82	R\$ 2.099,08
77.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 3 - SUPERIOR	UNID.	194	R\$ 11,51	R\$ 11,50	R\$ 9,89	R\$ 10,96	R\$ 2.126,24
78.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 3 - INFERIOR	UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 11,53	R\$ 10,95	R\$ 2.124,30
79.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA	UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 11,53	R\$ 10,95	R\$ 2.124,30

	ALUMÍNIO TAM. 4 - SUPERIOR							
80.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 4 - INFERIOR	UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 11,53	R\$ 10,95	R\$ 2.124,30
81.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 5 - SUPERIOR	UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 11,53	R\$ 10,95	R\$ 2.124,30
82.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA ALUMÍNIO TAM. 5 - INFERIOR	UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 11,45	R\$ 11,53	R\$ 10,95	R\$ 2.124,30
83.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 1 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 9,89	R\$ 10,87	R\$ 10,98	R\$ 10,58	R\$ 2.052,52
84.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 2 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 15,90	R\$ 10,90	R\$ 17,90	R\$ 14,90	R\$ 2.890,60
85.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 3 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,90	R\$ 11,71	R\$ 15,90	R\$ 15,17	R\$ 2.942,98
86.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 4 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,90	R\$ 11,71	R\$ 15,90	R\$ 15,17	R\$ 2.942,98
87.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 5 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,90	R\$ 11,71	R\$ 15,90	R\$ 15,17	R\$ 2.942,98
88.	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA PLÁSTICO TAM. 6 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,90	R\$ 11,71	R\$ 15,90	R\$ 15,17	R\$ 2.942,98

89.	MOLDEIRA TOTAL PERFORADA PLÁSTICO TAM. 7 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,90	R\$ 11,71	R\$ 15,90	R\$ 15,17	R\$ 2.942,98
90.	MOLDEIRA TOTAL PERFORADA PLÁSTICO TAM. 8 - SUPERIOR E INFERIOR	EMB. C/2 UNID.	194	R\$ 17,90	R\$ 11,71	R\$ 15,90	R\$ 15,17	R\$ 2.942,98
91.	PEDRA ARKANSAS CHAMA FL-2.	UNID.	322	R\$ 286,90	R\$ 286,90	R\$ 299,54	R\$ 291,11	R\$ 93.737,42
92.	PEDRA PARA AFIAR ARKANSAS	UNID.	322	R\$ 10,90	R\$ 12,30	R\$ 14,11	R\$ 12,43	R\$ 4.002,46
93.	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX N°2 (ALTA FLUIDEZ)	EMB. C/20 UNID.	3681	R\$ 150,00	R\$ 149,90	R\$ 109,97	R\$ 136,62	R\$ 502.898,22
94.	PONTA DE APLICAÇÃO SERINGA CENTRIX N° 4 (FLUIDEZ MEDIA)	EMB. C/20 UNID.	3681	R\$ 99,25	R\$ 83,99	R\$ 99,87	R\$ 94,37	R\$ 347.375,97
95.	PONTA ULTRASSÔNICA PERIODONTIA T1-S	UNID.	4903	R\$ 109,02	R\$ 80,90	R\$ 80,90	R\$ 90,27	R\$ 442.593,81
96.	PORTA MATRIZ TOFFLEMIR E ADULTO	UNID	2945	R\$ 41,43	R\$ 35,90	R\$ 34,90	R\$ 37,41	R\$ 110.172,45
97.	PORTA MATRIZ TOFFLEMIR E INFANTIL	UNID	2945	R\$ 58,90	R\$ 35,90	R\$ 32,96	R\$ 42,58	R\$ 125.398,10
98.	SACA BROCA UNIVERSAL ALTA ROTAÇÃO.	UNID.	485	R\$ 39,75	R\$ 41,90	R\$ 30,08	R\$ 37,24	R\$ 18.061,40
99.	SERINGA CENTRIX	UNID.	897	R\$ 274,54	R\$ 99,90	R\$ 184,74	R\$ 186,39	R\$ 167.191,83
100.	SERRA MICRO CUT 1 SERRA (ESPESSURA DE 0,05MM)	UNID.	78	R\$ 42,90	R\$ 49,00	R\$ 71,29	R\$ 54,39	R\$ 4.242,42
101.	TROQUELIZADOR BAFIX	UNID.	60	R\$ 49,46	R\$ 54,90	R\$ 47,52	R\$ 50,62	R\$ 3.037,20

TOTAL	R\$ 4.298.424,73
--------------	-------------------------

6.6.1 Link das fontes de pesquisas:

ITEM	LINK 1	LINK 2	LINK 3
1.	https://www.dentalspeed.com/broca-largo-peeso-32mm-allprime.html	https://www.suryadental.com.br/broca-largo-p-c-01-32mm-micro-import.html	https://www.dentalcremer.com.br/broca-largo-peeso-ar-microdont-dc11211.html
2.	https://www.dentalcremer.com.br/broca-lentulo-mk-life-dc29170.html	https://www.dentalmedsul.com.br/broca-lentulo-25mm---tdk-eurodonto/p	https://www.dentalnoronha.com.br/especialidades-clinico-geral/broca-lentulo-25mm-25-4un-epc025025-bl-tdk
3.	https://www.dentalcremer.com.br/broca-lentulo-mk-life-dc29170.html	https://www.dentalsul.com.br/lentulo-da-tdka	https://www.dentalmedsul.com.br/broca-lentulo-25mm---tdk-eurodonto/p
4.	https://www.dentalcremer.com.br/broca-lentulo-mk-life-dc29170.html	https://www.dentalsul.com.br/lentulo-da-tdka	https://www.dentalmedsul.com.br/broca-lentulo-25mm---tdk-eurodonto/p
5.	https://www.dentalmaiss.com.br/brocas/broca-transmetal-fg-predator-tr2t-19mm-primadental	https://www.dentalpaivano.com.br/brocas/broca-carbide/broca-predator-transmetal-unidade-primangelus	https://www.endoplus.odo.br/produtos/broca-transmetal-predator-fg-tr2t---primadental
6.	https://www.dentalecia.com.br/brocatungsteniomaxicutpm1502edenta/p	https://www.dentalcremer.com.br/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs-dc12588.html	https://www.dentalverao.com.br/produtos/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs/
7.	https://www.dentalverao.com.br/produtos/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs/	https://www.dentalcremer.com.br/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs-dc12588.html	https://www.dentalvidafarma.com.br/fresa-de-tungstenio-maxicut-bastao-topo-inativo-cruzado-medio-1503---american-burrs-5664/p
8.	https://www.dentalcremer.com.br/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs-dc12588.html	https://www.dentalverao.com.br/produtos/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs/	https://www.dentalnoronha.com.br/especialidades-clinico-geral/broca-tungsteniomaxicut-1506-pera-ogival-azul-american
9.	https://www.dentalverao.com.br/produtos/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs/	https://www.dentalcremer.com.br/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs-dc12588.html	https://www.dentalecia.com.br/brocatungsteniomaxicut1510pmamericanburrs/p?idsku=5179&srsId=AfmBOorgBD9ZEwgh-kR6-5oPqCkYEA5oxGJKGHsvwXmAvsSrbKr4CPbLCSY
10.	https://www.dentalcremer.com.br/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs-dc12588.html	https://www.dentalverao.com.br/produtos/broca-tungsteniomaxicut-pm-american-burrs/	https://www.dentalabs.com.br/broca-tungsteniomaxicut-american-burrs-

			azul-1571-corte-cruzado-medio.html
11.	https://www.dentalspeed.com/broca-tungstenio-preta-pera-p-gesso-e-resinas-corte-cruzado-extra-grosso-american-burrs.html	https://www.dentalcremer.com.br/broca-tungstenio-pera-corte-cruzado-extra-grosso-n-5451-american-burrs-126332.html	https://www.rvdsaude.com.br/produto/broca-de-tungstenio-corte-cruzado-extragrosso-5451-060hp-american-burrs-112528
12.	https://www.dentalmaster.com.br/calçador-de-bandas---quinelato/p	https://www.dentalcremer.com.br/calçador-de-banda-quinelato.html	https://www.dentalortodent e.com.br/calçador-de-bandas-tipo-alavanca---quenelato--1570/p
13.	https://www.suryadental.com.br/disco-corte-met-c-100-grd-gold-ninja-talmax.html	https://www.dentalspeed.com/disco-ninja-gold-38-x-06-talmax-tal6847a.html	https://www.dentalmarcella.com.br/disco-ninja-gold-38x06-marrom-100-unidades-talmax
14.	https://www.dentalspeed.com/feltro-diamond-flex-812mm-fgm.html?srsId=AfmBOOpOtPo71JRBabgBRwR71_pS7fSsSODKeHvITQQk2iCUbzgc3-2h0q9	https://www.dentalodonthomaz.com.br/consultorios/dentistica/discos/disco-feltro-diamond-flex-8-12mm-fgm/?srsId=AfmBOooWRYv-DwZF0nGtlpS2HbEzZj42Sq-H3jx6xbOLJCZwr7BEDdqoObw	https://www.dentalcremer.com.br/disco-de-feltro-diamond-fgm-432206.html?srsId=AfmBOorgW3mChfH8BDXc-XFXbj-FnQ8jUI6nuzr1QVHwHYKqtQ2IWxRtch8
15.	https://www.suryadental.com.br/kit-disco-de-lixasuper-snap-0505-com-36-discos-12-mini-discos-01-midi-pontamandril-shofu.html	https://www.dentalcremer.com.br/kit-super-snap-mandil-discos-shofu-126466.html?origin=autocomplete	https://www.dentaloralline.com.br/shofu/polidores/mini-kit-suoer-snap
16.	https://www.dentalshop.com.br/disco-diamantado-dupla-face-22-x-0-10-odontomega-24655/p?idsku=484318&srsId=AfmBOOpK0BPcKsvrj6DdeJ1w7lrbyDFtwK3Dh7GSHCU24bT2yjgyj0OB150	https://www.dentalcremer.com.br/disco-diamantado-dupla-face-corte-fino-odontomega-117789.html?srsId=AfmBOor8uKNzoAvu7jtilThw3ticHLfsHy4_-zjiZCvEy4OPPSoUgt1dxzk	https://www.dentalstar.com.br/protese/acabamento-e-polimento/disco-de-corte/disco-de-diamante-natural-super-flexivel-dupla-face-parcial?variant_id=8165&srsId=AfmBOoqkXr6n_qLHQnNSgr7la0yWnP9Ur6s6Dpz6YXZ2c0CZVGsjwHmWkWE
17.	https://www.dentalecia.com.br/escovaparalimpezadebrocas-jon/p	https://www.dentalproclin.com.br/produto/escova-para-limpeza-de-brocas-jon-70952?utm_source=&utm_medium=&utm_campaign=&srsId=AfmBOooQrZQZbVTyOrYhUCXgCGowzyoXdS42gEjvbgjINr7pJibDihAllUc	https://www.dentalcremer.com.br/escova-para-limpeza-de-brocas-preven-537468.html

18.	https://www.dentalcremer.com.br/escova-de-feltro-para-polimento-pm-american-burrs-604245.html?srsltid=AfmBOoqcUal0KGVEstDMDZa8AyF0C26lh9eBcllWd1kZIKj_64ID33onCFc	https://www.dentalmedsul.com.br/escova-de-polimento-pm-algodao---american-burrs/p?idsku=7811&srsltid=AfmBOop9Q1LFCE_H26sXNy7ySOrO2MSlocAmVcKnfJgv_bQvjcumkc3PvEA	https://www.dentaleleto.com.br/escova-de-feltro-mandril-pm-22mm-american-burrs.html
19.	https://adental.com.br/loja/roda-para-polimento-de-flanela-4-10cm-clemara/?srsltid=AfmBOorefrdUROss4nCclpU-OkkZPgjr4y6OUuknGZ4T99p1QVVJEV6VM9k	https://www.luizcouros.com.br/ferramentas/disco-de-flanela-br-costurado-4?parceiro=3968	https://www.reidosestojos.com.br/escova-circular-flanela-rei-4-polegadas/p?idsku=1798
20.	https://www.damafer.com.br/MLB-1870837297-disco-algodo-100x20mm-polimento-madeira-acrilico-ourives-_JM	https://www.lojadomecanico.com.br/produto/111599/37/641/Roda-de-Feltro-para-Polimento-100mm/153/?srsltid=AfmBOootsvyKaxhbtftvVJoSPUim_BjDLPfhttn7iY-Xe_Wla6H522MK4nY	https://www.magazineluiza.com.br/roda-de-brim-branco-polimento-protese-dentaria-mac-dental/p/ah45988472/fs/diplo/?seller_id=lojaolist&srsltid=AfmBOop3v7AXUMsFg3wmX0E4gaUMowerp-Ggl_-e3N25JUjRjwpGURn2u3I
21.	https://www.dentalspeed.com/escova-de-pelo-de-cabra-22mm-american-burrs.html	https://www.dentalcremer.com.br/escova-de-polimento-pelo-de-cabra-pm-jota-187007.html?srsltid=AfmBOoolyGlamaGxQdbyT5H5u9Ex66EiXk2cekFWqSuo2vPQWmgxFNFsH8	https://www.dentalphs.com.br/escova-de-polimento-pelo-de-cabra-pm-mac?utm_source=Site&utm_medium=GoogleMerchant&utm_campaign=GoogleMerchant&srsltid=AfmBOorHkRKVb5xQ1Q3aFEP-WKbXWyPROIh-5x0cZTJkp73C_lmbY2_B5sY
22.	https://www.dentalspeed.com/escova-de-robinson-para-contrangulo-microdont.html	https://www.dentalcremer.com.br/escova-robinson-reta-ca-preven-dc13210.html	https://www.dentalmaster.com.br/escova-de-robinson-contrangulo/p
23.	https://www.dentalspeed.com/condensador-digital-pluggers-25mm-n-15-40-mani.html?srsltid=AfmBOort63phdJj-6WZhdhqi4eyYVSS0lqICshGhk26EH4JKaFNaByxiM0I	https://www.dentalvidafarma.com.br/espacador-manual-15-40-25mm-11823/p?idsku=10991&srsltid=AfmBOorEemr1tqDRRMh4cEvMAqjEwAO_0Fw8b9oqXk-1qNnWFi9_kmXEfkg	https://www.dentalodonthomaz.com.br/consultorios/odontologia/espacador-digital/espacador-digital-1-serie-15-40-25mm-vdw/?srsltid=AfmBOopdvswkBBjSINbC11h7IITyM9HJsVzLncUc3-on-Trk8qaS7GwQis
24.	https://www.dentallegal.com.br/espacador-digital-1-a-6-	https://www.dentalcremer.com.br/espacador-digital-	https://www.bioendo.com.br/produto/espacador-digital-

	25mm-injecta-com-6-unidades/p	25mm-mk-life-dc29173.html	25mm/240634?IdSku=102273
25.	https://www.dentalcremer.com.br/espacador-digital-25mm-mk-life-dc29173.html	https://www.dentalweb.com.br/espacador-digital-tdk?variant_id=7663	https://www.dentalspeed.com/espacador-digital-25mm-mk-life.html?srsltid=AfmBOorvYmsegVf-pZB2E0uA7eEg1PkYaoClg1DIfVT4sqxl5dWjp0NoUc
26.	https://www.bioendo.com.br/produto/extirpa-nervos-21mm/510612?IdSku=211461	https://www.dentalodonthomaz.com.br/consultorios/endodontia/extirpa-nervo/extirpa-nervos-vdw-25-21mm-vdw/?srsltid=AfmBOopYTDbdnWEKSgHjBazjzWKKDT2LgawTyYtsai3Rkm_kKObuJnb7n9M	https://www.dentalcremer.com.br/extirpa-nervos-mk-life-dc29172.html?srsltid=AfmBOop81pp59SnKFMNOe5UyQcKomXWOfc4rJmQTStnBpbklpFHBfchsX-c
27.	https://www.dentalcremer.com.br/extirpa-nervos-mk-life-dc29172.html?srsltid=AfmBOop81pp59SnKFMNOe5UyQcKomXWOfc4rJmQTStnBpbklpFHBfchsX-c	https://www.dentalshop.com.br/extirpa-nervos-azul-n---30-21mm-k-dent-quimidrol-25456/p?idsku=484569&srsltid=AfmBOoqJqRGsLRCK9FtWG--G1iY3zIFISpyCY8n_qGYWp55tAjfO7ltZvN0	https://www.dentalodonthomaz.com.br/consultorios/endodontia/extirpa-nervo/extirpa-nervos-vdw-30-21mm-vdw/?srsltid=AfmBOoqAbMsfDjDmsZCwv_S_98EDZoiYaZlpvMoePHIE5V1KjpyJDLZVJNk
28.	https://www.dentalcremer.com.br/extirpa-nervos-mk-life-dc29172.html?srsltid=AfmBOop81pp59SnKFMNOe5UyQcKomXWOfc4rJmQTStnBpbklpFHBfchsX-c	https://www.dentalmedsul.com.br/extirpa-nervos---mk-life/p?idsku=11803&srsltid=AfmBOoqJaxoeyxG9fFUarEzre1dTcDEka9Ky8-rsd2L4bBEu3ai0LjykCp4	https://www.dentalodonthomaz.com.br/consultorios/endodontia/extirpa-nervo/extirpa-nervos-sortido-21mm-dentsply/?srsltid=AfmBOoqrLB3_4_TYBQZcledLPWVP4dLELvn9cl4H-sBHfCFYChQYMMvJ35E
29.	https://www.dentalcremer.com.br/extirpa-nervos-mk-life-dc29172.html?srsltid=AfmBOorFjrANI47MIU54HuPn-lh62fcuTOdL5L94qljB_Qgli3U2q4EsFAY	https://www.lojadentalprime.com.br/equipamentos/extirpa-nervos-25mm-40-azul-cx-com-10un-klm?parceiro=3646&srsltid=AfmBOor5MXU5FgotN_nQW7bFBsNIOUHN_C6fIHwjuz_mymvCL2_vjy_zYk8	https://www.dentalortodonte.com.br/extirpa-nervos-n%C2%BA35-25mm-vermelho---10-unidades---medin-10763/p?idsku=7373&srsltid=AfmBOool9qs0UaMjo086o5VqvjHrfFtKglnYiD3f9JjMmgB1eWIB5TLDobl

30.	https://www.dentalcremer.com.br/extirpa-nervos-mk-life-dc29172.html?srsltid=AfmBOOrFjrANI47MIU54HuPn-lh62fcuTOdL5L94qjB_Qgli3U2q4EsFAY	https://www.magazineluiza.com.br/extirpa-nervos-30-25mm-amarelo-com-10-unid-mk-life/p/ffh78jg4ff/cp/guta/?seller_id=primarcomercios aude&srsltid=AfmBOopVTcukVQkyiMEJI17Ua8JLq6bDATFAmPo-T9u-ZgxVKrKLx940-Vs	https://www.lojadentalprime.com.br/equipamentos/extirpa-nervos-25mm-40-azul-cx-com-10un-klm?parceiro=3646&srsltid=AfmBOoo8ravLajHucMDMrOPEfnzBB2sMCSbGsdym7pd_MDVGejfEU1d2Pg
31.	https://www.lojadentalprime.com.br/equipamentos/extirpa-nervos-25mm-35-vermelho-cx-com-10un-klm	https://www.dentalortodente.com.br/extirpa-nervos-n%C2%BA35-25mm-vermelho---10-unidades--medin-10763/p	https://www.dentalmedsul.com.br/extirpa-nervos---mk-life/p?idsku=11803&srsltid=AfmBOops8z4ENR_0TQ18MrOA_GQYfE3NnF9x9dNPftCIXrZRXFH1bVdNDk8
32.	https://www.utilidadesclinicas.com.br/faca-para-gesso-cabo-de-plastico-golgran-gol20645a.html	https://www.dentalcremer.com.br/faca-para-gesso-cabo-de-plastico-nova-ogp-733785.html	https://www.dentalspeed.com/faca-para-gesso-cabo-de-plastico-golgran.html
33.	https://www.dentalspeed.com/unimatrix-r-grampo-soft-4-protetores-tdv.html	https://www.dentaloralline.com.br/unimatrix-r-grampo?parceiro=6200&variant_id=277&srsltid=AfmBOooYbEAFztf6qEHvIDMUoxWAbfB8B4BTw3BmUf2qfPKFTCif3aXJ9I8	https://www.dentalstar.com.br/dentistica-e-estetica/matrizes-e-cunhas/grampo-soft-unimatrix-r-sistema-de-matrizes?srsltid=AfmBOopD00fCkr5Rf14i9C0qZ_rwklDMiwZB3S5EHK6MorJqG_aRUNST2ig
34.	https://www.dentalspeed.com/lamparina-aluminio-a-alcool-100ml-jon.html	https://www.icevirtual.com.br/lamparina-a-alcool-new-light-aluminio-s-e	https://qualidental.com.br/produtos/lamparina-alcool-aluminio-konnen/
35.	https://www.dentalshop.com.br/lima-c-plus-maillefer-dentsply-6910/p	https://www.dentalvidafarma.com.br/lima-c--plus-maillefer-file-25mm-n%C2%BA-10---dentsply-sirona-10503/p	https://www.dentalcremer.com.br/lima-c-plus-maillefer-dentsply-sirona-dc11275.html
36.	https://www.dentalpaivanovo.com/limas/lima-manual/lima-c-plus-c6-unidades-maillefer	https://www.dentalcremer.com.br/lima-c-plus-maillefer-dentsply-sirona-dc11275.html	https://www.dentalshop.com.br/checkout/#/cart
37.	https://www.dentalcremer.com.br/lima-c-plus-maillefer-dentsply-sirona-dc11275.html	https://www.dentalshop.com.br/lima-c-plus-maillefer-dentsply-6910/p	https://www.somedicamateriais.com.br/lima-c-plus-maillefer-dentsply-sirona
38.	https://www.dentalcremer.com.br/lima-hedstroem-1-serie-maillefer-dentsply-sirona-dc11281.html	https://www.dentalortoline.com.br/lima-hedstroem-21mm-n-1540-sortida-maillefer-dentsply-c-06un	https://dentalmv.com.br/lima-hedstroem-1a-serie-15-40-25mm-c-6un-maillefer-dentsply-000189/p
39.	https://www.dentalvidafarma.com.br/lima-hedstroem-1%C2%AA-serie-maillefer	https://www.dentalcremer.com.br/lima-hedstroem-1-serie-mani-dc18773.html	https://www.dentaleleto.com.br/lima-hedstroem-45-80-25mm-tdk.html

	25mm---dentsply-sirona-3965/p		
40.	https://www.dentalodonthoma.com.br/consultorios/endodontia/lima/manual/lima-kerr-15-40-25mm-vdw/	https://www.odontomaster.com.br/produto/lima-kerr-k-files-15-21mm-sybron-endo-70675	https://www.dentalpaivanovo.com/limas/lima-manual/lima-k-1a-serie-kendo
41.	https://www.dentalsul.com.br/lima-k-31mm-tdka?utm_source=Site&utm_medium=GoogleMerchant&utm_campaign=GoogleMerchant&srsltid=AfmBOoqRQ2Vp0ueGcS1K5xhbRg9GvikAO7pOds1MOV9PtwcH8CR_78U3GI	https://www.dentalcremer.com.br/lima-rotatoria-k-file-kendo-dc26953.html.html?srsltid=AfmBOorbE_eolcipt7LYKre3S7dG1G1M6fE_bgz8eb_cKCGf1fC_OAa2yA	https://www.dentalsorria.com.br/catalog/product/view/id/10555
42.	https://www.dentalpaivanovo.com/limas/lima-manual/lima-k-1a-serie-kendo	https://www.dentalodonto.com/produto/lima-k-flexofile-1a-serie-ster04-n15-40-31mm-maillefer-dentsply.html	https://www.dentalcremer.com.br/lima-rotatoria-k-file-kendo-dc26953.html.html
43.	https://www.dentalcremer.com.br/lima-k-1-serie-maillefer-dentsply-sirona-dc11287.html	https://www.odontomaster.com.br/produto/lima-kerr-k-files-15-21mm-sybron-endo-70675	https://www.dentaleletro.com.br/lima-k-triple-flex-15-40-21mm-tdk.html
44.	https://www.dentalvidafarma.com.br/lima-k-file-tripleflex-25mm-45-80-tdk---eurodonto-3369/p	https://www.dentalexcellence.com.br/endodontia/lima-endodontica/lima-k-file-tdk-eurodonto?variant_id=351	https://www.odontomaster.com.br/produto/lima-manual-k-2%C2%B0-serie-45-80-21mm-%E2%80%93-maillefer-72666
45.	https://www.endovita.com.br/louja/limas/manuais/lima-manual-k-file-maillefer/	https://www.dentalmaster.com.br/lima-tipo-kerr-45-80---mani/p	https://www.dentalpaivanovo.com/limas/lima-manual/lima-k-2a-serie-maillefer-dentsply
46.	https://www.dentalspeed.com/lima-k-serie-especial-mk-life-26098.html	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-tipo-k-serie-especial-maillefer-10-25mm---dentsply/p	https://www.dentalcremer.com.br/lima-k-serie-especial-mk-life-dc30334.html
47.	https://www.endomaxxi.com.br/limas/lima-manual/lima-k-1a-serie-maillefer-dentsply-sirona/lima-k-1a-serie-maillefer-dentsply-sirona?variant_id=473	https://www.dentalapice.com.br/lima-manual-k-n-15-25-mm-maillefer?search=lima%20manual%20k	https://www.dentalspeed.com/lima-k-esteril-primeira-serie-dentsply-sirona-3473.html
48.	https://www.dentaluniodontopiracicaba.com.br/endodontia/lima-endodontica/lima-kendo-k-file-serie-especial-n-20-25mm-vdw	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-tipo-k-serie-especial-maillefer-10-25mm---dentsply/p	https://www.dentalweb.com.br/lima-manual-tipo-k-file-25mm-maillefer-dentsply?variant_id=1145&parceiro=2166&srsltid=AfmBOoq7I6bJT0AbjPW9X0Fn2Qg2LOD3C_T-

			gWYTVhjZa2o7fGgeioJvD 8g
49.	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-tipo-k-serie-especial-maillefer-10-25mm---dentsply/p	https://www.dentalortodente.com.br/lima-k-serie-especial-n%C2%BA-6-25mm-maillefer---dentsply-sirona-1-unidade-9841/p	https://www.dentalcremer.com.br/lima-k-serie-especial-mk-life-dc25182.html
50.	https://www.dentalspeed.com/lima-k-esteril-serie-especial-dentsply-maillefer-3473-1.html	https://www.dentalortodente.com.br/lima-k-serie-especial-n%C2%BA-6-25mm-maillefer---dentsply-sirona-1-unidade-9841/p	https://www.dentalcremer.com.br/lima-k-serie-especial-maillefer-dentsply-sirona-dc26784.html
51.	https://www.endomil.com.br/limas/w-file-tdk?variant_id=5319	https://www.dentalweb.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk-dc25821.html
52.	https://www.dentalspeed.com/lima-reciprocante-w-file-niti-25mm-tdk-17458.html	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-reciprocante-w-file-niti-25mm---eurodonto/p	https://dentalbotelho.com.br/produto/lima-reciprocante-niti-w-file-c-6unds-tdk/
53.	https://dentalbotelho.com.br/produto/lima-reciprocante-niti-w-file-c-6unds-tdk/	https://www.dentalnoronha.com.br/especialidades-clinico-geral/lima-reciprocante-niti-w-file-n25-21mm-c6-tdka	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk-dc25821.html
54.	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-reciprocante-w-file-niti-25mm---eurodonto/p	https://www.dentalspeed.com/lima-reciprocante-w-file-niti-25mm-tdk-17458.html	https://dentalbotelho.com.br/produto/lima-reciprocante-niti-w-file-c-6unds-tdk/
55.	https://www.dentalservbrasil.com.br/lima-w-file-reciprocante-niti-21mm-35-tdk-19348/p	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk-dc25821.html	https://www.dentalnoronha.com.br/sem-classificacao/lima-reciprocante-w-file-21mm-35-tdka
56.	https://www.dentalspeed.com/lima-reciprocante-w-file-niti-25mm-tdk-17458.html	https://www.eurodonto.com.br/produto/w-file-25mm-71641	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk-dc25821.html
57.	https://www.dentalspeed.com/lima-reciprocante-w-file-niti-21mm-tdk-17457.html	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-reciprocante-w-file-niti-21mm---eurodonto/p	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-r-file-allprime-select-dc30198.html
58.	https://www.dentalweb.com.br/loja/busca.php?loja=585327&palavra_busca=lima+reciprocante+w+file	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk-dc25821.html	https://www.eurodonto.com.br/busca?busca=w%2B+file
59.	https://www.endovita.com.br/loja/angelus/lima-pro-r-sortida-25mm-mk-life/?srsltid=AfmBOopZQ4FQ8k5c-	https://www.dentalspeed.com/lima-reciprocante-pro-r-25mm-mk-life-19872.html	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-pro-r-mk-life-dc26809.html

	X4VZVrhv_U1vuv5PMCpACM mHdxAoFE5pZE-qNaDcNg		
60.	https://univy.com.br/product/univy-sense-15-04-25mm-4-unidades/	https://www.endovita.com.br/loja/limas/limas-reciprocantes/lima-univy-one-file-m-solo-21mm-universo-odonto-3/	https://www.cimmo.com.br/product-page/kit-lima-univy-sense-instrumento-reciprocante
61.	https://www.cimmo.com.br/product-page/kit-lima-univy-sense-instrumento-reciprocante	https://dentalmv.com.br/lima-reciprocante-univy-sense-2506-25mm-universo-odonto-014672/p	https://www.endomil.com.br/limas/reciprocante/lima-univy-sense-rec
62.	https://dentalmv.com.br/lima-reciprocante-univy-sense-2506-25mm-universo-odonto-014672/p	https://www.endovita.com.br/loja/limas/limas-reciprocantes/lima-univy-one-file-m-solo-21mm-universo-odonto-3/	https://www.cimmo.com.br/product-page/kit-lima-univy-sense-instrumento-reciprocante
63.	https://dentalmv.com.br/lima-reciprocante-univy-sense-3504-25mm-universo-odonto-016329/p	https://www.cimmo.com.br/product-page/kit-lima-univy-sense-instrumento-reciprocante	https://www.endovita.com.br/loja/limas/limas-reciprocantes/lima-univy-one-file-m-solo-21mm-universo-odonto-3/
64.	https://www.euroodonto.com.br/produto/w-file-25mm-71641	https://www.dentalspeed.com/lima-reciprocante-w-file-niti-25mm-tdk-17458.html	https://www.dentalcremer.com.br/lima-reciprocante-w-file-tdk-dc25821.html
65.	https://promodental.com.br/lima-rotatoria-mtwo-25mm-10-25/	https://www.dentalortoline.com.br/lima-rotatoria-trunatomy-prime-25mm-maillefer-dentsply-c-04un	https://www.dentalmedsul.com.br/lima-rotatoria-sequence-niti-blue-25mm--mk-life/p
66.	https://www.endomil.com.br/limas/rotatoria/lima-protaper-gold-dentsply?variant_id=7097	https://www.dentalcremer.com.br/lima-rotatoria-u-file-allprime-select-dc30199.html	https://fbdental.com.br/products/lima-reciprocante-azul?variant=46704885858616
67.	https://www.dentalmaster.com.br/lima-rotatoria-protaper-universal-maillefer-dentsply-f5/p	https://www.endomil.com.br/limas/lima-protaper-dentsply-maillefer	https://www.dentalweb.com.br/lima-rotatoria-protaper-universal-maillefer-dentsply
68.	https://www.cimmo.com.br/product-page/lima-univy-new-instrumento-rotat%C3%B3rio	https://www.dentalweb.com.br/lima-rotatoria-protaper-universal-maillefer-dentsply	https://www.ilhadental.com.br/produtos/lima-rotatoria-protaper-universal-maillefer-dentsply/
69.	https://www.suryadental.com.br/lubrificante-spray-para-alta-e-baixa-rotacao-maqspray-100ml-maquira.html	https://www.dentalcremer.com.br/lubrificante-para-instrumentos-maqspray-fg-ar-maquira.html	https://www.dentalspeed.com/lubrificante-para-instrumentos-maqspray-fg-ar-maquira-maq26077a.html
70.	https://www.dentalcremer.com.br/mandril-adaptador-fg-pm-edenta-653861.html	https://dentalmarket.com.br/produtos/todos-os-produtos/mandril-	https://newdental.com.br/produto/mandril-adaptador-para-broca-fg-pm-jon/

		adaptador-fgpm-na104-sku190593	
71.	https://www.dentalspeed.com/kit-pontas-polimento-de-resina-allprime.html	https://www.dentalcremer.com.br/kit-mini-de-polimento-de-resina-microdont-608489.html	https://www.dentalortoline.com.br/kit-mini-de-polimento-de-resina-microdont-c-01-kit
72.	https://zndental.com.br/moldeira-parcial-giratoria-aluminio-perfurada-tecnodent	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-parcial-giratoria-perfurada-aluminio-tecnodent-dc12816.html	https://www.suryadental.com.br/mold-alum-avulsa-perf-tecnodent.html
73.	https://www.suryadental.com.br/mold-alum-avulsa-perf-tecnodent.html	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.cddental.com.br/uso-contínuo-g-z/moldagem/moldeira-para-moldagem/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent
74.	https://www.suryadental.com.br/mold-alum-avulsa-perf-tecnodent.html	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.cddental.com.br/uso-contínuo-g-z/moldagem/moldeira-para-moldagem/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent
75.	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54055-moldeira_perfurada_aluminio_no02_inferior_tecnodent	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no02-inferior-tecnodent
76.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no02-inferior-tecnodent	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54055-moldeira_perfurada_aluminio_no02_inferior_tecnodent
77.	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no03-superior-tecnodent	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54298-moldeira_perfurada_aluminio_no03_superior_tecnodent	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html
78.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no03-inferior-tecnodent	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54039-moldeira_perfurada_aluminio_no03_inferior_tecnodent
79.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54021

	adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no04-superior-tecnodent	moldeira_purfurada_aluminio_no04_superior_tecnodent
80.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no04-inferior-tecnodent	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54025-moldeira_purfurada_aluminio_no04_inferior_tecnodent
81.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no05-inferior-tecnodent	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54019-moldeira_purfurada_aluminio_no05_inferior_tecnodent
82.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.shoppingprohospital.com.br/equipamentos-hospitalares/odontologia/moldeira-perfurada-aluminio-no05-inferior-tecnodent	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54019-moldeira_purfurada_aluminio_no05_inferior_tecnodent
83.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-aluminio-tecnodent-dc10680.html	https://www.dentalodonthomaz.com.br/consultorios/moldagem/moldeira/moldadeira-adulto-aluminio-perfurada-s-5-tecnodent/	https://www.shoppingprosaude.com.br/loja/produto-315037-54019-moldeira_purfurada_aluminio_no05_inferior_tecnodent
84.	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-plastico-maquira-dc29629.html	https://adental.com.br/loja/moldeira-total-perfurada-plastica-sup-inf-maquira/	https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplasticmaquira/p
85.	https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplasticmaquira/p	https://adental.com.br/loja/moldeira-total-perfurada-plastica-sup-inf-maquira/	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-plastico-maquira-dc29629.html
86.	https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplasticmaquira/p	https://adental.com.br/loja/moldeira-total-perfurada-plastica-sup-inf-maquira/	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-plastico-maquira-dc29629.html
87.	https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplasticmaquira/p	https://adental.com.br/loja/moldeira-total-perfurada-plastica-sup-inf-maquira/	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-plastico-maquira-dc29629.html
88.	https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplasticmaquira/p	https://adental.com.br/loja/moldeira-total-perfurada-plastica-sup-inf-maquira/	https://www.dentalcremer.com.br/moldeira-total-perfurada-adulto-plastico-maquira-dc29629.html

89.	<a href="https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplast
icmaquira/p">https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplast icmaquira/p	<a href="https://adental.com.br/loja
/moldeira-total-perfurada-
plastica-sup-inf-maquira/">https://adental.com.br/loja /moldeira-total-perfurada- plastica-sup-inf-maquira/	<a href="https://www.dentalcremer.c
om.br/moldeira-total-
perfurada-adulto-plastico-
maquira-dc29629.html">https://www.dentalcremer.c om.br/moldeira-total- perfurada-adulto-plastico- maquira-dc29629.html
90.	<a href="https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplast
icmaquira/p">https://www.dentalecia.com.br/mldeirattalperfuradaadultplast icmaquira/p	<a href="https://adental.com.br/loja
/moldeira-total-perfurada-
plastica-sup-inf-maquira/">https://adental.com.br/loja /moldeira-total-perfurada- plastica-sup-inf-maquira/	<a href="https://www.dentalcremer.c
om.br/moldeira-total-
perfurada-adulto-plastico-
maquira-dc29629.html">https://www.dentalcremer.c om.br/moldeira-total- perfurada-adulto-plastico- maquira-dc29629.html
91.	<a href="https://www.dentalcremer.com
.br/pedra-para-afiar-arkansas-
hu-friedy-615128.html">https://www.dentalcremer.com .br/pedra-para-afiar-arkansas- hu-friedy-615128.html	<a href="https://www.dentalspeed.
com/pedra-de-arkansas-
hu-friedy.html">https://www.dentalspeed. com/pedra-de-arkansas- hu-friedy.html	<a href="https://www.dentalweb.com
.br/pedra-de-afiar-
instrumentos-arkansas-hu-
friedy">https://www.dentalweb.com .br/pedra-de-afiar- instrumentos-arkansas-hu- friedy
92.	<a href="https://www.dentalcremer.com
.br/pedra-arkansas-esferica-
mk-life-dc26802.html">https://www.dentalcremer.com .br/pedra-arkansas-esferica- mk-life-dc26802.html	<a href="https://amefre.com.br/ped
ra-arkansas-branca-fg-
chama-fl-2-arti-dente">https://amefre.com.br/ped ra-arkansas-branca-fg- chama-fl-2-arti-dente	<a href="https://dhpro.com.br/produt
os/w01-pedra-universal-de-
oxido-de-aluminio-pm-
para-peca-de-mao-reta-
extra-oral/">https://dhpro.com.br/produt os/w01-pedra-universal-de- oxido-de-aluminio-pm- para-peca-de-mao-reta- extra-oral/
93.	<a href="https://www.suryadental.com.
br/ponta-de-aplicacao-
precision-maquira.html">https://www.suryadental.com. br/ponta-de-aplicacao- precision-maquira.html	<a href="https://www.dentalspeed.
com/precision-agulha-n2-
maquira.html">https://www.dentalspeed. com/precision-agulha-n2- maquira.html	<a href="https://www.dentaleletr.co
m.br/precision-reposic-o-c-
20-n-2.html">https://www.dentaleletr.co m.br/precision-reposic-o-c- 20-n-2.html
94.	<a href="https://www.suryadental.com.
br/ponta-de-aplicacao-
precision-maquira-
113605.html">https://www.suryadental.com. br/ponta-de-aplicacao- precision-maquira- 113605.html	<a href="https://www.dentalspeed.
com/ponta-de-aplicac-o-
precision-maquira-
6422.html">https://www.dentalspeed. com/ponta-de-aplicac-o- precision-maquira- 6422.html	<a href="https://www.dentalphs.com
.br/ponta-de-aplicacao-
precision-no-4-anterior-
maquira">https://www.dentalphs.com .br/ponta-de-aplicacao- precision-no-4-anterior- maquira
95.	<a href="https://www.odontoatual.com.
br/equipamentos-
odontologicos/limpeza-e-
profilaxia/ponta-de-ultrassom-
t1-s-schuster">https://www.odontoatual.com. br/equipamentos- odontologicos/limpeza-e- profilaxia/ponta-de-ultrassom- t1-s-schuster	<a href="https://www.dentalspeed.
com/ponta-de-ultrassom-
schuster-7739.html">https://www.dentalspeed. com/ponta-de-ultrassom- schuster-7739.html	<a href="https://www.dentalcremer.c
om.br/ponta-ultrassonica-
periodontia-t1-s-
schuster.html">https://www.dentalcremer.c om.br/ponta-ultrassonica- periodontia-t1-s- schuster.html
96.	<a href="https://magazinemedica.com.b
r/produtos/porta-matriz-
tofflemire-adulto-em-aco-inox-
abc/">https://magazinemedica.com.b r/produtos/porta-matriz- tofflemire-adulto-em-aco-inox- abc/	<a href="https://www.dentalspeed.
com/porta-matriz-
tofflemire-golgran-
3882.html">https://www.dentalspeed. com/porta-matriz- tofflemire-golgran- 3882.html	<a href="https://www.dentalcremer.c
om.br/porta-matriz-
tofflemire-adulto-ice-
767926.html">https://www.dentalcremer.c om.br/porta-matriz- tofflemire-adulto-ice- 767926.html
97.	<a href="https://www.dentalcremer.com
.br/porta-matriz-tofflemire-
fava-399479.html">https://www.dentalcremer.com .br/porta-matriz-tofflemire- fava-399479.html	<a href="https://www.dentalspeed.
com/porta-matriz-
tofflemire-golgran-
3882.html">https://www.dentalspeed. com/porta-matriz- tofflemire-golgran- 3882.html	<a href="https://www.dentalmedsul.c
om.br/porta-matriz-
tofflemire-infantil---
golgran/p">https://www.dentalmedsul.c om.br/porta-matriz- tofflemire-infantil--- golgran/p
98.	<a href="https://www.odontoatual.com.
br/equipamentos-
odontologicos/saca-broca-p-
alta-resolucao-universal-
dentflex">https://www.odontoatual.com. br/equipamentos- odontologicos/saca-broca-p- alta-resolucao-universal- dentflex	<a href="https://www.dentalspeed.
com/saca-brocas-p-alta-
rotacao-dentflex.html">https://www.dentalspeed. com/saca-brocas-p-alta- rotacao-dentflex.html	<a href="https://www.auxiliomodonto
.com.br/produto/saca-
brocas-universal-2023-03-
13-11-33-17.html">https://www.auxiliomodonto .com.br/produto/saca- brocas-universal-2023-03- 13-11-33-17.html
99.	<a href="https://www.dentalodonthoma
z.com.br/consultorios/moldage
m/seringa-para-
moldagem/seringa-centrix-
precision-kit-maquira/">https://www.dentalodonthoma z.com.br/consultorios/moldage m/seringa-para- moldagem/seringa-centrix- precision-kit-maquira/	<a href="https://www.americanas.c
om.br/produto/472025355
9/aplicador-tipo-centrix-
precision-seringa-
importada?pfm_carac=se
ringa-
centrix&pfm_index=1&pf
m_page=search&pfm_po
s=grid&pfm_type=search">https://www.americanas.c om.br/produto/472025355 9/aplicador-tipo-centrix- precision-seringa- importada?pfm_carac=se ringa- centrix&pfm_index=1&pf m_page=search&pfm_po s=grid&pfm_type=search	<a href="https://www.primeiomolar.
com.br/aplicador-precision-
maquira/">https://www.primeiomolar. com.br/aplicador-precision- maquira/

		_page&offerId=62014459 d9fd6edeecfa80d8	
100.	https://amefre.com.br/microcut-manual-tdv-3033	https://sdental.com.br/products/serra-microcut-manual?_pos=1&_sid=4c32c83f7&_ss=r	https://www.dentalweb.com.br/tira-de-aco-diamantada-serrilhada-tdv
101.	https://www.dentaliradentes.com.br/troquelizadora-bafix-bx-1-original-dtts-labordental-1718/p?user_id=0&utm_source=rmkt_search_input&utm_medium=rmkt_live-on-site&utm_campaign=rmkt_live-on-site	https://www.dentalcremer.com.br/troquelizador-bafix-bx-1-original-dtts-labordental-653717.html?origin=autocomplete	https://www.suryadental.com.br/troquelizador-bafix-original-ref-bx-1-labordental.html

6.7 Cumpre informar que os preços informados na tabela de preços já se encontram calculados com os devidos valores relacionados sob o frete e entrega, entretanto, informa-se que, em casos onde o valor do frete ficou menos de R\$ 0,01 (um centavo), o valor não foi acrescentado ao valor do frete, visto que o mesmo não impacta no valor do produto.

6.8 Salienta-se, todavia, que a d. Superintendência de Compras é o setor responsável por realizar a devida estimativa de preços em momento oportuno, conforme Art. 43 do Regimento Interno da FEMAR e Arts 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto Municipal n.º 936/2022.

7 JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 O parcelamento da solução é a regra que deverá ser aplicada na licitação, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. Isso se dá, a fim de propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade da contratação, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

7.2 A lei 14.133/2021, em seu Art. 40, dispõe que:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

7.3 Sugere-se, portanto, o **parcelamento da solução**, devendo a licitação ser realizada **por item**, propiciando ampla participação de licitantes, com fulcro no inciso VIII do § 1º do artigo 18 c/c § 1º do art. 82, ambos da Lei 14.133/2021.

8 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

8.1. Considerando que a necessidade da FEMAR abrange grande volume de itens a serem adquiridos, originalmente estruturou-se a pretensa aquisição do total de Insumos Odontológicos sob o Processo 2387/2024, o qual abrangia mais de 300 itens em variadas quantidades entre os tais. Entretanto, diante do fato de que a aglutinação de todos Insumos Odontológicos em um só processo poderia representar riscos ao sucesso da pretensa licitação por dificuldades no levantamento de mercado, dificuldades para a fiscalização, dentre outras questões, por fins de Planejamento Estratégico, procede-se com a divisão do Processo original (Proc. nº 2387/2024).

8.2. Diante disso, o Processo original de Insumos Odontológicos (Proc. n/ 2387/2024) foi dividido em outros dois Processos distintos, a saber, o Processo nº 16454/2024 e o Processo nº 16457/2024 (o atual), todos a serem licitados pela modalidade pregão eletrônico, cuja adjudicação se dará por itens, por meio do procedimento auxiliar de registro de preços, em observância ao princípio da celeridade processual, almejando a rapidez e agilidade do processo, com o fim de se ampliar a competitividade e mitigar possíveis riscos ao insucesso da licitação, de modo a se obter os objetos no menor tempo possível, com vistas a satisfazer a necessidade pública identificada.

8.3. Ademais, além do disposto acima, foram identificadas as seguintes contratações correlatas: Processo n.º 6720/2022, Processo n.º 10750/2023) e Processo n.º 9394/2023, cujos objetos são de suma importância para o armazenamento e distribuição dos medicamentos pelo Almoxarifado Geral da FEMAR.

9 DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

9.1. Consoante dispõe o parágrafo único do art. 2º do Decreto Municipal nº 936/2022, a demonstração da previsão do Plano de Contratações Anual será observada a depender de sua respectiva elaboração.

9.2. Neste momento, o Plano de Contratações Anual encontra-se em desenvolvimento, já que o prazo previsto no art. 8º do Decreto Municipal nº 1.004 de 2023 foi prorrogado em decorrência da redação dada pelo Decreto Municipal nº 1.498, de 02 de agosto de 2024, a ver: *Art. 8º: A elaboração e a aprovação do Plano de Contratações Anual serão obrigatórias a partir do ano de 2025, referentes ao exercício de 2026.*

10 DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. O presente item visa demonstrar os resultados pretendidos em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, a melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade, conforme o inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, buscando declarar os benefícios diretos e indiretos que se almeja alcançar com o fornecimento de insumos odontológicos.

10.2. Ressalte-se que a escolha da solução se deu com base em critérios técnicos e econômicos, após realização de levantamento de mercado, estando atendidos, portanto, os princípios da legalidade, impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade do planejamento, da transparência, da eficiência, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

10.3. Através da aquisição de insumos odontológicos, a Diretoria Requisitante visa:

10.3.1. Garantia da continuidade dos serviços de saúde, visto que a presente contratação é essencial para a execução dos serviços odontológicos pelas equipes de saúde bucal do Município, bem como promover a manutenção dos referidos materiais, propiciando a plena execução dos serviços afetos à odontologia pela FEMAR, primando pela continuidade dos atendimentos realizados, garantindo assim que a população maricaense obtenha acesso adequado à saúde.

10.3.2. Melhoria na gestão, visto que as equipes de saúde bucal terão os materiais necessários para a consecução de suas atividades fins com êxito, visando pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a aquisição de insumos odontológicos é de extrema importância, uma vez que são insumos imprescindíveis a uma assistência de excelência dos serviços ofertados.

10.4. Por conseguinte, com a referida contratação, pretende-se o fornecimento regular dos insumos odontológicos para que sejam realizados os serviços e cuidados à saúde ofertados pelo SUS, pela FEMAR, em decorrência das obrigações assumidas no bojo do Contrato de Gestão firmado com o Município de Maricá.

11 PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Tendo em vista que a equipe técnica da Fundação Estatal de Saúde de Maricá – FEMAR é composta por servidores amplamente capacitados para gerir o objeto a ser contratado, não há providências a serem adotadas pela FEMAR previamente à celebração do futuro instrumento contratual.

12 DESCRIÇÃO DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. Os materiais ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental e que obedeçam às práticas de sustentabilidade, conforme previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e da Instrução Normativa nº 01 de 19/01/2010/SLTI/MPOG.

12.2. Os licitantes deverão ofertar produtos acondicionados, preferencialmente em embalagens que sejam constituídas, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2, com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

13 CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

13.1. Tendo como base as informações levantadas e consolidadas no presente Estudo Técnico Preliminar, bem como exemplos encontrados em registros de aquisições anteriores, realizadas junto a administração pública para a aquisição de insumos odontológicos, com o objetivo de atender às necessidades da Fundação, foi encontrada a solução que melhor atende às necessidades apresentadas no presente estudo.

13.2. Sendo assim, a equipe de planejamento apurou e julgou como adequada a presente demanda, devendo-se dar prosseguimento ao processo de contratação, em consonância com a Constituição Federal, a Lei n.º 14.133/2021 e os Decretos do Municipais n.º 922/2022,

936/2022 e 937/2022.

13.3. Aprovação deste Estudo Técnico Preliminar ETP e prosseguimento à confecção do (TR) Termo de Referência.

13.4. Cumpre ressaltar que a elaboração do presente documento não isenta a imprescindibilidade de que seu conteúdo seja objeto de análise acerca da juridicidade/conformidade processual e apontamento de quaisquer irregularidades pela Assessoria Jurídica e pelo Controle Interno e *Compliance* da FEMAR.

Maricá, 12 de setembro de 2024.

Elaborado por,

Victor Palomo da Silva
Assessor – Gerência de Instrução Processual
Diretoria Administrativa
Mat. 3.300.441

Referência técnica,

Aline Brito da Costa Marques
Sup. da Rede de Atenção Odontológica
Mat. 3.300.167

Revisado por,

Guilherme de Souza Gonçalves
Assessor
Diretoria de Atenção à Saúde
Mat. 3.300.425

Conferido e de acordo,

Claudia Rogéria de Lima Souza
Mat.: 3.300.005
Diretora da Atenção à Saúde

ANEXO IV

Modelos de Declarações

A - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria

quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade dasucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Maricá, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

B - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes

de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

C - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à)

_____ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho pertinentes.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

D - DECLARAÇÃO - E ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

E - DECLARAÇÃO REF. EMPREGO DE MENOR

(em papel timbrado da empresa)

_____ [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº

_____/_____ [denominação/razão

social dasociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas

Jurídicas – CNPJ sob o nº

_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a)
Sr.(a)

_____, portador(a) da carteira de identidade nº

_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº

_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da
Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**F - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63,IV, DA
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

G - DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[*endereço da sociedade empresarial*]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V

Minuta da Ata de Registro de Preços

Ata de Registro de Preços n.º: ___/___

Processo Administrativo n.º: _____

Data de Homologação ou de Autorização/Ratificação da Contratação Direta: ___/___

Data de Publicação no Jornal Oficial de Maricá (JOM): ___/___

Data de Validade: 01 (um) ano.

REGISTRO DE PREÇOS PARA

A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE MARICÁ - FEMAR**, com sede na Rua Clímaco Pereira 367, Lote B2-B1 – Centro, Maricá, RJ – CEP: 24.902-035, neste ato representada pelo Diretor-Geral, Sr. **MARCELO ROSA FERNANDES**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade de n.º 112500889, expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o n.º 051.772.217-84, e pelo Diretor _____, nacionalidade, estado civil, portador da carteira de identidade de n.º _____, expedida pelo _____, e inscrito no CPF sob o n.º _____, nos termos dos Decretos Municipais n.º 922/22, n.º 936/22 e n.º 937/22, da Lei Federal n.º 14.133/21, das demais normas complementares, e, ainda, consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento, resolve efetuar o **REGISTRO DE PREÇOS**, em decorrência do Pregão Eletrônico n.º ____/____, homologado às fls. ____ do processo administrativo n.º _____ **OU** da contratação direta autorizada e ratificada às fls. ____ do processo administrativo n.º _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E PREÇOS

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação do(s) seguinte(s) item(ns):

FORNECEDOR/PRESTADOR:					
ENDEREÇO:					
CNPJ:		E-MAIL:		TELEFONE:	
REPRESENTANTE LEGAL:					
CPF E RG:		E-MAIL:		TELEFONE:	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QUANTIDADE MÍNIMA E MÁXIMA ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

1.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo I a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços é a FEMAR.

2.2. O(s) Órgão(s) Participante(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) seguinte(s):

ITEM	ÓRGÃOS PARTICIPANTES	UNIDADE	QUANTIDADE

OU

2.2 Não há Órgãos Participantes na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contad a partir da data da sua assinatura (no caso de assinaturas eletrônicas, deverá ser considerada a data da última assinatura mais recente).

3.2. É admitida a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, por igual período, quando a proposta continuar se mostrando vantajosa à FEMAR, nos termos do art. 18 do Decreto Municipal n.º 937/2022.

3.3. O ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

3.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços deverá ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos praticados de mercado no momento da prorrogação, a ser realizada na forma dos artigos 23 da Lei n.º 14.133/2021 e 7º do Decreto Municipal n.º 936/2022.

3.5. A prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho na execução do objeto e no cumprimento das obrigações assumidas.

3.6. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FEMAR não fica obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir.

3.7. Os contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços terão sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, em conformidade com o previsto no Edital, Termo de Referência (TR) ou no aviso de contratação direta e obedecido ao disposto no art. 105 da Lei n.º 14.133/21.

3.8. Os contratos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços deverão ser assinados durante o prazo de vigência da respectiva Ata.

CLÁUSULA QUARTA: DA ASSINATURA DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

4.1. Após a homologação da licitação ou a autorização e ratificação da contratação direta, serão registrados na Ata de Registro de Preços os fornecedores/prestadores, os preços e os respectivos quantitativos, devendo ser observada a possibilidade de o fornecedor/prestador oferecer proposta em

quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, Termo de Referência ou no aviso de contratação direta, obrigando-se nos limites dela.

4.2. O fornecedor/prestador será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de _____, prorrogável uma vez, por igual período, mediante a apresentação de pedido justificado e aceito pela FEMAR

4.3. A assinatura da Ata de Registro de Preços implicará no compromisso de fornecimento/prestação do serviço nas condições estabelecidas no Edital ou aviso de contratação direta e no TR, depois de cumpridos os requisitos de publicidade.

4.4. A recusa injustificada do fornecedor/prestador em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ensejará a decadência do seu direito, sem prejuízo à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, garantidos o contraditório e a ampla defesa, devendo a FEMAR, nesse caso, convocar os integrantes do cadastro de reserva, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.5 Na hipótese de nenhum dos integrantes do cadastro de reserva aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, TR ou do aviso de contratação direta, poderá adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.6. A existência de preços registrados não obriga a FEMAR e os Órgãos Participantes a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente motivada.

4.7. A contratação dos fornecedores/prestadores registrados será formalizada pela FEMAR e, quando for o caso, pelos Órgão Participantes, mediante comunicação prévia ao Órgão Gerenciador, por meio de instrumento contratual, Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, conforme previsto no art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.

4.8. Para a retirada do contrato ou instrumento equivalente, bem como de cada Nota de Empenho, o fornecedor/prestador deverá apresentar a documentação relativa à habilitação exigida no certame licitatório ou no processo de contratação direta, cuja validade tenha expirado.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O prazo de entrega do objeto ou do início da execução do serviço será de até _____, contado da solicitação formal da FEMAR, o qual poderá ser prorrogado mediante solicitação fundamentada e aceita pela FEMAR.

5.2 O objeto deverá ser entregue ou o serviço deverá ser prestado em _____, e será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei n.º 14.133/2021.

5.3. A execução do objeto será acompanhada por Comissão de Fiscalização.

5.4. Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto, o fato será comunicado ao fornecedor/prestador, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. No caso de contratação do fornecedor/prestador registrado, a FEMAR realizará o seu pagamento por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pelo fornecedor/prestador e aceita pela FEMAR, depois de atestada a efetiva entrega.

6.2. O pagamento será realizado mediante encaminhamento de pedido, acompanhado da fatura/nota fiscal devidamente atestada, à Gerência de Processamento de Pagamento da FEMAR, localizada na _____, em até ____ a contar da data final do período de adimplemento.

6.3 O pagamento deve ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 936/22.

6.4 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

6.5. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da empresa registrada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

6.6. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à Contratada, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

6.7. O pagamento do acréscimo a que se refere o item anterior será efetivado mediante autorização expressa do Diretor-Geral, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da empresa registrada dirigido à Diretoria-Geral.

6.8 Caso a FEMAR antecipe o pagamento, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

6.9 Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente aos produtos efetivamente entregues, se for inferior ao previsto no Cronograma Físico-Financeiro para a respectiva etapa (se a entrega for integral ou imediata, a redação deve ser adequada, já que não haverá cronograma físico-financeiro).

6.10. Caso o valor dos bens efetivamente entregues seja superior ao previsto no Cronograma Físico-Financeiro, será devido o valor nele indicado, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no cronograma, facultado à FEMAR, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente ao efetivo fornecimento medido no período (se a entrega for integral

ou imediata, a redação deve ser adequada, já que não haverá pagamento parcelado tampouco cronograma físico-financeiro).

6.11. Não serão considerados para pagamento quaisquer bens entregues que não estejam discriminados na planilha de quantitativos e custos unitários.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive os acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.1.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

7.2. Durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser reajustados anualmente, contados da data da proposta, a pedido do fornecedor/prestador, conforme índice previsto no Edital, no Termo de Referência ou no contrato.

7.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou materiais registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

7.4. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores/prestadores registrados para negociar a redução dos preços registrados aos valores praticados no mercado, observando-se os seguintes procedimentos:

7.4.1. Os fornecedores/prestadores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.2. Liberado o fornecedor/prestador registrado, o Órgão Gerenciador convocará os integrantes do cadastro de reserva para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.4.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o Órgão Gerenciador convocará os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação.

7.4.4. A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente no processo de contratação.

7.4.5. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.5. Quando o preço registrado se tornar inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento/prestação do serviço, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na Ata, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor/prestador;

II - a modificação nas condições registradas seja substancial, acarretando alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor/prestador e da FEMAR;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que comprove que a inviabilidade da manutenção dos preços registrados.

7.6. A iniciativa e a responsabilidade pela demonstração da necessidade de atualização dos preços registrados serão do fornecedor/prestador, cabendo ao Órgão Gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.7. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados em razão da ocorrência de fato superveniente, o pedido será indeferido e o fornecedor/prestador continuará obrigado a cumprir os compromissos assumidos, pelo valor registrado na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro e aplicação de penalidades.

7.7.1. Na hipótese do cancelamento do registro a que se refere o subitem anterior, o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em executar o objeto pelo preço registrado na Ata.

7.8. Comprovada a desatualização dos preços registrados em razão da ocorrência de fato superveniente que prejudique o cumprimento da Ata, o Órgão Gerenciador poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.8.1. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela FEMAR, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.8.2. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.8.3. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, o Órgão Gerenciador poderá convocar os fornecedores/prestadores remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da Ata, sendo admissível a aceitação de valores iguais ou menores aos inicialmente ofertados por eles, desde que iguais ou inferiores ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

7.8.4. Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação, parcial ou integral, da Ata de Registro de Preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.9. A alteração do preço registrado será comunicada pelo Órgão Gerenciador aos Órgãos Participantes que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

CLÁUSULA OITAVA: DO CADASTRO DE RESERVA

- 8.1. Será incluído no Anexo I da Ata de Registro de Preços o registro de fornecedores/prestadores que:
- I - aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - II - mantiverem sua proposta original.
- 8.2. O registro a que se refere o subitem antecedente tem por objetivo a formação de cadastro de reserva.
- 8.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores/prestadores registrados.
- 8.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores/prestadores que aceitarem reduzir suas propostas antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 8.5. A habilitação dos fornecedores/prestadores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 8.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- I – no caso de descumprimento das condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
 - II – quando aplicada as sanções de impedimento de licitar ou contratar, bem como de inidoneidade;
 - III – quando não for aceito o preço revisado pela FEMAR;
 - IV – em razão de fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na Ata de Registro de Preços, devidamente demonstrados;
 - V – se o fornecedor/prestador convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato ou não retirar ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA NONA: DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

- 9.1. Caberá ao Órgão Gerenciador:
- I - praticar todos os atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços;
 - II - providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços e o encaminhamento de sua cópia aos Órgãos Participantes;
 - III - realizar semestralmente ampla pesquisa de preços para aferir a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;
 - IV - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
 - V - publicar trimestralmente no Diário Oficial do Município os preços registrados e suas atualizações;
 - VI – gerir os pedidos de adesão, realizados pela FEMAR, a Atas de Registro de Preços de outros órgão/entidades;
 - VII - realizar, quando necessário, prévia reunião com licitantes, visando a informá-los das peculiaridades do SRP.

9.2. Caberá aos Órgãos Participantes:

- I - tomar conhecimento da Ata de Registros de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- II - promover as ações necessárias para as suas próprias contratações;
- III – informar ao Órgão Gerenciador a eventual recusa do fornecedor/prestador em assinar contrato;
- IV – aplicar as penalidades referentes às suas contratações e informar as ocorrências ao Órgão Gerenciador, para fins das diligências decorrentes do descumprimento da Ata de Registro de Preços;
- V - emitir Nota de Empenho no valor total correspondente ao objeto solicitado, no caso de sua efetiva contratação;
- VI - requisitar o eventual fornecimento ou a prestação do objeto cujos preços encontram-se registrados nesta Ata de Registro de Preços;

9.3. Caberá à Diretoria Requisitante:

- I - promover consulta prévia ao Órgão Gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor/prestador e dos respectivos quantitativos e valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- II - assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;
- III - zelar, após receber a indicação do fornecedor/prestador, pelos demais atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, bem como pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;
- IV – observar as atribuições previstas no art. 117 da Lei n.º 14.133/21.

9.4. Caberá ao fornecedor/prestador registrado:

- I - efetuar a entrega do objeto/prestar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital ou aviso de contratação direta, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato, quando for o caso;
- II - entregar o objeto sem qualquer ônus para a FEMAR, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- III - manter estoque mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto, quando for o caso;
- IV - comunicar à Comissão de Fiscalização, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação, para a adoção das providências cabíveis;
- V - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, em até _____ dias, bens objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios, defeitos ou

incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

VI - indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à FEMAR ou terceiros;

VII - acatar as instruções emanadas da fiscalização;

VIII - cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e previdenciários e demonstrar o seu adimplemento, na forma prevista no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no contrato;

IX - observar o percentual de empregos destinados a profissionais reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, estabelecido pelo art. 93 da Lei n.º 8.213/91, quando for o caso;

X - manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas;

XI - apresentar, durante todo o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

XII - em havendo necessidade, conforme estabelecido no art. 125 da Lei n.º 14.133/2021, aceitar os acréscimos ou supressões contratuais nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições registradas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

10.1 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a empresa registrada às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber:

- a) advertência;
- b) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- d) multa;

10.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do subitem antecedente poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas na alínea “d”.

10.3 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que haja, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;

- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
- e) análise jurídica prévia.

10.4. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de cancelamento do registro do fornecedor/prestador, garantido o contraditório e a defesa prévia, tampouco exime o fornecedor/prestador da obrigação de reparação integral do dano causado à FEMAR.

10.5. A imposição das penalidades é de competência exclusiva da FEMAR, devendo ser aplicadas pelo Diretor Requisitante, à exceção da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que deve ser aplicada pelo Diretor-Geral da FEMAR, na forma do art. 156, §6º, inciso I, da Lei n.º 14.133/21.

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á por meio de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador.

10.7. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do fornecedor/prestador, indicando:

- a) a infração cometida;
- b) os fatos e os fundamentos legais;
- c) a penalidade que se pretende imputar;
- d) o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso; e
- e) o prazo e o local para a apresentação da defesa.

10.8. Na aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, o processo deverá ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da FEMAR, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o fornecedor/prestador para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.9. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a FEMAR; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

10.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei n.º 12.846/13.

10.13. O fornecedor/prestador deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.14. Os débitos do fornecedor/prestador para com a FEMAR, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos ao fornecedor/prestador, decorrentes desta ata de Registro de Preços ou de contratos administrativos que o fornecedor/prestador possua com a FEMAR, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26/22.

10.15. A personalidade jurídica do fornecedor/prestador poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso do direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial. Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, bem como à pessoa jurídica sucessora ou com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o fornecedor/prestador. Em todos os casos deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.16. O fornecedor/prestador não poderá licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Maricá, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) impedimento de licitar e contratar imposta pela Administração direta e indireta do Município de Maricá;
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta pela Administração direta e indireta de qualquer ente federativo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR/PRESTADOR E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor/prestador será cancelado quando:

- I – descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- II – não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela FEMAR, sem justificativa aceitável;

III – não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade; ou

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

11.2 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor/prestador, o Órgão Gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

11.3 Na hipótese de aplicação de sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, caso a penalidade aplicada não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador poderá decidir fundamentadamente pela manutenção do seu registro, vedadas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

11.4 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 11.1 será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5 O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer por fato superveniente, devidamente comprovado e justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o seu cumprimento, a pedido da FEMAR, por razões de interesse público, ou a pedido do fornecedor/prestador registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Desde que devidamente demonstrada a viabilidade e economicidade, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do Órgão Gerenciador.

12.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem aderir a Ata de Registro de Preços, deverão consultar o Órgão Gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

12.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

12.4 As contratações adicionais, por meio de adesão à Ata de Registro de Preços, não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens previsto no instrumento convocatório e registrado na Ata para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes. As respectivas adesões também não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

12.5 O Órgão Gerenciador responsável pela gestão da Ata de Registro de Preços somente poderá autorizar a sua adesão em caso de restar na Ata saldo dos quantitativos estipulados para os órgãos participantes.

12.6 O Órgão Gerenciador responsável pela gestão da Ata somente poderá autorizar as adesões de órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal depois de realizada a primeira contratação por órgão participante.

12.7 Após a autorização do Órgão Gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata, devendo cumprir as atribuições inerentes ao órgão participante e demais orientações do Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. As especificações técnicas do objeto que não estejam expressamente dispostas nesta Ata de Registro de Preços deverão obedecer ao previsto no Edital ou no aviso de contratação direta e no Termo de Referência, bem como nas normas técnicas pertinentes.

13.2. A fornecedor/prestador registrado deverá comunicar à FEMAR toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.

13.3. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Ata de Registro de Preços excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.4. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para a FEMAR.

13.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o preço registrado em razão de sua incompatibilidade com o preço vigente no mercado, mediante petição que deverá conter informações circunstanciadas sobre o fato, protocolada junto ao Órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE

14.1. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços seu extrato deverá ser publicado no Jornal Oficial do Município de Maricá (JOM), no prazo de 20 (vinte) dias, devendo seus dados serem enviados, eletronicamente, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para conhecimento, nos termos da Deliberação nº 312/2020 do TCE/RJ.

14.2. Os preços registrados, com indicação dos fornecedores/prestadores, serão divulgados no Portal da Transparência (<https://femar.marica.rj.gov.br/>), no Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (SIGFIS), e no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), e ficarão disponíveis para consulta durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Maricá, para dirimir qualquer litígio decorrente da presente Ata de Registro de Preços que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, ___ de _____ de _____.

DIRETOR-GERAL
FEMAR

DIRETOR _____
FEMAR

REPRESENTANTE LEGAL
REGISTRADO

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

ANEXO I
CADASTRO DE RESERVA

Ata de Registro de Preços n.º ____/____

De acordo com o disposto no artigo 17 do Decreto Municipal n.º 937/22, ficam registrados os preços dos licitantes que aceitaram cotar os itens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CADASTRO DE RESERVA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XX/XXXX		
FORNECEDOR/PRESTADOR:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	E-MAIL:	TELEFONE:

daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, nacionalidade, estado civil, portador da carteira de identidade de n.º _____ e inscrito no CPF sob o n.º _____, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE _____**, com fundamento no processo administrativo n.º _____, na Lei n.º 14.133/21, no Decreto Municipal n.º 936/22, nas demais legislações aplicáveis, bem como nas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento contínuo de _____, nos termos abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto será entregue de forma _____.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) o Termo de Referência;
- b) o Edital da Licitação;
- c) a Proposta de Preços da **CONTRATADA**;
- d) eventuais anexos aos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do Contrato será de _____ (**máximo de 5 anos**), contado de _____, na forma do artigo 106 da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO ÚNICO - O prazo de vigência contratual poderá ser prorrogado sucessivamente, observando-se o limite decenal previsto no art. 107 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e no Contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do presente Contrato;
- c) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do Contrato, nas formas definidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e no Contrato;
- e) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- f) notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto entregue, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- g) comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/21;

h) aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

i) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i.1) a Administração terá o prazo de _____, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir a seu respeito, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela **CONTRATADA** no prazo máximo de _____.

l) quando for o caso, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da **CONTRATADA**, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão da FEMAR como responsável subsidiária ou solidária, a **CONTRATANTE** poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção, em caso de insuficiência.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar a responsabilidade subsidiária ou solidária da **CONTRATANTE**, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

PARÁGRAFO QUARTO - As retenções previstas nos parágrafos acima poderão ser realizadas tão logo a FEMAR tenha ciência da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso a FEMAR seja compelida ao respectivo pagamento, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUINTO - Eventuais retenções somente serão liberadas pela **CONTRATANTE** se houver justa causa, devidamente fundamentada.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) fornecer o objeto dentro do prazo de validade, acompanhado, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, de acordo com as especificações técnicas e, ainda, em estrita observância do Instrumento Convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços, do presente Contrato e da legislação vigente;

b) comunicar ao fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

c) responder pela entrega do objeto, na forma do Instrumento Convocatório, do Termo de Referência, do presente Contrato e da legislação vigente;

d) reparar, corrigir, remover, reconstruir, substituir e/ou refazer no todo ou em parte e às suas expensas, em até _____ dias, bens objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

- e) manter estoque mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do Contrato;
- f) manter, durante toda a duração do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- g) atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato ou, ainda, pela autoridade superior;
- h) alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- i) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, decorrente de culpa ou dolo, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela **CONTRATANTE**, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correspondente aos danos sofridos, bem como a aplicar penalidades, observadas as demais cláusulas deste Contrato;
- j) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da **CONTRATANTE** ou do fiscal/membro da Comissão de Fiscalização ou gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21;
- k) quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- o.1) A ausência da apresentação dos referidos documentos ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das suas obrigações. No caso de eventual aplicação da penalidade de advertência, o prazo para apresentação da defesa prévia será o mesmo já assinalado. Permanecendo a inadimplência total ou parcial, o Contrato será rescindido, respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- l) responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais e comerciais, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à **CONTRATANTE**, que pode, a qualquer tempo, exigir a comprovação do seu cumprimento;
- m) prestar os esclarecimentos e informações solicitados pela **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;
- n) paralisar, por determinação da **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- o) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas etc. necessários à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- p) submeter previamente, por escrito, à **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
- q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em Lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, bem como as demais reservas de cargos previstas em legislação específica, o que deve ser comprovado em prazo fixado pelo fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato, com a indicação dos respectivos funcionários;
- u) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- x) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento

do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 14.133/21;

y) responsabilizar-se pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo a **CONTRATANTE** das consequências de eventual utilização indevida.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de _____, assim classificados:

FONTE: _____

PROGRAMA DE TRABALHO: _____

NATUREZA DA DESPESA: _____

NOTA DE EMPENHO: _____

PARÁGRAFO ÚNICO – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento (**inserir se o prazo contratual ultrapassar o exercício financeiro corrente**).

CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este Contrato valor total de R\$ _____ (_____), sendo passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste, nos moldes do art. 124 da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO ÚNICO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Instrumento Convocatório, do Termo de Referência, do presente Contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de entrega do objeto será de até _____, contado da solicitação formal do **CONTRATANTE**, o qual poderá ser prorrogado, mediante apresentação de justificativa, pela **CONTRATADA**, no prazo de até _____ antes do esgotamento do prazo inicialmente fixado, aceita formalmente pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato, a ser designada pelo Diretor _____, à(o) qual compete:

- prestar apoio ao gestor do Contrato, subsidiando-o de informações pertinentes à execução do Contrato;
- fiscalizar a execução do Contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração Pública, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e atestá-las;
- após o ateste das Notas Fiscais, elaborar o Relatório Mensal de Fiscalização, encaminhando-o ao gestor do Contrato, para ratificação;
- anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas à execução do Contrato, recomendando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

- e) informar ao gestor do Contrato, em até 24 (vinte e quatro) horas, as ocorrências que demandem a adoção de medidas necessárias e saneadoras, bem como quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas;
- f) participar da atualização do relatório de risco;
- g) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, em caso de descumprimento, informar imediatamente ao gestor do Contrato para a adoção das medidas necessárias;
- h) receber provisoriamente o objeto do Contrato;
- i) elaborar relatório final, de que trata a alínea “d”, do inciso VI, do §3º do art. 174 da Lei n.º 14.133/21, com as informações quanto à execução do Contrato, concluindo com as lições aprendidas, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termos de referência e projetos básicos das novas contratações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização da **CONTRATANTE**, promovendo o fácil acesso às suas dependências.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO - Cabe recurso das determinações tomadas pelo fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato a qualquer tempo durante a vigência deste instrumento, exceto no caso da aplicação de penalidades, hipótese na qual deverão ser observados os prazos previstos no presente Contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Quaisquer entendimentos entre o fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão formalizados por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Comissão de Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO OITAVO - A instituição e a atuação da fiscalização da **CONTRATANTE** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a eximem de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO NONO – O objeto do Contrato será entregue em _____ (indicar local e horário), e será recebido da seguinte forma:

- a) provisoriamente, pelo responsável pela sua fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, no prazo de _____;
- b) definitivamente, pelo gestor do Contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de _____, contados a partir do recebimento provisório.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Na hipótese de o recebimento provisório e definitivo não ocorrerem dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, consumando-se no dia do esgotamento dos respectivos prazos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, nos limites estabelecidos pela Lei ou pelo Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta ou do Contrato, podendo ser fixado pelo fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato, avaliada o caso concreto, prazo para a substituição do bem, às custas da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O fiscal/Comissão de Fiscalização do Contrato procederá à fiscalização do cumprimento da reserva de cargos prevista em Lei para pessoas com deficiência, para reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, bem como as demais reservas de cargos previstas em legislação específica, o que deve ser comprovado em prazo fixado, com a indicação dos respectivos funcionários.

CLÁUSULA OITAVA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____, em ____ parcelas _____ (periodicidade) de R\$ _____ cada uma delas, conforme Cronograma Físico-Financeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATANTE** fará o pagamento pelos itens entregues por meio de depósito em conta bancária, a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pela **CONTRATANTE**, depois de atestado o efetivo fornecimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura/nota fiscal devidamente atestada, com vistas ao pagamento para a Gerência de Processamento de Pagamento da FEMAR, localizada na _____, em até ____ a contar da data final do período de adimplemento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de _____, a contar da data final da nota fiscal devidamente atestada, observado o disposto no Decreto Municipal n.º 936/22.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com o fornecimento do objeto, devidamente atestado pelos agentes competentes.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à **CONTRATADA**, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Gerência de Processamento de Pagamento e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O pagamento do acréscimo a que se refere o parágrafo anterior será efetivado mediante autorização expressa do Diretor-Geral, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da **CONTRATADA** dirigido à Diretoria-Geral.

PARÁGRAFO OITAVO – Caso a **CONTRATANTE** antecipe o pagamento da **CONTRATADA**, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente à 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

PARÁGRAFO NONO - Para fins de pagamento, prevalecerá o valor correspondente aos itens efetivamente entregues, se for inferior ao previsto no Cronograma Físico-Financeiro para a respectiva etapa.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Caso o valor dos itens efetivamente entregues seja superior ao previsto no Cronograma Físico-Financeiro, será devido o valor nele indicado, ficando a diferença para ser paga no momento previsto no referido Cronograma. Nesse caso, é facultado à **CONTRATANTE**, conforme sua possibilidade e conveniência, realizar de imediato o pagamento integral correspondente à efetiva execução no período.

CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (___/___/___).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após o interregno de um ano a que se refere o *caput*, e independentemente de pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do índice _____ (indicar o índice específico ou setorial a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUARTO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO QUINTO - No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da **CONTRATADA**, os reajustes serão calculados somente até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.

PARÁGRAFO SEXTO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

PARÁGRAFO OITAVO - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de _____, contado da data da assinatura deste Contrato, comprovante de prestação de garantia de _____% (até 5%, podendo ser majorada para 10% em casos excepcionais, nos termos do art. 98 da Lei n.º 14.133/21), calculado sobre o valor inicial do Contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 96, da Lei n.º 14.133/21. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;

- b) multas moratórias e punitivas aplicadas à **CONTRATADA**;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas de qualquer natureza, bem como em relação ao FGTS, não honradas pela **CONTRATADA**, quando couber.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O valor dos seguintes bens a serem entregues pela Administração, dos quais a **CONTRATADA** ficará depositária, deverá ser acrescido ao valor da garantia, nos termos abaixo:

- a) bem 1 valor
- b) bem 2 valor
- c) total valor total

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do Contrato **OU** por _____ dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que a **CONTRATADA** não pague o prêmio nas datas convencionadas.

PARÁGRAFO QUARTO – A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

PARÁGRAFO QUINTO – Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário do Contrato, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e de que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no parágrafo sétimo da presente cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO – Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do Contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO OITAVO – A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da **CONTRATANTE**, em conta específica a ser indicada pela **CONTRATANTE**, com correção monetária.

PARÁGRAFO NONO – Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

PARÁGRAFO DÉCIMO – No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – No caso de alteração do valor do Contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ____ (____) dias úteis, contados da data em que for notificada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A **CONTRATANTE** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria, observadas as seguintes disposições:

a) o emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
b) caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/22.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A **CONTRATADA** autoriza a **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Além da garantia de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/21, a presente contratação possui previsão de garantia contratual de ____ (____) dias do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei n.º 14.133/21, mediante Termo Aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O presente Contrato poderá ser extinto antes do término do seu prazo de vigência nos casos previstos no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) unilateralmente, por meio de ato escrito, exarado pela **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) consensualmente, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) por determinação de decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou judicial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em qualquer dos casos, a extinção deverá ser formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Após, deverá ser elaborado o respectivo termo de rescisão, precedido de justificativa da autoridade competente e parecer jurídico, o qual operará seus efeitos a partir da publicação no PNCP e no Jornal Oficial do Município de Maricá (JOM), o que ocorrer primeiro.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Sempre que possível, a extinção será precedida de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

PARÁGRAFO QUARTO – Na hipótese de extinção unilateral, prevista na alínea “a” do *caput* da presente cláusula, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) assumir imediatamente o objeto contratual, no estado e local em que se encontrar;
- b) ocupar e utilizar o local, as instalações, os equipamentos, o material e o pessoal empregados na execução do Contrato e necessários à sua continuidade, após autorização do Diretor-Geral;
- c) executar a garantia contratual;
- d) reter os créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUINTO – Além das hipóteses de extinção contratual elencadas no art. 137 da Lei n.º 14.133/21, os contratos de fornecimentos contínuos podem ser extintos pela **CONTRATANTE**, sem ônus, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEXTO – A extinção mencionada no parágrafo acima ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso a notificação da não-continuidade do Contrato ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO OITAVO – A extinção do Contrato não configura óbice ao reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, Lei nº 14.133/21).

PARÁGRAFO NONO – Caso haja alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que não restrinja sua capacidade de concluir o objeto, o Contrato não deverá ser rescindido. Todavia, deverá ser formalizado Termo Aditivo para realização da alteração subjetiva.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/21, a **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;
- i) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Àquele que incorrer nas infrações previstas no *caput* serão aplicadas as seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber:

- a) advertência, quando a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/21);
- b) impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do *caput*, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/21);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k”, “l” do *caput*, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/21);
- d) multa:
 - i) moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado, a incidir sobre o valor total do Contrato/da parcela inadimplida do Contrato, até o limite de ____% (____ por cento), respeitado o limite estabelecido no art. 412 do Código Civil, pelo atraso na execução do objeto;
 - ii) moratória de ____% (____ por cento) por dia útil de atraso injustificado, a incidir sobre o valor total do Contrato, até o limite de ____% (____ por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia (**manter apenas se houver garantia**).
 - iii) administrativa de ____% (____ por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto (**não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do Contrato**). No caso de inexecução parcial, a multa será aplicada sobre o valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração, conforme disposto no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O atraso de que trata as alíneas acima, se superior a ____ dias, autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, bem como a aplicar outras sanções administrativas, se for o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO** poderão ser aplicadas cumulativamente com as previstas na alínea “d”.

PARÁGRAFO QUARTO - Se o valor das multas previstas na alínea “d” do **PARÁGRAFO PRIMEIRO**, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO QUINTO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de ____ (____) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que haja, cumulativamente, i) reparação integral do dano causado à Administração Pública; ii) pagamento da multa; iii) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; iv) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e v) análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia, tampouco exime a **CONTRATADA** da obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO NONO - A imposição das penalidades previstas no **PARÁGRAFO PRIMEIRO** é de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo ser aplicadas pelo Diretor Requisitante, a exceção da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que deve ser aplicada pelo Diretor-Geral da FEMAR, na forma do art. 156, §6º, inciso I, da Lei n.º 14.133/21.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A aplicação das sanções realizar-se-á por meio de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação da **CONTRATADA** indicando i) a infração cometida; ii) os fatos e os fundamentos legais; iii) a penalidade que se pretende imputar; iv) o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso; e v) o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Na aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, o processo deverá ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da FEMAR, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública, que também sejam tipificados como

atos lesivos na Lei n.º 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na Lei n.º 12.846/13.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Os débitos da **CONTRATADA** para com a **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pela **CONTRATADA**, decorrentes deste mesmo Contrato ou de outros contratos administrativos que a **CONTRATADA** possua com a **CONTRATANTE**, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26/22.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso do direito, para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial. Desconsiderada a personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, bem como à pessoa jurídica sucessora ou com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**. Em todos os casos deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Os contratados não poderão licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Maricá, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) impedimento de licitar e contratar imposta pela Administração direta e indireta do Município de Maricá;
- b) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta pela Administração direta e indireta de qualquer ente federativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de ___% (___ por cento) do valor total do Contrato, observadas as seguintes condições:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- a) ...
- b) ...

PARÁGRAFO SEGUNDO - Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

- a)
- b)

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

PARÁGRAFO QUARTO - A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

PARÁGRAFO SEXTO - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Jornal Oficial do Município de Maricá (JOM).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do Contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no Instrumento Convocatório e no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no Instrumento Convocatório e/ou no Termo de Referência, bem como na legislação específica.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

A **CONTRATADA** não poderá opor perante a **CONTRATANTE**, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral da entrega do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do Contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei n.º 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) e a Lei n.º 12.846/13 e seus regulamentos, assim como todas as convenções e tratados internacionais anticorrupção dos quais o Brasil é signatário, denominados, em conjunto, “Leis Anticorrupção”, e se comprometem a observá-los fielmente, por si e seus prepostos, sócios, administradores e colaboradores, bem como a exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As partes obrigam-se a comunicar, uma à outra, assim que tiverem conhecimento, sobre qualquer atividade ou prática que gere suspeita ou efetivamente constitua um indício ou uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A **CONTRATADA**, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições, se obriga a:

- a) conduzir suas práticas comerciais durante toda a vigência deste instrumento de forma ética e em conformidade com as normas aplicáveis;
- b) não dar, oferecer ou prometer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;
- c) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das Leis Anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- d) tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tenham ciência quanto ao teor das Leis Anticorrupção;
- e) praticar a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais, em observância à legislação aplicável;
- f) não utilizar, direta ou indiretamente, trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- g) não empregar, direta ou indiretamente, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- h) não empregar, direta ou indiretamente, menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, nesse caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- i) não se utilizar, direta ou indiretamente, de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico etc.;
- j) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e entregando o objeto em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;
- j) orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e das Leis Anticorrupção;
- k) informar à **CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados;
- l) exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
- m) realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, se entender pertinente, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
- n) prestar, no prazo fixado pela **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
- o) utilizar os dados obtidos somente para as finalidades que justificaram o seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
- p) não compartilhar com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
- q) eliminar os dados pessoais após o fim de seu tratamento, nos termos do art. 15 da LGPD, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;
- r) manter os bancos de dados, os quais devem ser desenvolvidos em formato interoperável, formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No tocante às licitações e contratos licitatórios, as partes declaram que:

- a) não frustraram, fraudaram, impediram, perturbaram, frustrarão, fraudarão, impedirão ou perturbarão o caráter competitivo e a realização de qualquer ato de procedimento de seleção pública, licitação pública ou contrato dela decorrente;
- b) não afastaram ou afastarão, procuraram ou procurarão afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- c) não criaram ou criarão, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitações públicas ou celebrar contratos administrativos;
- d) não obtiveram ou obterão vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública;
- e) não manipularam, fraudaram, manipularão ou fraudarão o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública.

PARÁGRAFO QUARTO - O descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da **CONTRATANTE** e/ou da **CONTRATADA**, com relação ao presente Contrato, devidamente apurado em sede de processo administrativo específico e/ou com decisão judicial condenatória transitada em julgado, será considerado uma infração grave e conferirá à parte lesada o direito de rescindir imediatamente o presente contrato, além da aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, bem como de ajuizar ação com vistas à responsabilização, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.

PARÁGRAFO QUINTO - A **CONTRATADA** tem ciência dos princípios e normas estabelecidos no Código de Ética, Conduta e Integridade da FEMAR, e compromete-se a cumpri-lo, divulgá-lo e a zelar pelo seu fiel cumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, de acordo com a Lei n.º 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

PARÁGRAFO ÚNICO – O tratamento de dados pessoais é limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/ 21 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, são aplicáveis as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do Contrato, o seu extrato, contendo a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal e número do processo administrativo, deverá ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Jornal Oficial do Município de Maricá (JOM).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Como condição indispensável para a sua eficácia, o Contrato deverá ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de _____ (20 dias úteis no caso de licitação e 10 dias úteis no caso de contratação direta) contado da sua assinatura.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O Contrato também deverá ser publicado no Portal da Transparência e no Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os dados referentes ao Contrato deverão ser encaminhados, eletronicamente, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio do SIGFIS, nos termos da Deliberação n.º 312/2020 do TCE/RJ.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro do Município de Maricá para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim as partes de acordo com todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Maricá, ___ de _____ de _____.

DIRETOR-GERAL DA FEMAR

DIRETOR _____ DA FEMAR

**REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADA**

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA
